



*República Federativa do Brasil*  
**ESTADO DO PARÁ**

# DIÁRIO OFICIAL

ANO LXXVIII — 80ª DA REPÚBLICA — Nº 21.767

BELEM — SÁBADO, 18 DE ABRIL DE 1970

GOVERNADOR DO ESTADO — Ten. Cel. ALACID DA SILVA NUNES

VICE GOVERNADOR — Dr. JOÃO RENATO FRANCO

**LEIA  
NESTA  
EDIÇÃO**

PORTARIA N.º 1110, DE  
17/04/70; DECRETOS  
Do Governo do Estado

— <<>> —  
EDITAL DE INSCRIÇÃO  
Da Petróleo Brasileiro S.A.  
— Petrobrás

— <<>> —  
ATAS DE ASSEMBLÉIAS  
GERAIS DE CONSTITUI-  
ÇÃO  
Da Fazenda Cristalino S.A.  
Da Fazenda do Cedro S.A.

— <<>> —  
ATA DA REUNIÃO DA  
DIRETORIA  
Da Centrais Elétricas do  
Pará S.A.

— <<>> —  
ATA DA ASSEMBLÉIA GE-  
RAL EXTRAORDINARIA  
Da Agro-Pecuária Grão Pa-  
rá S.A.

— <<>> —  
RELATÓRIO DA DIRETO-  
RIA, BALANÇO GERAL,  
PARTIDA DE LUCROS E  
PERDAS E PARECER DO  
CONSELHO FISCAL

## SECRETARIADO

Chefe do Gabinete Civil — Dr. OSVALDO SAMPAIO MELO

Chefe do Gabinete Militar — Ten. Cel. WALTER SILVA

Secretário de Estado de Governo — Sr. GEORGENOR DE  
SOUSA FRANCO

Resp. pela Secretaria de Estado do Interior e Justiça — Dr.  
SALVADOR RANGEL DE BORBOREMA

Secretário de Estado da Fazenda — General R-1 RUBENS  
LUZIO VAZ

Secretário de Estado da Viação e Obras Públicas — Eng. JOSÉ  
MARIA DE AZEVEDO BARBOSA

Secretário de Estado de Saúde Pública — Dr. CARLOS GUI-  
MARÃES PEREIRA DA SILVA

Secretário de Estado de Educação — Dr. ACY DE JESUS  
NEVES DE BARROS PEREIRA

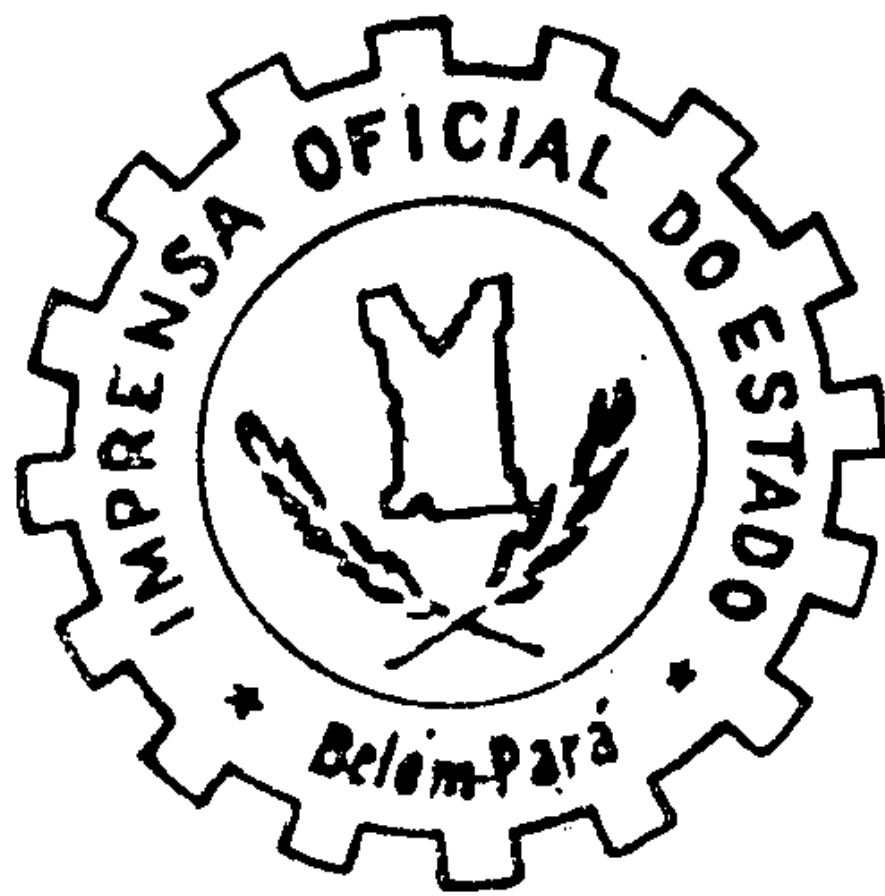
Secretário de Estado de Agricultura — Eng. Agrº. SEBAS-  
TIAO ANDRADE

Secretário de Estado de Segurança Pública — Major R-1 AN-  
TONIO CALVIS MOREIRA

Procurador Geral do Estado — Des. MOACIR GUIMARAES  
MORAIS

Departamento do Serviço Público — Sr. JOSÉ NOGUEIRA





Diretoria, Administração, Redação e Oficinas:  
Av. Almirante Barroso, n. 735 — Fone: 9998  
Belém-Pará

Diretor Geral:  
**DR. FERNANDO FARIAS PINTO**

Redator-Chefe:  
**Prof.<sup>a</sup> EUNICE FAVACHO DE ARAÚJO**

#### TABELA DE ASSINATURAS E PUBLICAÇÕES

Assinaturas	NCr\$	Venda de Diários	NCr\$
Número avulso	0,85	Número atrasado ao ano, aumentado	0,10
NA CAPITAL:		Publicações	
Anual	75,00	Página comum - cada centímetro	2,50
Semestral	37,50	Página de Contabilidade - preço fixo	300,00
OUTROS ESTADOS E MUNICÍPIOS			
Anual	85,00		
Semestral	42,50		

- As Repartições Públicas devem remeter a matéria destinada à publicação no horário das 07,30 às 12,30 horas, diariamente, excetuando os sábados.
- As reclamações nos casos de erros ou omissões, devem ser formuladas, através de petição ou ofício, diretamente ao Gabinete do Diretor, no máximo 24 horas após a circulação do Diário, na Capital e 8 dias no Interior e outros Estados.
- As publicações gráficas e pagas só serão recebidas se estiverem acompanhadas de ofício ou memorando da parte interessada.
- As assinaturas, tanto da Capital como do Interior ou outros Estados, serão aceitas em qualquer época e as vencidas e não renovadas deixarão de ser remetidas automaticamente.
- Os pagamentos de Publicações e Assinaturas deverão ser feitos preferencialmente em cheque nominal para IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO.
- Os funcionários públicos estaduais, terão uma redução de 50% na assinatura anual do Diário Oficial.

### GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

## Poder Executivo

PORTARIA N. 1110 DE 17 DE ABRIL DE 1970

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ, usando de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo n. 3030/70/DSP,

#### RESOLVE:

Mandar servir na Procuradoria Geral do Estado, o ba-

charel em direito Frederico Madson de Melo, ocupante do cargo de Escrevente-Datilógrafo, Nível 3, do Quadro Permanente, lotado no Departamento de Despesa da Secretaria de Estado da Fazenda.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 17 de abril de 1970.

**Dr. JOAO RENATO FRANCO**  
Governador do Estado,  
em exercício  
(G. — Reg. n. 7077)

#### SECRETARIA DE ESTADO DO INTERIOR E JUSTIÇA DECRETO DE 15 ABRIL DE 1970

O Governador do Estado: resolve nomear, de acordo com o artigo 35, parágrafo único, da Lei n. 3.346, de 17.9.1965 (Código do Ministério Público) o senhor Raimundo Borges de Oliveira, para exercer o cargo de Adjunto de Promotor Público do Interior, lotado no Termo Único, da Comarca de Moju, vago com a aposentadoria de João Gordo da Silva.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 15 de abril 1970.

Ten. Cel. ALACID DA SILVA NUNES

Governador do Estado  
**Dr. Salvador Rangel de Borborema**

Resp. pelo expediente da Secretaria de Estado do Interior e Justiça  
(G. — Reg. n. 6936)

#### DECRETO DE 15 ABRIL DE 1970

O Governador do Estado: resolve nomear, de acordo com o artigo 35, parágrafo único, da Lei n. 3.346, de 17.9.1965 (Código do Ministério Público) o senhor Caetano Ferreira de Moraes, para exercer o cargo de Adjunto de Promotor Público do Interior lotado em Bagre, Termo da Comarca de Breves, vago com a aposentadoria de Arsenio Martins Antunes.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 15 de abril de 1970.

Ten. Cel. ALACID DA SILVA NUNES

Governador do Estado  
**Dr. Salvador Rangel de Borborema**

Respondendo pelo Expediente da Secretaria de Estado do Interior e Justiça  
(G. — Reg. n. 6888)

#### DECRETO DE 15 ABRIL DE 1970

O Governador do Estado: resolve nomear, de acordo com o artigo 35, parágrafo

único, da Lei n. 3.346, de 17.9.1965 (Código do Ministério Público), o senhor Manoel Ivair Batista de Menezes, para exercer o cargo de Adjunto de Promotor Público do Interior, lotado no Termo Sede da Comarca de Altamira, vago com a exoneração, a pedido, de Raimundo Pinto de Mesquita.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 15 de abril de 1970.

Ten. Cel. ALACID DA SILVA NUNES

Governador do Estado  
**Dr. Salvador Rangel de Borborema**

Respondendo pelo Expediente da Secretaria de Estado do Interior e Justiça  
(G. — Reg. n. 6929)

#### SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

#### DECRETO DE 9 DE ABRIL DE 1970

O Governador do Estado: resolve nomear, de acordo com o artigo 12, item III da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, Lucibela Pena de Carvalho Campos, ocupante efetiva do cargo de Oficial de Administração, Padrão G, para exercer o cargo, em comissão de Tesoureiro, Símbolo-CC-13, do Quadro Permanente, lotado no Matadouro do Maguari da Secretaria de Estado da Fazenda, vago com a aposentadoria de Cesar Nunes dos Santos.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 9 de abril de 1970.

Ten. Cel. ALACID DA SILVA NUNES

Governador do Estado  
**Gen. R-1 Rubens Vaz Vaz**

Secretário de Estado da Fazenda  
(G. — Reg. n. 6373)

#### DECRETO DE 9 DE ABRIL DE 1970

O Governador do Estado: resolve nomear, de acordo com o artigo 12, item III, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, Ruth dos Remédios Branco, ocupante efetiva do cargo de Professor Primário, Nível EP-3, do quadro Especial do Magistério, para exercer o cargo, em comissão, de Chefe de Expediente, Símbolo-CC12, do Quadro Permanente, lotado no Departamento de Receita da Secretaria de Estado da Fazenda, criado pelo



Decreto-lei n. 6.955, de 26 de fevereiro de 1970.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 9 de abril de 1970.

Ten. Cel. ALACID DA SILVA NUNES

Governador do Estado

Gen. R-1 Rubens Luzio Vaz

Secretário de Estado

da Fazenda

(G. — Reg. n. 6391)

# SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

DECRETO DE 31 DE

MARÇO DE 1970

O Governador do Estado : resolve exonerar, a pedido, de acordo com o artigo 75, item I, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, Atahualpa José Lobato Fernandez, do cargo de Médico Especializado em Educação Física e Desportos, Nível 24, do Quadro Permanente, lotado no Departamento de Educação Física, Recreação e Esportes, da Secretaria de Estado de Educação.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 31 de março de 1970.

Ten. Cel. ALACID DA SILVA NUNES

Governador do Estado

Dr. Acy de Jesus Neves de Barros Pereira

Secretário de Estado de Educação

(G. — Reg. n. 6348)

DECRETO DE 31 DE MARÇO DE 1970

O Governador do Estado : resolve exonerar, a pedido, de acordo com o artigo 75, item I, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, Dulce Maria Ponzi Pereira, do cargo de Professor Primário, Nível EP-3, do Quadro Especial do Magistério, lotado no Departamento de Educação Primária.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 31 de março de 1970.

Ten. Cel. ALACID DA SILVA NUNES

Governador do Estado

Dr. Acy de Jesus Neves de Barros Pereira

Secretário de Estado de Educação

(G. — Reg. n. 6357)

DECRETO DE 31 DE MARÇO DE 1970

O Governador do Estado : resolve exonerar, a pedido, de acordo com o artigo 75, item I, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, Evana Mieco Tanaka, do cargo de Professor Primário, Nível EP-3, do Quadro Especial do Magistério, lotado no Departamento de Educação Primária.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 31 de março de 1970

Ten. Cel. ALACID DA SILVA NUNES

Governador do Estado

Dr. Acy de Jesus Neves de Barros Pereira

Secretário de Estado de Educação

(G. — Reg. n. 6359)

DECRETO DE 31 DE MARÇO DE 1970

O Governador do Estado : resolve exonerar, a pedido, de acordo com o artigo 75, item I, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, Isabel Lobato Rodrigues, do cargo de Professor Primário, Nível EP-3, do Quadro Especial do Magistério, lotado no Departamento de Educação Primária.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 31 de março de 1970

Ten. Cel. ALACID DA SILVA NUNES

Governador do Estado

Dr. Acy de Jesus Neves de Barros Pereira

Secretário de Estado de Educação

(G. — Reg. n. 6365)

DECRETO DE 31 DE MARÇO DE 1970

O Governador do Estado : resolve exonerar, a pedido, de acordo com o artigo 75, item I, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, Juliana Nobuko Kimura, do cargo de Professor Regente, Nível EP-2, do Quadro Especial do Magistério, lotado no Departamento de Educação Primária.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 31 de março de 1970.

Ten. Cel. ALACID DA SILVA NUNES

Governador do Estado

Dr. Acy de Jesus Neves de Barros Pereira

Secretário de Estado de Educação

(G. — Reg. n. 6370)

DECRETO DE 31 DE MARÇO DE 1970

O Governador do Estado : resolve exonerar, a pedido, de acordo com o artigo 75, item I, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, a irmã Maria Ilma Alves Moura, do cargo de Professor Regente, Nível EP-2, do Quadro Especial do Magistério, lotado no Departamento de Educação Primária.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 31 de março de 1970.

Ten. Cel. ALACID DA SILVA NUNES

Governador do Estado

Dr. Acy de Jesus Neves de Barros Pereira

Secretário de Estado de Educação

(G. — Reg. n. 6380)

DECRETO DE 31 DE MARÇO DE 1970

O Governador do Estado : resolve exonerar, a pedido, de acordo com o artigo 75, item I, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, Maria Idauriza de Oliveira, do cargo de Professor Primário, Nível EP-3, do Quadro Especial do Magistério, lotado no Departamento de Educação Primária.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 31 de março de 1970.

Ten. Cel. ALACID DA SILVA NUNES

Governador do Estado

Dr. Acy de Jesus Neves de Barros Pereira

Secretário de Estado de Educação

(G. — Reg. n. 6383)

DECRETO DE 31 DE MARÇO DE 1970

O Governador do Estado : resolve exonerar, a pedido, de acordo com o artigo 75, item I, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, Terezinha de Jesus Matos dos Santos, do cargo de Professor Primário, Nível EP-3, do Quadro Especial do Magistério, lotado no Departamento de Educação Primária.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 31 de março de 1970.

Ten. Cel. ALACID DA SILVA NUNES

Governador do Estado

Dr. Acy de Jesus Neves de Barros Pereira

Secretário de Estado de Educação

(G. — Reg. n. 6400)

DECRETO DE 31 DE MARÇO DE 1970

O Governador do Estado : resolve exonerar, a pedido, de acordo com o artigo 75, item I, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, Raimunda Rabelo dos Reis, do cargo de Professor Primário, Nível EP-3, do Quadro Especial do Magistério, lotado no Departamento de Educação Primária.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 31 de março de 1970.

Ten. Cel. ALACID DA SILVA NUNES

Governador do Estado

Dr. Acy de Jesus Neves de Barros Pereira

Secretário de Estado de Educação

(G. — Reg. n. 6393)

DECRETO DE 31 DE MARÇO DE 1970

O Governador do Estado : resolve exonerar, a pedido, de acordo com o artigo 75, item I, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, Raimunda Lucia da Costa Martins, do cargo de Professor Regente, Nível EP-2, do Quadro Especial do Magistério, lotado no Departamento de Educação Primária.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 31 de março de 1970

Ten. Cel. ALACID DA SILVA NUNES

Governador do Estado

Dr. Acy de Jesus Neves de Barros Pereira

Secretário de Estado de Educação

(G. — Reg. n. 6392)

DECRETO DE 31 DE MARÇO DE 1970

O Governador do Estado : resolve exonerar, a pedido, de acordo com o artigo 75, item I, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, Mário Henrique Alves Moura, do



cargo, em comissão, de Assessor de Relações Públicas, Símbolo-CC-9, do Quadro Permanente, lotado no Gabinete do Secretário de Estado de Educação.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 31 de março de 1970

Ten. Cel. ALACID DA SILVA NUNES

Governador do Estado  
Dr. Acy de Jesus Neves de Barros Pereira

Secretário de Estado de Educação  
(G. — Reg. n. 6376)

#### DECRETO DE 31 DE MARÇO DE 1970

O Governador do Estado resolve nomear, de acordo com o artigo 12, item III, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, Aurea Bonifácio da Silva, para exercer o cargo, em comissão, de Secretário de Comissão, Símbolo-CC-15, do Quadro Permanente, lotado no Conselho Estadual de Educação da Secretaria de Estado de Educação.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 31 de março de 1970

Ten. Cel. ALACID DA SILVA NUNES

Governador do Estado  
Dr. Acy de Jesus Neves de Barros Pereira  
Secretário de Estado de Educação

#### DECRETO DE 31 DE MARÇO DE 1970

O Governador do Estado resolve nomear, de acordo com o artigo 12, item III, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, Maria Filomena Coelho de Souza Araújo, para exercer o cargo, em comissão, de Secretário de Comissão, Símbolo-CC-15, do Quadro Permanente, lotado no Conselho Estadual de Educação da Secretaria de Estado de Educação.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 31 de março de 1970

Ten. Cel. ALACID DA SILVA NUNES

Governador do Estado  
Dr. Acy de Jesus Neves de Barros Pereira  
Secretário de Estado de Educação  
(G. — Reg. n. 6377)

#### SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA DECRETO DE 9 DE ABRIL DE 1970

O Governador do Estado resolve exonerar o senhor Justino Cavalcanti, do cargo de Comissário de Polícia do Rio Mariaí, no Município de Breves, Palácio do Governo do Estado do Pará, 9 de abril de 1970.

Ten. Cel. ALACID DA SILVA NUNES

Governador do Estado  
Major R-1 Antonio Calvis Moreira  
Secretário de Estado de Segurança Pública  
(G. — Reg. n. 6953)

#### DECRETO DE 9 DE ABRIL DE 1970

O Governador do Estado resolve exonerar, a pedido, o 1º Ten. R/R, da Polícia Militar do Estado, Eleutério Ferreira da Paixão Monteiro, do cargo de Delegado de Polícia do Município de Afuá.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 9 de abril de 1970.

Ten. Cel. ALACID DA SILVA NUNES

Governador do Estado  
Major R-1 Antonio Calvis Moreira  
Secretário de Estado de Segurança Pública  
(G. — Reg. n. 6952)

#### DECRETO DE 9 DE ABRIL DE 1970

O Governador do Estado resolve nomear o senhor Venancio Vasconcelos Furtado, para exercer o cargo de Comissário de Polícia no Rio Mariaí, no Município de Breves, com a exoneração de Justino Cavalcanti. Palácio do Governo do Estado do Pará, 9 de abril de 1970.

Ten. Cel. ALACID DA SILVA NUNES

Governador do Estado  
Major R-1 Antonio Calvis Moreira  
Secretário de Estado de Segurança Pública  
(G. — Reg. n. 6954)

Belém (Pa) 11 de abril 1970.

(a) Rogélio Fernandez Filho  
Presidente  
(Ext. Reg. n. 1209 —  
Dias — 16, 17 e .....  
18.4.1970)

#### FERNANDEZ, MÁQUINAS S.A. (FERMASA)

##### Comunicação

Comunicamos aos senhores acionistas de FERNANDEZ, MÁQUINAS S.A. — (FERMASA), que se acham à sua disposição na sede social, à av. Governador José Malcher, n. 2949/51 no expediente comercial, os documentos a que se refere o artigo 99 do dec. lei número 2677, de 26.10.40.

Belém (Pa), 13 de abril de 1970.

(a) DIRETORIA  
(Ext. Reg. n. 1212 — Dias  
— 16, 17 e 18.4.1970)

#### FERNANDEZ, MÁQUINAS S.A. (FERMASA)

##### Assembléia Geral Ordinária Convocação

Ficam convocados os senhores acionistas de FERNANDEZ MÁQUINAS S.A. — (FERMASA), para se reunirem em Assembléia Geral Ordinária a realizar-se no dia 24 (vinte e quatro) de abril de 1970 às 16 (dezesseis) horas, na sede social à avenida Governador José Malcher, 2949/51 nesta cidade, a fim de deliberarem a respeito da seguinte ordem do dia:

- exame e discussão do balanço geral encerrado em 31 de dezembro de 1969 e da conta de lucros e perdas, inclusive parecer do conselho fiscal;
  - eleição dos membros do conselho fiscal, para o exercício corrente;
  - fixação dos honorários dos membros do conselho fiscal.
- Belém (Pa), 13 de abril 1970.

(a) Rogélio Fernandez Filho  
Diretor Presidente  
(Ext. Reg. n. 1211 — Dias — 16, 17 e  
18.4.1970)

## ANÚNCIOS

#### MATERIAIS FINOS S.A. Convocação

Em obediência ao artigo 99 da Lei das Sociedades Anônimas, ficam avisados os senhores acionistas que acham-se a disposição de V. S. os livros, documentos e demais papéis que envolvam responsabilidade da sociedade, referentes ao exercício de 1969 no horário de expediente comercial, no escritório da empresa à trav. Padre Eutíquio n. 1.113.

Na oportunidade ficam os mesmos convidados para a reunião de Assembléia Geral Ordinária a realizar-se no dia 23 do corrente às 16,30 horas no escritório da empresa para tratar dos seguintes assuntos:

- Aprovação das contas da Diretoria referentes ao exercício de 1969;
- Eleição da Diretoria e do Conselho Fiscal;
- O que ocorrer.

Belém, 07 de abril de 1970.

(a) Nabor de Castro e Silva  
Diretor Presidente  
(Ext. Reg. n. 1120 — Dias — 16, 17 e  
18.4.1970)

#### AZULEJOS DO PARÁ S.A. AZPA

##### Assembléia Geral Ordinária

##### Convocação

Ficam convocados os senhores acionistas de AZULEJOS DO PARÁ S.A. (AZPA), para se reunirem em Assembléia Geral Ordinária a realizar-se no dia 23 de abril de 1970, às dezesseis horas, na sede social, à rua 28 de setembro, 258 nesta cidade de Belém do Pará, a fim de deliberarem a respeito da seguinte ordem do dia:

- exame, discussão e aprovação do balanço geral encerrado em 31 de dezembro de 1969 e da conta de lucros e perdas, inclusive parecer do Conselho Fiscal;
- eleição dos membros da Diretoria;
- eleição dos membros do Conselho Fiscal para o exercício corrente;
- fixação dos honorários da Diretoria e dos membros do Conselho Fiscal;
- o que ocorrer.



**CARTÓRIO DE SALINÓPOLIS**

Raimundo Emir Botelho  
D'Oliveira

Tabelião Interino

Rua Interventor Magalhães  
Barata, 183 — Fone 113  
Salinópolis — Pará — Brasil

TRASLADO

Lº 43

Fls. 91v. à 101v.

ESCRITURA PÚBLICA de Alteração da Sociedade Mercantil por cotas, de responsabilidade limitada, que gira sob a denominação de "Agro Industrial de Salinópolis Ltda. — AGRISAL", e de sua transformação em Sociedade Anônima, sob a denominação de "Agro Industrial de Salinópolis S.A. — AGRISAL", como abaixo se declara:

SAIBAM quantos virem e conhecerem esta escritura pública, que aos onze (11) dias do mês de abril de mil novecentos e setenta e sete (1970) da Era Cristã, nesta cidade de Salinópolis, Estado do Pará, República Federativa do Brasil, em meu Cartório, à rua Interventor Magalhães Barata, número cento e oitenta e três ... (183), compareceram partes justas e contratadas, como outorgantes e reciprocamente outorgados, 1) — Francisco José Bacellar Lima, brasileiro, casado, economista, residente e domiciliado na cidade de Belém, capital do Estado do Pará, à avenida Serzedêlo Corrêa, número trezentos e sessenta e quatro (364); 2) — Fernando Pinto Araújo, brasileiro, casado, comerciante, residente e domiciliado na cidade de Belém, capital do Estado do Pará, à rua Senador Manoel Barata, número setecentos e trinta e quatro (734); 3) — Julieta de Nazareth Pinto Pina, brasileira, viúva, do lar, residente e domiciliada na cidade de Belém, capital do Estado do Pará, à avenida Padre Eutíquio, número mil quinhentos e noventa e oito ... (1.598); — 4) — João da Costa Pinto, brasileiro, solteiro, motorista, residente e domiciliado na cidade de Belém, capital do Estado do Pará, à rua dos Tamoios, número novecentos e oito (908); 5) — Iacy de Nazareth Pina Nazaré, brasileira, casada, médica, residente e domiciliada na cidade de Be-

lém, capital do Estado do Pará, à avenida Padre Eutíquio, número mil quinhentos e noventa e oito (1.598); 6) — Ramiro Fernandes Nazaré, brasileiro, casado, economista, residente e domiciliado na cidade de Belém, capital do Estado do Pará, à avenida Padre Eutíquio, número mil quinhentos e noventa e oito ... (1.598); 7) — R. F. Nazaré, Serviços Técnicos de Economia e Engenharia Industrial — SERTEC, firma individual com sede na cidade de Belém, capital do Estado do Pará, à rua Santo Antônio, número quatrocentos e trinta e dois (432); sala número quatrocentos e sete (407), representada neste ato por seu titular, Ramiro Fernandes Nazaré, acima qualificado; 8) — Doralice Marques da Silva, brasileira, solteira, do lar, residente e domiciliada nesta cidade de Salinópolis, Estado do Pará, à avenida São Thomé, sem número; 9) — Lourival Marques da Silva, lavrador, e sua mulher Maria Ita de Oliveira Marques, do lar, ambos brasileiros, residentes e domiciliados nesta cidade de Salinópolis, Estado do Pará, à Avenida São Thomé, sem número; 10) — Clemente Dias Pereira, brasileiro, solteiro, lavrador, residente e domiciliado nesta cidade de Salinópolis, Estado do Pará, à avenida São Thomé, sem número; as presentes pessoas de meu conhecimento e do das testemunhas, adiante nomeadas e no fim desta assinadas do que dou fé. Então, pelos outorgantes e reciprocamente outorgados me foram feitas perante as mesmas testemunhas as seguintes declarações: — Primeira — Que Fernando Pinto Araújo, Julieta de Nazareth Pinto Pina, Ramiro Fernandes Nazaré, e a firma individual R. F. Nazaré, Serviços Técnicos de Economia e Engenharia Industrial — SERTEC, são os únicos e exclusivos participantes da Sociedade mercantil por cota, de responsabilidade limitada

que gira sob a denominação de "Agro Industrial de Salinópolis Ltda. — AGRISAL", com sede nesta cidade de Salinópolis, Estado do Pará, constituída por instrumento particular assinado em onze (11) de julho de mil novecentos e sessenta e oito (1.968), e registrado na Junta Comercial do Estado do Pará, em doze (12) do mesmo mês sob o número de ordem mil oitocentos e noventa e quatro barra sessenta e oito (1.894|68), documento alterado por três (3) vezes até à presente data, conforme instrumentos particulares assinados em vinte e dois (22) de julho de mil novecentos e sessenta e oito ... (1968), vinte e três (23) de janeiro de mil novecentos e sessenta e nove (1969), e, dezoito (18) de dezembro de mil novecentos e sessenta e nove (1969), e, arquivados na Junta Comercial do Estado do Pará, sob os números de ordem mil novecentos e sessenta e nove barra sessenta e oito (1969|68), digo, mil novecentos e noventa e nove barra sessenta e oito (1999|68), em vinte e cinco (25) de julho de mil novecentos e sessenta e oito (1968), trezentos e sessenta e três barra sessenta e nove (363|69), em seis (6) de fevereiro de mil novecentos e sessenta e nove (1969), e quatro mil seiscentos e trinta e três barra sessenta e nove ... (4.633|69) em trinta de dezembro de mil novecentos e sessenta e nove (1969), respectivamente. Segunda: — Que os quatro (4) integrantes da Sociedade Agro Industrial de Salinópolis Ltda. — AGRISAL acima referidos têm por justo e contratado, sem reservas ou restrições, alterar, como por esta escritura pública alterado fica, a constituição daquela empresa, com a administração, digo, admissão de mais sete (7) sócios, a saber: Francisco José Bacellar Lima, João da Costa Pinto, Iacy de Nazareth Pina Nazaré, Doralice Marques da Silva, Lourival Marques da Silva, Clemente Dias Pereira e Johnston da Silva Maia; todos já acima qualificados, e deliberam elevar, como por esta escritura pública elevado fica, o capital da mencionada

sociedade, atualmente de trezentos e vinte mil cruzeiros novos (NCr\$ 320.000,00), totalmente realizado, para quinhentos mil cruzeiros novos (NCr\$ 500.000,00), sendo o aumento de cento e oitenta mil cruzeiros novos (NCr\$ 180.000,00) realizado como segue: (a) subscrição de vinte (20) novas cotas, no valor total de vinte mil cruzeiros novos (NCr\$ 20.000,00), em dinheiro nacional de curso legal, por Fernando Pinto Araújo, Francisco José Bacellar Lima, João da Costa Pinto e Iacy de Nazareth Pina Nazaré, correspondente cinco (5) cotas, no valor total de cinco mil cruzeiros novos (NCr\$ 5.000,00) para cada um deles; (b) utilização de parte do saldo do crédito registrado nos assentos contábeis da sociedade, em favor do sócio-cotista Ramiro Fernandes Nazaré, em valor de sessenta mil cruzeiros novos (NCr\$ 60.000,00), correspondendo a sessenta ... (60) cotas; e (c) versão de bens imóveis ao patrimônio social, em valor total de cem mil cruzeiros novos (NCr\$ 100.000,00), correspondendo a cem (100) cotas, cabendo trinta e cinco (35) cotas, no valor de trinta e cinco mil cruzeiros novos (NCr\$ 35.000,00) a Doralice Marques da Silva, trinta (30) cotas, no valor de trinta mil cruzeiros novos (NCr\$ 30.000,00) a Lourival Marques da Silva, vinte e cinco (25) cotas, no valor de vinte e cinco mil cruzeiros novos (NCr\$ 25.000,00) a Clemente Dias Pereira, dez (10) cotas, no valor de dez mil cruzeiros novos (NCr\$ 10.000,00) a Johnston da Silva Maia. Terceira: — Que Fernando Pinto Araújo, Francisco José Bacellar Lima, João da Costa Pinto e Iacy de Nazareth Pina Nazaré contribuem, como entrada inicial relativa à subscrição das vinte (20) cotas feita em dinheiro nacional de curso legal supra referida, com a quantia de dois (2) mil cruzeiros novos (NCr\$ 2.000,00), ou seja, dez por cento (10%) do valor total assim subscrito, cabendo o mesmo percentual para cada um deles, ou sejam, quinhentos cruzeiros novos (NCr\$ 500,00) para cada um deles,



devendo o saldo devedor ser pago à Sociedade quando pelos dirigentes desta solicitado, porém nunca após o fim do corrente ano de mil novecentos e setenta (1970). Quarta: — Que a versão de bens imóveis correspondente à subscrição de cem (100) cotas acima referida e feita como a seguir descrito: (a) Doralice Marques da Silva — terreno rural, situado no Município de Salinópolis, Estado do Pará, núcleo "Pedro Teixeira", às margens esquerda e direita da rodovia PA vinte e quatro .. (24), Capanema — Salinópolis, lote agrícola n. mil e oitenta e nove (1089), com área de setenta e quatro hectares, noventa e dois ares e cinco centiares (74ha92a05ca), tendo como limites, pela linha de frente mil e sessenta e cinco metros (1065m), pela lateral direita trezentos e sessenta e oito metros (368m), pela lateral esquerda cento e sessenta e sete metros (167m), duzentos e sessenta e seis metros (266m) e seiscentos e quarenta e três metros (643m), e pela linha de fundo mil cento e dez metros (1110m), tudo conforme os elementos constantes do título definitivo de propriedade emitido pelo Estado do Pará, de n. trezentos e sessenta e sete (367), documento devidamente transcrito às fls. duzentos e cinquenta (250) verso a duzentos e cinquenta e um (251) do livro três (3) "B", sob o n. de ordem três mil seiscentos e quarenta e nove (3649), do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Capanema, Estado do Pará, em quatro (4) do mês de abril do corrente ano; (b) Lourival Marques da Silva e sua mulher Maria Ita de Oliveira Marques, terreno rural, situado no Município de Salinópolis, Estado do Pará, Núcleo "Pedro Teixeira", à margem direita da rodovia PA vinte e quatro (24), Capanema — Salinópolis, lote agrícola n. um mil e oitenta e cinco (1085), com área de setenta hectares, oitenta e nove ares e cinquenta e dois centiares ..... (70ha 89a52ca), tendo como limites, pela linha de frente seiscentos e trinta metros (1630m), pela linha de fundo

seiscentos e dez metros .... (610m), pela linha de fundo, digo, pela lateral esquerda mil duzentos e quinze metros (1215m) e pela lateral direita mil cento e sessenta e quatro metros (1164m), tudo conforme os elementos constantes do título definitivo de propriedade emitido pelo Estado do Pará, de n. trezentos e sessenta e oito (368), documento devidamente transcrito às fls. duzentos e cinquenta (250) verso a duzentos e cinquenta e um (251) do livro três (3) "B", sob o n. de ordem três mil seiscentos e cinquenta (3650), do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Capanema, Estado do Pará, em quatro (4) do mês de abril do ano corrente; (c) Clemente Dias Pereira — terreno rural, situado no Município de Salinópolis, Estado do Pará, Núcleo "Pedro Teixeira", à margem direita da rodovia PA vinte e quatro (24), Capanema — Salinópolis, lote agrícola n. mil e noventa e um (1091), com área de trinta e cinco hectares, doze ares e vinte e quatro centiares .... (35ha12a24ca), tendo como limites, pela linha de frente, quatrocentos metros (400m), pela lateral direita, duzentos e vinte metros (220m), cento e quinze metros (115m) e duzentos e trinta e cinco metros (235m), pela lateral esquerda seiscentos e quarenta e sete metros (647m) e pelos fundos o igarapé "Arapapé", tudo conforme os elementos constantes do título definitivo de propriedade emitido pelo Estado do Pará, de número trezentos e setenta (370), documento devidamente transcrito às fls. duzentos e cinquenta (250) verso a duzentos e cinquenta e um (251) do livro número três (3) "B", sob o número de ordem três mil seiscentos e cinquenta e dois (3.652), do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Capanema, Estado do Pará, em quatro (4) do mês de abril do corrente ano; (d) Johnston da Silva Maia — terreno rural, situado no Município de Salinópolis, Estado do Pará, Núcleo "Pedro Teixeira", à margem esquerda da rodovia PA vinte e quatro (24), Capanema — Salinópolis, lote agri-

cola número mil trezentos e noventa e seis (1396), com área de doze hectares, dezoito ares e noventa e sete centiares (12ha18a97ca) tendo como limites, pela linha de frente cento e sessenta e cinco metros e cinquenta centímetros (165,50m) e sessenta e sete metros e oitenta centímetros (67,80m), pela linha de fundo quatrocentos e oitenta e cinco metros (485m), pela lateral esquerda, trezentos e cinquenta metros (350m) pela lateral direita, duzentos e sessenta metros (260m) e duzentos e vinte metros (220m), tudo conforme os elementos constantes do título definitivo de propriedade emitido pelo Estado do Pará, de número trezentos e sessenta e nove (369), documento devidamente transcrito às fls. duzentos e cinquenta (250) verso a duzentos e cinquenta e um .. (251) do livro três (3) "B", sob o número de ordem três mil, seiscentos e cinquenta e um (3651) do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Capanema, Estado do Pará em quatro (4) do mês de abril do ano corrente. Quinta — Que os bens imóveis supra descritos são incorporados à Sociedade pelo Valor total de cem mil cruzeiros novos .... (NCR\$ 100.000,00), de acordo com proposta feita pelos seus proprietários, e aceita, após avaliação, pelos demais integrantes da citada empresa, sem reservas ou restrições, correspondendo o valor de trinta e cinco mil cruzeiros novos (NCR\$ 35.000,00) ao imóvel rural de propriedade de Doralice Marques da Silva, trinta mil cruzeiros novos .. (NCR\$ 30.000,00) ao imóvel rural de propriedade de Lourival Marques da Silva, e de sua mulher Maria Ita de Oliveira Marques, vinte e cinco mil cruzeiros novos ..... (NCR\$ 25.000,00) para o imóvel rural de propriedade de Clemente Dias Pereira, e dez mil cruzeiros novos ..... (NCR\$ 10.000,00) para o imóvel rural de propriedade de Johnston da Silva Maia, pelo que, por esta escritura pública e na melhor forma de direito, o domínio, posse, uso e todos os direitos relativos a aqueles bens são transferidos,

e passam a ser exercidos, de modo pleno e exclusivo, à pela sociedade Agro Industrial de Salinópolis Ltda. — AGRISAL, não incidindo, sobre essa transmissão de bens imóveis, qualquer tributação, face à imunidade assegurada pelo parágrafo terceiro (§ 3º) do artigo vinte e três (23) da Constituição da República Federativa do Brasil, com a redação a esta dada pela Emenda Constitucional nº um (1), de dezessete (17) do mês de outubro de mil novecentos e sessenta e nove (1969), norma já anteriormente em vigor e repetida no item um (1) do artigo sétimo (7º) da Lei Estadual (Pará) número três mil, oitocentos e dezoito .... (3.818), de vinte e dois do mês de março de mil novecentos e sessenta e sete (1967). Sexta — Que em consequência dos procedimentos descritos acima, o Capital da sociedade Agro Industrial de Salinópolis Ltda. — AGRISAL, passa a ser de quinhentos mil cruzeiros novos ..... (NCR\$ 500.000,00), assim distribuído: (a) Francisco José Bacellar Lima, cinco (5) cotas, no valor de cinco mil cruzeiros novos (NCR\$ 5.000,00); (b) Fernando Pinto Araújo, dez (10) cotas, no valor de dez mil cruzeiros novos .... (NCR\$ 10.000,00); (c) Julieta de Nazareth Pinto Pina, quinze (15) cotas, no valor de quinze mil cruzeiros novos .. (NCR\$ 15.000,00); (d) João da Costa Pinto, cinco (5) cotas, no valor de cinco mil cruzeiros novos (NCR\$ 5.000,00); (e) Iacy de Nazareth Pina Nazaré, cinco (5) cotas, no valor de cinco mil cruzeiros novos (NCR\$ 5.000,00); (f) Ramiro Fernandes Nazaré, trezentas e dez (310) cotas, no valor de trezentos e dez mil cruzeiros novos ..... (NCR\$ 310.000,00); (g) R. F. Nazaré, Serviços Técnicos de Economia e Engenharia Industrial — SERTEC, cinquenta (50) cotas, no valor de cinquenta mil cruzeiros novos .. (NCR\$ 50.000,00); (h) Doralice Marques da Silva, trinta e cinco (35) cotas, no valor de trinta e cinco mil cruzeiros novos (NCR\$ 35.000,00); (i) Lourival Marques da Silva, trinta (30) cotas, no valor de



trinta mil cruzeiros novos (NCR\$ 30.000,00); (j) Clemente Dias Pereira, vinte e cinco (25) cotas, no valor de vinte e cinco mil cruzeiros novos (NCR\$ 25.000,00); e (l) Johnston da Silva Maia, dez (10) cotas, no valor de dez mil cruzeiros novos (NCR\$ 10.000,00). Sétima — Que os onze (11) atuais integrantes da sociedade de Agro Industrial de Salinópolis, Ltda., — AGRISAL, acima mencionados, têm por conveniente transformar, como por esta escritura pública transformada fica, o tipo daquela sociedade, passando, doravante, a ser anônima, sob a denominação de Garo Industrial de Salinópolis S.A. — AGRISAL, não ocorrendo, por essa transformação de tipo societário, qualquer solução de continuidade na atividade social, pois todos os direitos e obrigações componentes do patrimônio da sociedade transformadas são mantidos inalterados e válidos, para todos os efeitos de direito, na sociedade que, por este documento a substitui. Oitava — Que o capital da sociedade Agro Industrial de Salinópolis S.A. — AGRISAL é de quinhentos mil cruzeiros novos (NCR\$ 500.000,00), dividido em quinhentas mil (500.000) ações ordinárias, do valor nominal de um cruzeiro novo (NCR\$ 1,00) cada uma, e assim distribuídas: (a) Francisco José Bacellar Lima, cinco mil (5.000) ações, no valor de cinco mil cruzeiros novos (NCR\$ 5.000,00); (b) Fernando Pinto Araújo, dez mil (10.000) ações, no valor de dez mil cruzeiros novos (NCR\$ 10.000,00); (c) Julieta de Nazareth Pinto Pina, quinze mil (15.000) ações, no valor de quinze mil cruzeiros novos (NCR\$ 15.000,00); (d) João da Costa Pinto, cinco (5.000) mil ações, no valor de cinco mil cruzeiros novos (NCR\$ 5.000,00); (e) Iacy de Nazareth Pina Nazaré, cinco mil (5.000) ações, no valor de cinco mil cruzeiros novos (NCR\$ 5.000,00); (f) Ramiro Fernandes Nazaré, trezentos e dez mil (310.000) ações, no valor de trezentos e dez mil cruzeiros novos (NCR\$ 310.000,00); (g) R. F. Nazaré, Serviços Técnicos de

Economia e Engenharia Industrial — SERTEC, cincoenta mil (50.000) ações, no valor de cincoenta mil cruzeiros novos (NCR\$ 50.000,00); (n) Doranice Marques da Silva, trinta e cinco mil (35.000) ações, no valor de trinta e cinco mil cruzeiros novos (NCR\$ 35.000,00); (i) Lourival Marques da Silva, trinta mil (30.000) ações, no valor de trinta mil cruzeiros novos (NCR\$ 30.000,00); (j) Clemente Dias Pereira, vinte e cinco mil (25.000) ações no valor de vinte e cinco mil cruzeiros novos (NCR\$ 25.000,00); (1) Johnston da Silva Maia, dez mil (10.000) ações, no valor de dez mil cruzeiros novos (NCR\$ 10.000,00). Nona — Que a primeira diretoria da Sociedade Agro Industrial de Salinópolis S.A. — AGRISAL — é constituída dos acionistas Ramiro Fernandes Nazaré e Fernando Pinto Araújo, nos cargos de Diretor-Presidente e Diretor-Administrativo, respectivamente, e cujo período administrativo se estenderá até à posse de seus substitutos, a serem eleitos pela Assembléia Geral Ordinária que se reunirá no primeiro quadrimestre do ano de mil novecentos e setenta e dois (1.972). Décima: — Que os participantes do primeiro conselho fiscal da sociedade Agro Industrial de Salinópolis S.A. — AGRISAL são os seguintes: (a) membros efetivos — Francisco José Bacellar Lima, já qualificado, Ramiro Jayme Bentes, brasileiro, casado, engenheiro civil, residente e domiciliado na cidade de Belém, capital do Estado do Pará, e José Maria Pinheiro Conduru, brasileiro, casado, engenheiro agrônomo, residente e domiciliado na cidade de Belém, capital do Estado do Pará; (b) membros suplentes — Franti da Costa Barroosa, brasileiro, casado, economista, residente e domiciliado na cidade de Belém, capital do Estado do Pará; — Eduardo Grandi, brasileiro, casado, advogado, residente e domiciliado na cidade de Belém, capital do Estado do Pará. Décima Primeira: — Que o Diretor Ramiro Fernandes Nazaré, perceberá honorários mensais correspondentes

a vinte e seis (26) salários mínimos legais em vigor no Estado do Pará, e o Diretor Fernando Pinto Araújo, somente fará jus a honorários quando tiver início a fase operacional da fábrica de beneficiamento de caju que será implantada pela sociedade nesta cidade de Salinópolis, Estado do Pará. Décima Segunda: — Que cada membro do Conselho Fiscal acima mencionado, quando no efetivo exercício de suas funções perceberá, como honorários a quantia de dez cruzeiros novos (NCR\$ 10,00) por reunião que comparecer. Décima Terceira: — Que a sociedade Agro Industrial de Salinópolis S.A. — AGRISAL passa a ter suas atividades regidas pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis e de modo especial, pelos Estatutos a seguir apresentados: — ESTATUTOS SOCIAIS: — Capítulo I — Denominação, Sede, Fôro, Objeto e Duração. — Art. 1º — A Sociedade Agro Industrial de Salinópolis S.A. — AGRISAL tem suas atividades regidas pelas disposições legais em vigor que lhe forem aplicáveis e por estes Estatutos. — Art. 2º. — Tem a Sociedade sede na cidade de Salinópolis, Estado do Pará, e seu fôro é o da Comarca de Capanema, Estado do Pará. — Parágrafo Único: Por decisão da Diretoria poderá a sociedade instalar e extinguir filiais, escritórios, fábricas, armazéns, depósitos ou qualquer outra dependência no território nacional e fora dele. — Art. 3º — O objeto da Sociedade é a exploração agrícola, a industrialização, em todas as modalidades, e a comercialização, em geral, inclusive exportação, do caju. — Parágrafo Único: — Poderá a Sociedade, por deliberação da Diretoria, dedicar-se, direta ou indiretamente, a qualquer outra atividade que considerar necessária para ser atingido, de modo pleno, o objetivo social. — Art. 4º — O prazo de duração da Sociedade é indeterminado. — CAPÍTULO II — Capital e Ações. — Art. 5º — Tem a sociedade o capital de ... NCR\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros novos), dividido

em 500.000 (quinhentas mil) ações ordinárias, do valor nominal de NCR\$ 1,00 (um cruzeiro novo) cada uma. — Art. 6º — As ações nominativas ou ao portador, à vontade de seus proprietários. — § 1º — Os certificados representativos das ações poderão ser simples ou múltiplos, à escolha de seus proprietários. — § 2º. — A pedido de qualquer acionista, serão pela Diretoria transformados seus títulos simples em múltiplos, ou estes naqueles, e convertidas suas ações nominativas em ao portador, ou estas naquelas, correndo por conta dos acionistas interessados na transformação de títulos, na conversão de ações ou na transferência de ações nominativas, as despesas correspondentes ao custo de confecção de cada novo título utilizado em qualquer dessas operações. — Art. 7º. — Cada ação confere a seu proprietário o direito a um voto nas deliberações da Assembléia Geral. — CAPÍTULO III — Administração — Art. 8º — A Sociedade será administrada por Diretoria composta por um Diretor-Presidente e um Diretor-Administrativo, acionistas ou não e residentes no País, podendo ser reeleitos uma ou mais vezes. — Art. 9º — Os Diretores serão eleitos pela Assembléia Geral Ordinária para uma gestão de dois exercícios sociais, mas sua atividade administrativa se estenderá, para todos os efeitos, após o término daquele período até à data da posse de seus substitutos. Art. 10. — A representação ativa e passiva, judicial e extra-judicial, da sociedade será exercida, de modo pleno e sem limitações, por qualquer dos Diretores indistintamente. — Art. 11º — Em caso de vaga de qualquer dos cargos da Diretoria, deverá ser logo convocada a Assembléia Geral para eleger novo Diretor. — Art. 12. — Para a garantia de sua gestão cada diretor cautionará, antes de sua posse, cem (100) ações, próprias ou de terceiros. Referida caução somente poderá ser liberada após a aprovação, pela Assembléia Geral, das contas e atos por ela garantidos. — Art.



13.º — Os Diretores percebem: 1.) — a remuneração mensal fixada anualmente pela Assembléia Geral Ordinária; 2.) — a gratificação anual correspondente a 10% (dez por cento) dos lucros líquidos verificados ao término de cada exercício social.

**CAPÍTULO IV — Conselho Fiscal — Art. 14.** O Conselho Fiscal da sociedade será composto de 3 (três) membros efetivos e de 3 (três) membros suplentes, acionista ou não e residente no País, eleitos anualmente pela Assembléia Geral Ordinária, que lhes fixará os honorários por reunião a que comparecerem.

**CAPÍTULO V — Assembléia Geral — Art. 15.** A Assembléia Geral da sociedade reunir-se-á ordinariamente até o dia 30 (trinta) do mês de abril de cada exercício social, e extraordinariamente sempre que os interesses sociais o exigirem. — Art. 16.º — Reservados os casos previstos em Lei, as deliberações da Assembléia Geral serão sempre tomadas por maioria absoluta de votos de seus participantes, não computados os em branco. — Art. 17.º — A presidência da Assembléia Geral caberá ao acionista que os demais presentes elegerem. — O presidente assim escolhido convidará, dentre os participantes da reunião um acionista para secretariar os trabalhos.

**CAPÍTULO VI — Exercício Social, Balanço, Reserva, Fundo e Dividendos: — Art. 18.º.** O exercício social terminará no dia trinta e um (31) do mês de dezembro de cada ano civil, com que coincidirá, ocasião em que, obedecidas as prescrições legais aplicáveis, as boas normas contábeis e estes Estatutos, será procedido ao levantamento do balanço geral da sociedade, para a apuração dos resultados econômicos— financeiros do período social então concluído. — Art. 19.º — Dos lucros líquidos verificados ao fim de cada exercício social serão deduzidos, pela ordem: 1) — 5% (cinco por cento) para a reserva legal até alcançar a 20% (vinte por cento) do capital social; 2) — 10% (dez por cento) para o fundo para grati-

ficção a Diretoria, como disposto no item dois (2) do artigo 13 (treze) destes Estatutos. — Art. 20.º — O saldo que remanescer após a dedução de que trata o artigo anterior ficará a disposição da Assembléia Geral para as aplicações que, face a proposta da Diretoria e ouvido o Conselho Fiscal, julgar de interesse da sociedade. — **CAPÍTULO VII: — Liquidação: — Art. 21.** A sociedade entrará em liquidação extra judicial por decisão da Assembléia Extraordinária, que: 1) — estabelecerá o modo como será a liquidação processada; 2) — nomeará o liquidante e os membros efetivos e suplentes, do Conselho Fiscal que deverá atuar nesse período; 3) — fixará a remuneração a ser paga ao liquidante e aos membros em exercício do Conselho Fiscal; 4) — estabelecerá os poderes do liquidante para o exercício de suas funções. — Nada mais se continha em o referido Estatuto para aqui bem e fielmente transcrito dos próprios originais aos quais me reporto e dou fé. CERTIFICO que o selo a que está sujeito esta escritura foi pago pelo talão n. 128139—1a. via, expedido na data de hoje, pela Coletoria de Rendas do Estado em Salinópolis, consoante guia deste Cartório, assinada por mim tabelião interino. E, por estarem assim justos e contratados e se haverem mutuamente obrigados, mandaram os outorgantes e reciprocamente outorgados lavrar a presente escritura pública, que lhes li, e após lida e por eles aceita, sem reservas ou restrições, e, eu tabelião interino aceito a bem de quem ausente de direito fôr. Assim o disseram e outorgaram e aceitaram esta escritura que lhes li e acharam conforme, assinam com as testemunhas presenciais e idôneas Waldenor Ferreira Monteiro, funcionário municipal, e, Miguel Nascimento da Paixão, escriturário, ambos residentes nesta cidade. Eu, Raimundo Emir Botelho d'Oliveira, tabelião interino, escrevi, subscrevo e assino. Raimundo Emir Botelho d'Oliveira. — Salinópolis, 11 de abril

de 1970. (a.a.) Francisco José Bacellar Lima. — Fernando Pinto de Araújo — Julieta de Nazareth Pinto Pina. — João da Costa Pinto — Iacy de Nazareth Pina Nazaré. — Ramiro Fernandes Nazaré. — Ramiro Fernandes Nazaré. — Doralice Marques da Silva. — Lourival Marques da Silva. — Maria Ita de Oliveira Marques. — Clemente Dias Pereira. — Johnston da Silva Maia. — Testemunhas: — Waldenor Ferreira Monteiro. — Miguel Nascimento da Paixão. — Era o que se continha em a referida escritura solicitada para aqui bem e fielmente transcrita dos próprios originais aos quais me reporto e dou fé. Eu, Raimundo Emir Botelho d'Oliveira, tabelião interino, datilografei, subscrevo, de tudo dou fé, e assino.

Salinópolis, 11 de abril de 1970.

Em testemunho R.E.B.O. da verdade.

a) Raimundo Emir Botelho d'Oliveira  
Tabelião interino

**JUNTA COMERCIAL — Emolumentos: — NCr\$ 130,00 — Belém, ..... 1970.**  
a) Samuel — O funcionário.

**CARTÓRIO KOS MIRANDA — Certifico e dou fé que a presente cópia fotostática confere com o original, que me foi exibido nesta data, pelo qual autentico esta via.**  
Em sinal, C.N.A.R. da verdade.

Belém, 15 de abril de 1970

a) Carlos N. A. Ribeiro  
Tabelião Substituto

**JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARÁ — Esta Transformação Social, em 11 vias, foi apresentada no dia 14 de abril de 1970, e mandada arquivar por Despacho do Diretor de 15 do mesmo, contendo 6 folhas de número 4194/99, que vão por mim rubricadas com o apelido Tenreiro Aranha, de que faço uso. Tomou na ordem de arquivamento o número 1105/70 E, para constar, eu, Carmen Celeste Tenreiro Aranha, Primeiro oficial, fiz a presente nota. Junta Comercial do Es-**

tado do Pará, em Belém, 15 de abril de 1970.

a) OSCAR FACIOLA  
Diretor.

(Ext. — Reg. n. 1276. — Dia 18.9.70).

**CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A.**

**C E L P A**

**Assembléia Geral Ordinária**

Na forma dos Estatutos desta Sociedade e da Lei das Sociedades Anônimas, convocamos os senhores acionistas da CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A. — CELPA, em pleno gozo de seus direitos sociais, para a reunião de Assembléia Geral Ordinária, a realizar-se no próximo dia 29 de abril corrente, quarta-feira, às 16:00 horas, na sede da empresa, à Avenida Governador José Malcher número 1670. Serão tratados os seguintes assuntos:

1. Apreciar e deliberar sobre o balanço e relatório da Diretoria, relativos ao exercício de 1969 e respectivo parecer do Conselho Fiscal;
  2. Eleger os membros do Conselho Fiscal e seus suplentes para o próximo exercício;
  3. Fixar os honorários da Diretoria e dos membros do Conselho Fiscal;
  4. O que ocorrer.
- Belém, 15 de abril de 1970.

a) A DIRETORIA

(Ext. Reg. n. 1296 — Dias 18, 21 e 23.4.70)

**VIDROS INDUSTRIAIS DO PARÁ S.A.**

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

**Assembléia Geral Extraordinária**

Na forma dos estatutos e da Lei das Sociedades Anônimas convoco os senhores acionistas da VIDROS INDUSTRIAIS DO PARÁ S.A., para uma reunião de Assembléia Geral Extraordinária, a realizar-se no dia 25 de abril de 1970, às 10:00 horas, na sede social à rua Quinze de Novembro número 226, salas 1505 a ..



1507, com o objetivo de tratar dos seguintes assuntos.

- elevação do capital social;
  - consequente reforma dos estatutos;
  - o que ocorrer.
- Belém, 14 de abril de 1970.

(a) **Alberto Castello Branco Bendahan**  
Diretor  
(Ext. Reg. n. 1285  
Dias — 18, 21 e 23.4.1970)

#### COMPANHIA DE TELECOMUNICAÇÕES DO PARÁ

— C O T E L P A —

#### Assembléia Geral Ordinária

##### Convocação

Por este meio ficam convidados os senhores acionistas para a reunião de Assembléia Geral, a realizar-se dia 24 (vinte e quatro) do corrente mês, sexta-feira, às 17:30 horas (dezessete horas e trinta minutos), em sua sede, à rua 28 de setembro número 252, nesta Capital, a fim de deliberarem sobre os seguintes assuntos:

- Apreciação da Conta de Lucros e Perdas e Balanço Geral em 31 de dezembro de 1969;
  - Eleição do Conselho Fiscal;
  - Eleição da Diretoria;
  - O que ocorrer.
- Belém-Pa. 14 de abril de 1970.

A DIRETORIA  
(Ext. Reg. n. 1245 —  
Dias — 18, 21 e 23.4.70)

#### RODOFRIGO S.A.

#### Assembléia Geral Extraordinária

##### Convocação

Ficam os senhores acionistas de RODOFRIGO S.A., transportes, comércio e representações, convidados a se reunirem em Assembléia Geral Extraordinária, a realizar-se na sede social, à rua avenida Padre Eutíquio, 1845 — no dia 24 do corrente às 16 horas a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia:

- Demissão de Diretores;
  - preenchimento dos cargos vagos;
  - alteração dos estatutos sociais;
  - outros assuntos de interesse social.
- Belém, 10 de abril de 1970.

(a) **Islen Francisco Toledo**  
Diretor-Presidente  
(Ext. Reg. n. 1252 — Dias — 18, 21 e 24.4.1970)

#### MADEIRAS DO PARÁ S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO

( M A P A S A )

##### Convocação

Pelo presente convido os acionistas de MADEIRAS DO PARÁ S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO (MAPASA), a se reunirem em Assembléia Geral Extraordinária no dia 30 do corrente, às 20 horas, na sede social à rua O de Almeida, número 378 nesta cidade, para deliberarem sobre o seguinte:

- Aumento do Capital Social e Reforma dos Estatutos;
  - O que ocorrer.
- Belém, 9 de abril de 1970.
- (a) **Antonio Pereira Viçagre**  
Presidente  
(Ext. Reg. n. 1159 — Dias — 18, 21 e 23.4.70)

#### VICTOR C. PORTELA S.A.

#### Representações e Comércio

Comunicamos aos nossos acionistas que a partir desta data e nas horas de expediente, encontram-se à sua disposição, em nossa sede, à Praça Visconde do Rio Branco n. 19, todos os documentos a que se refere o artigo 99, letras A, B e C, do Decreto número 2627, de 26 de setembro de 1940.

Belém, 30 de março de 1970.

(a) A DIRETORIA

(Ext. Reg. n. 1197 — Dias — 18, 21 e 23.4.1970)

#### PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.

#### P E T R O B R Á S

#### Região de Exploração do Norte

#### R E N O R

#### Editais de Inscrição

A PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. — (PETROBRÁS), convida as empresas interessadas no fornecimento de materiais, equipamentos e gêneros alimentícios, nas áreas da Região Norte, a se inscreverem na Secretaria da Região de Exploração do Norte (RENOR), sito à Rua Senador Manuel Barata, número 532, 6º andar, até o dia 31 de julho do corrente ano, apresentando para fins de cadastramento a documentação abaixo:

Prova da existência legal da firma (Certidão da Junta Comercial);

Alvará de localização;

Atestado de idoneidade comercial;

Certidão negativa do Imposto de Renda;

Último recibo do Imposto de Renda;

Contribuição sindical do empregador;

Contribuição sindical do empregado;

Quitação dos impostos estadual e municipal;

Certidão do cumprimento da Lei dos dois terços;

Quitação da Previdência Social;

Certidão negativa de títulos protestados.

Belém, 10 de abril de 1970.

(a) **Otávio Benedito de Carvalho Melo**  
Superintendente da Região de Exploração do Norte  
(Ext. Reg. n. 1173 — Dia — 18.4.1970)

#### INDÚSTRIA BIOLÓGICA E FARMACÊUTICA DA AMAZÔNIA S.A. IBIFAM

#### Assembléia Geral Ordinária

##### 1a. Convocação

Pelo presente, ficam os senhores acionistas da INDÚSTRIA BIOLÓGICA E FARMACÊUTICA DA AMAZÔNIA S.A. — (IBIFAM) para uma

reunião de Assembléia Geral Ordinária, em primeira convocação, a realizar-se no próximo dia 28 de abril de 1970, em sua sede social à travessa 1º de Março edifício Nassar, sala 201, nesta cidade, a fim de discutirem e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

- Leitura, discussão e aprovação do Relatório da Diretoria, Parecer do Conselho Fiscal, Balanço e Demonstração da Conta de Lucros e Perdas referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 1969;
  - Eleição dos membros da Diretoria e do Conselho Fiscal e fixação dos respectivos honorários;
  - O que ocorrer.
- Belém, 8 de abril de 1970.

"Indústria Biológica e Farmacêutica da Amazônia S.A."

(a) **Elias Gatasse Kallume**  
Presidente  
(Ext. Reg. n. 1134 — Dias — 16, 17 e 18.4.1970)

#### CIPAGEM — CIA. PARAENSE DE EMBALAGENS

#### Assembléia Geral Ordinária — Convocação —

Convidamos os senhores acionistas da Companhia Paraense de Embalagens, para a reunião de Assembléia Geral Ordinária, a realizar-se em sua sede social à Av. Senador Lemos n. 2.671, às 16,00 horas do dia 30 de abril corrente, para deliberarem sobre:

- Apreciar e aprovar as contas da Diretoria referente ao exercício de 1969;
  - Apreciar e aprovar o Parecer do Conselho Fiscal;
  - Aprovar o Balanço Geral e Demonstração da Conta de "Lucros e Perdas", exercício de 1969;
  - Eleição e fixação dos honorários do Conselho Fiscal para o exercício de 1970;
  - Eleição da Diretoria para o biênio 1970/1971;
  - O que ocorrer.
- Belém, 9 de abril de 1970.

A DIRETORIA

(Ext. — Reg. n. 1151 — Dias 17, 18 e 21.4.70)



(a) **Dr. Hermógenes Ur-**  
**dininea Condurú**  
Presidente  
(Ext. Reg. n. 1019  
— Dias — 16, 17 e

(Ext. Reg. n. 1.106 — Dia: 18.04.70)



**CIAPESC — CIA. AMAZÔNICA DE PESCA**  
C. G. C. — 04.933.446  
**Assembléia Geral Ordinária**  
**Convocação**  
São convidados os senhores acionistas da CIAPESC — COMPANHIA AMAZÔNICA DE PESCA, a se reunirem em Assembléia Geral Ordinária, a realizar-se no próximo dia 30 de abril de 1970, às 10 horas, na sede social à Avenida Presidente Vargas, número 351 6º andar — conj. 602 nesta Capital, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

a) Leitura, discussão e aprovação do Relatório da Diretoria, Balanço Geral e Parecer do Conselho Fiscal, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 1969;

b) Eleição do Conselho Fiscal e fixação dos respectivos honorários.

Outrossim, informa a Diretoria que se encontram à disposição dos senhores acionistas, na sede social, os documentos a que se refere o artigo 99 do Decreto Lei número 2627 de 26 de setembro de 1940.

Belém (Pa), 27 de março de 1970.

(a) **Dr. Eddy Alberto Cury**  
Dir. Superintendente  
(Ext. Reg. n. 1127 — Dias — 16, 17 e 18.4.1970)

**SOCILAR — CRÉDITO IMOBILIÁRIO S.A.**  
C. G. C. 04.955.043  
**AUTORIZAÇÃO DO B. N. H. número 39**  
"Carta Patente do B. C. B. A. 68/4759"  
**Assembléia Geral Extraordinária**  
Estão por este edital convocados os senhores acionistas para a Assembléia Geral Extraordinária, a ter lugar às 17 (dezessete) horas do dia 23 (vinte e três) do mês de abril em curso, na sede social, à rua Santo Antônio, número 270 (duzentos e setenta), nesta cidade de Belém, capital do Estado do Pará, a fim de deliberarem sobre a seguinte matéria:

1. reestruturação da Diretoria;
2. alteração dos estatutos sociais;
3. o que ocorrer.

Belém (Pa), 14 de abril de 1970.

(aa) **Armando Rodrigues Carneiro**  
**Camilo Pôrto de Oliveira**  
**Alexandrino Gonçalves Moreira**  
**Pedro Paulo de Assumpção**  
Diretores  
(Ext. Reg. n. ... 1232 — Dias — 16, 17 e 18.4.70)

**AMAZÔNIA PROCESSOS E PRODUTOS QUÍMICOS S.A.**  
**— A M A Q U I M —**  
**Assembléia Geral Ordinária**  
Ficam os senhores acionistas desta sociedade convidados a se reunirem na sede social, à travessa Leão XIII número 55 — sala 209, Belém, Pará, para a Assembléia Geral Ordinária a realizar-se no dia 30 de abril de 1970, às 18 horas, a fim de deliberarem sobre o seguinte:

- a) Leitura, discussão e votação do Relatório da Diretoria, Balanço Geral, Demonstração da conta de Lucros e Perdas e Parecer do Conselho Fiscal, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 1969;
- b) recomposição da diretoria;
- c) fixação de honorário da diretoria;
- d) eleição dos membros e suplentes do Conselho Fiscal;
- e) Fixação de honorários dos membros e suplentes do Conselho Fiscal;
- f) O que ocorrer.

Belém 9 de abril de 1970.

(a) **Jonas Znyder**  
Presidente  
(Ext. Reg. n. 1125 — Dias — 16, 17 e 18.4.1970)

**INDÚSTRIAS JORGE CORREA S/A.**  
**Assembléia Geral Ordinária**  
Convidam-se os senhores acionistas para a reunião de Assembléia Geral Ordinária, a realizar-se no dia 30 do corrente na sede social, à rua Dr. Paes de Carvalho, número 648, às 18 horas, para deliberação sobre as Contas, Relatório da Diretoria e Parecer do Conselho Fiscal referentes ao exercício de 1969, Eleição da Diretoria e Conselho Fiscal, Fixação de Honorários e o que ocorrer.

**A DIRETORIA**

(Ext. — Reg. n. 1278. — Dias 16, 17 e 18.4.70).

**TUBOS PLÁSTICOS DA AMAZÔNIA S.A.**  
**— TUPLAMA —**  
**— A V I S O —**

Comunicamos que em nossa sede social, à Rua Santo Antonio número 95, nas horas do expediente normal, encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas, os documentos de que trata o artigo 99, da Lei das Sociedades Anônimas.

Belém, 15 de abril de 1970.

**A DIRETORIA**

(T. n. 15.982. — Reg. n. 1275. — Dias 16, 17 e ... 18.4.70).

**CERVEJARIA PARAENSE S/A — CERPASA**  
**RELATÓRIO DA DIRETORIA**

**Senhores Acionistas:**

Cumprindo disposições legais e estatutárias, esta Diretoria tem o prazer de submeter à sua apreciação o Balanço e a Conta de "Lucros e Perdas" acompanhados do Parecer do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social encerrado a 31 de dezembro de 1969.

Colocando-se à disposição dos Acionistas e da Assembléia Geral, para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários, a Diretoria aproveita o ensejo para expressar a sua sincera gratidão

Belém, 05 de março de 1970

(aa) **BENJAMIM MARQUES**

— Diretor Presidente

**TAN HOAN JOE**

— Diretor Superintendente

**KONRAD KARL SEIBEL**

— Diretor Gerente

**DR. ALÍPIO SEBASTIAO MARTINS**

— Diretor Tesoureiro

às autoridades federais, estaduais e municipais, na pessoa do Senhor Governador do Estado, do Senhor Prefeito Municipal, do Senhor Superintendente da SUDAM, do Senhor Superintendente da Receita Federal neste Estado, e ao Banco da Amazônia S/A, — BASA, bem como a todos os seus funcionários e ao povo em Geral, pelo valioso apoio que vêm proporcionando à Empresa.

Agradece, finalmente, aos funcionários da firma a dedicação e o zelo demonstrados no cumprimento de seu dever.



**CERVEJARIA PARAENSE S/A — "CERPASA"**  
**CGC — MF — 04894085**  
**BALANÇO GERAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 1969**

— A T I V O —		— P A S S I V O —	
<b>IMOBILIZADO</b>		<b>NAO EXIGIVEL</b>	
Terrenos .....	180.464,16	Capital .....	14.263.821,00
Instalações Industriais .....	1.099.046,60	<b>Reservas</b>	
Máquinas e Equipamentos .....	5.785.598,17	Reserva Legal .....	118.136,96
Veículos .....	380.420,87	Pagtº Div. Ações Preferen-	
Móveis e Utensílios .....	266.420,67	ciais .....	303.600,00
Ferramentas e Acessórios .....	37.348,66	Fundo aos Empregados ..	149.651,16
Obras em Construção .....	4.213.154,15	Fundo de Correção Mone-	
Conjunto para Chopp .....	237.347,96	tária .....	51.072,32
Conjunto para Gás Carbônico .....	37.917,11	Outras Reservas Estatutá-	
Marcas e Patentes .....	155,00	rias .....	962.338,57
Cauções Diversas .....	363,20		1.466.662,05
Títulos e Ações .....	2.000,00		
	12.240.236,55	Fundo Garantia Tempo de Serviço ..	177.670,02
Bens c/Reavaliação — Leis 3470/58 e		Fundo de Indenização Trabalhista ....	8.302,47
4357/64. ....	2.723.951,12	Fundo para Aumento de Capital ....	213,63
	14.964.187,67	Saldo à Disposição da Assembléia Geral	579.341,85
		<b>Provisões</b>	
<b>DISPONIVEL</b>		Dep. Máquinas e Equipa-	
		mentos .....	1.173.878,58
Caixa e Bancos .....	2.065.155,43	Correção Monetária—Má-	
<b>REALIZAVEL — a curto prazo</b>		quinas e Equip. ....	456.307,57
Contas a Receber .....	16.267,70	Dep. Instalações Industri-	
Contas Correntes .....	639.184,06	ais .....	148.549,50
Duplicatas a Receber .....	65.416,88	Correção Monetária-Instal.	
Acionistas C/ Capital a Realizar .....	74.579,00	Indust. ....	53.209,35
Matéria Prima e Almojarifado ....	2.385.816,78	Dep. de Veículos .....	82.884,11
Produtos Acabados .....	120.016,67	Correção Monetária-Veí-	
Adiantamentos .....	1.835,00	culos .....	7.821,93
Salário Família a Ressarcir ....	646,52	Dep. Conjunto para Chopp	31.721,39
Antecipações de Pagamento .....	170,56	Dep. Móveis e Utensílios	65.348,71
Depósitos em Garantia .....	2.610,00	Correção Monetária-Mó-	
	3.306.543,17	veis e Utens. ....	14.846,93
<b>— a longo prazo</b>		Dep. Conjunto para Gás	
Obrigações do Tesouro Nacional — Lei		Carbônico .....	4.142,91
4357 .....	8.302,47	Dep. Ferramentas e Aces-	
Banco Com. e Ind. da América do Sul		sórios .....	17.255,80
S/A C/Vinculada — F.G.T.S. ....	169.072,11	Correção Monetária-Ferram.	
Banco Federal Itaú Sul Americano S/A.		e Acess. ....	4.138,31
C/Vinculada — F.G.T.S. ....	8.597,91	Pagtº Imposto de Renda .	775.634,49
	185.972,49		2.835.739,58
			3.601.267,55
<b>PENDENTE</b>		Lucros em Suspensos .....	350,31
Gastos a Classificar .....	11.137,88	<b>EXIGIVEL — curto prazo</b>	
<b>Gastos Diferidos</b>		Contas a Pagar .....	483.686,69
Antecipação de Assistência Social	331.597,01	Contas Correntes .....	241.124,22
	342.734,89	Contribuições a Recolher .....	21.798,88
<b>SUB TOTAL</b> .....	20.864.593,65	Impostos e Taxas a Recolher .....	631.454,93
<b>COMPENSAÇÃO</b>		Dividendos a Distribuir .....	10.321,69
Ações Caucionadas .....	4.000,00	Salários não Reclamados .....	1.069,27
Contratos de Seguros .....	15.053.314,97	Títulos Descontados .....	10.000,00
Talões do Refeitório .....	11.095,92	Salários em Custódia .....	345,43
Recibos de Assistência Social .....	36.698,35	Créditos de Distribuidores — I.C.M. ..	624,67
	15.105.109,24	Cauções de Terceiros .....	13.930,00
<b>TOTAL</b> .....	NCr\$ 35.969.702,89	<b>SUB TOTAL</b> .....	20.864.593,65
		<b>COMPENSAÇÃO</b>	
		Cauções da Diretoria .....	4.000,00
		Seguros Contratados .....	15.053.314,97
		Talões do Refeitório .....	11.095,92
		Recibos de Assistência Social .....	36.698,35
			15.105.109,24
		<b>TOTAL</b> .....	NCr\$ 35.969.702,89

(aa) BENJAMIM MARQUES

Diretor Presidente

DR. ALÍPIO SEBASTIAO MARTINS

Diretor Tesoureiro

TAN HOAN JOE

Diretor Superintendente

KONRAD KARL SEIBEL

Diretor Gerente

VICTOR VILELLA MONTEIRO



CERVEJARIA PARAENSE S/A. — "CERPA S A"  
C G C — M F — 0 4 8 9 4 0 8 5PARTIDA DE LUCROS E PERDAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 1969

D E B Í T O			C R É D I T O	
ENCARGOS DO EXERCÍCIO			PRODUTOS DAS OPERAÇÕES SOCIAIS .....	9.480.341,11
DESPESAS GERAIS			RENDAS DIVERSAS .....	405.288,26
Administração, Pessoal, Vendas, etc. ...	1.918.276,28		REVERSÃO DE DEPRECIAÇÃO .....	10.765,98
DESPESAS FINANCEIRAS				
Juros, Despesas Bancárias, Descontos				
sobre Vendas .....	36.357,14	1.954.633,42		
IMPOSTOS E TAXAS				
Impostos Federais, Estaduais e Muni-				
cipais .....		4.669.043,13		
AMORTIZAÇÃO DO ATIVO FIXO				
Máquinas e Equipamentos ..	504.753,78			
Instalações Industriais ....	68.339,27			
Veículos .....	60.678,69			
Móveis e Utensílios .....	23.400,91			
Ferramentas e Acessórios ..	6.962,35			
Conjunto para Chopp .....	23.136,11			
Conjunto para Gás Carbô-				
nico .....	3.651,63			
Correção Monetária .....	284.243,07	975.165,81		
Veículos, Móveis e Utensílios				
Prejuízo por Venda .....	25.406,89	1.000.572,70		
PROVISÕES				
Para Pagamento de Imposto de Renda		775.634,49		
RESERVAS				
Legal .....		74.825,58		
Pagamento Dividendos Ações				
Preferenciais .....	303.600,00			
Fundo aos Empregados .....	149.651,16	842.344,18		
Outras Reservas Estatutárias	389.093,02			
Saldo à Disposição da Assembléia Geral				
		579.341,85		
TOTAL .....			TOTAL .....	NCr\$ 9.896.395,35
	NCr\$	9.896.395,35		

(aa) BENJAMIM MARQUES  
Diretor Presidente  
DR. ALÍPIO SEBASTIÃO MARTINS  
Diretor TesoureiroTAN HOAN JOE  
Diretor Superintendente  
KONRAD KARL SEIBEL  
Diretor Gerente  
VICTOR VILELLA MONTEIRO  
T.C.—DEC—130.360—CRC—PA — 1478

## PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da CERVEJARIA PARAENSE S/A. "CERPA S A", infra-assinados, havendo procedido ao exame da Demonstração da Conta de "Lucros e Perdas" e do Balanço Geral, bem como à sindicância de todos os negócios e operações sociais relativos ao exercício de mil novecentos e sessenta e nove (1969), declaram perfeitamente regulares aqueles documentos e os atos e fatos administrativos, pelo que opinam por sua aprovação na Assembléia Geral dos acionistas.

Belém, 05 de março de 1970  
(aa) Dr. Alberto C. Martins de Barros  
Joaquim Lopes Nogueira  
Aldo Oliveira Brandão

(Ext. — Reg. n. 1301 — Dia: 18/4/70).



MT — DNPVN  
COMPANHIA DAS DOCAS  
DO PARÁ — (C D P)

**A V I S O**

Pelo presente, ficam os Senhores acionistas cientificados de que se acham à disposição dos mesmos no Edifício-Sede da Companhia, sito à Av. Presidente Vargas n. 41, 2o. andar, nesta cidade, os documentos previstos no art. 99 do Decreto-Lei n. .... 2 627, de 26.09.40 (Lei de S/A), relativos ao exercício de 1969.

Belém, 15 de abril de 1970.

Dr. Octávio Bandeira Cascaes  
Diretor Adm. Financeiro  
Respondendo pela Presidência da CDP

(Ext. Reg. n. 1293 — Dias — 17, 18 e 21.4.70)

JOAQUIM FONSECA, NAVEGAÇÃO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO S. A.  
"JONASA"

**COMUNICAÇÃO**

Comunicamos aos senhores Acionistas, que se encontram à Disposição na sede social à rua Professor Nelson Ribeiro n. 161, nesta cidade, os documentos referentes ao art. 99 do Decreto-Lei n. 2627 de 26.09.1940, relativos ao exercício de 1969.

Belém, 7 de abril de 1970  
a) Joaquim Fonseca Navegação Ind. e Com. S/A "JONASA"

(Ext. — Reg. n. 1146 — Dias 17, 18 e 21.4.70)

SA RIBEIRO COMÉRCIO E INDÚSTRIA S. A.

C.G.C. — M. F. 0 4910469

**Assembléia Geral Ordinária**

Convidamos os Srs. Acionistas a reunirem-se em Assembléia Geral Ordinária, no dia 27 do corrente mês, às 8 horas, em nossa sede Social, à Rua 15 de Novembro n. 74 —, a fim de julgarem as contas da Diretoria, referentes ao exercício de 1969, eleger os membros do Conselho Fiscal e o que ocorrer.

Belém, 8 de abril de 1970.

Joaquim Mendes Ribeiro  
Presidente

(Ext. Reg. n. 1090 — Dias — 14, 17 e 23.4.70)

AMAZÔNIA DESENVOLVIMENTO E TURISMO, S.A.

Comunicamos aos senhores acionistas que se encontram à sua disposição, em nossos Escritórios, à Avenida Presidente Vargas, número 780 — Loja número 3, para serem examinados, dentro do horário comercial, os documentos a que se referem o artigo 99, letras A, B e C do Decreto Lei n. 2627 de 26 de setembro de 1940.

(a) A DIRETORIA

(Ext. Reg. n. 1132 — Dias — 16, 17 e 18.4.1970)

JUTA DO TAPAJÓS COMÉRCIO E INDÚSTRIA S/A.

( J U T A S A )

C.G.C. 05712112

**Relatório da Diretoria**

**Senhores Acionistas,**

Cumprindo disposições legais e estatutárias, vimos de apresentar para vossa apreciação, o Balanço Geral, Demonstração da Conta de Lucros & Perdas e o Parecer do Conselho Fiscal, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 1969.

As cifras expressas em nosso Balanço, bem refletem a

Santarém (Pa.), 16 de fevereiro de 1970.

aa) Joel de Albuquerque Queiroz

Diretor-Presidente

João Prutchansky

Diretor Superintendente

**BALANÇO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1969**

— A T I V O —			— P A S S I V O —		
<b>IMOBILIZADO</b>			<b>NAO EXIGÍVEL</b>		
Ferramentas e Equipamentos Industriais . . . . .	4.709,51		Capital . . . . .	200.000,00	
Móveis e Utensílios . . . . .	10.951,50		Fundo de Reserva Legal . . . . .	556,25	
Maquinismos e Acessórios . . . . .	26.250,00		Fundo para Depreciações . . . . .	9.538,67	
Imóveis . . . . .	117.825,90		Fundo de Renovação de Maquinismos . . . . .	1.668,74	
Veículos . . . . .	15.000,00	174.736,91	Provisão p/ créditos de liquidação duvidosa . . . . .	1.240,63	
			Lucros Suspensos . . . . .	8.899,94	221.904,23
<b>DISPONÍVEL</b>					
Caixa . . . . .	164,83		<b>EXIGÍVEL A CURTO PRAZO</b>		
Bancos . . . . .	20.343,00	20.507,83	Contas Correntes — Diretores . . . . .	16.699,50	
			Contas a Pagar . . . . .	2.672,38	
<b>REALIZÁVEL A CURTO PRAZO</b>			Impostos a Pagar . . . . .	17.767,38	37.139,26
Contas Correntes . . . . .	62.031,56				
Fibras . . . . .	552,24		<b>CONTAS DE COMPENSAÇÃO</b>		
Adiantamentos a Empregados . . . . .	110,00		Caução da Diretoria . . . . .	120,00	
Almoxarifado . . . . .	1.104,95	63.798,75	Efeitos em Cobrança . . . . .	800,00	920,00
<b>CONTAS DE COMPENSAÇÃO</b>					
Ações Cauçionadas . . . . .	120,00				
Bancos — Cobrança . . . . .	800,00	920,00			
<b>TOTAL</b> . . . . .	<b>NCr\$</b>	<b>259.963,49</b>	<b>TOTAL</b> . . . . .	<b>NCr\$</b>	<b>259.963,49</b>



## DEMONSTRAÇÃO DA CONTA DE LUCROS &amp; PERDAS

— DÉBITO —		— CRÉDITO —	
<b>DESPESAS ADMINISTRATIVAS</b>		Vendas de Fibras . . . . .	371.537,50
Alugueis, Água, Luz e Telefone, Assistência Con-		Comissões Passivas . . . . .	43.022,99
tábil, Despesas Gerais, Gratificações, Honorá-		Restituições e Indenizações . . . . .	143.094,94
rios do Conselho Fiscal, Material de Expedien-			
te, Ordenados, Pró-labore da Diretoria, Por-			
tes e Telegramas, Propaganda, Representa-			
ção Social, Serviços Técnicos, Despesas com			
Livros, Despesas de Instalação, Imposto Sin-			
dical, Conservação de Móveis e Utensílios e			
Despesas de Viagens . . . . .	91.278,12		
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>			
Aviso Prévio, Férias e Indenizações, Conservação			
e Reparos, Conservação, Despesas com Fibras,			
Impostos e Taxas Diversas, Prêmios de Seguro			
s/Acidentes do Trabalho, Prêmio de Seguro c/			
Fôgo, Encargos Sociais, Salários, Custeio de			
Veículos, 13º Salário, Combustíveis e Lubrifi-			
cantes, Conservação e Reparos de Maquinis-			
mos . . . . .	82.142,29		
<b>DESPESAS COMERCIAIS</b>			
Comissões Ativas, Comissões Bancárias, Fretes			
Marítimos, Impostos de Circulação de Mer-			
cadorias, Juros & Descontos, Prêmios de Se-			
guros s/ Transportes . . . . .	344.563,41		
Depreciações . . . . .	9.538,67		
Provisões . . . . .	21.233,00		
Saldo à disposição da Assembléia Geral . . . . .	8.899,94		
<b>TOTAL . . . . .</b>	<b>NCr\$ 557.655,43</b>	<b>TOTAL . . . . .</b>	<b>NCr\$ 557.655,43</b>

Santarém (Pa.), 31 de dezembro de 1969.

a) Joel de Albuquerque Queiroz  
Diretor-Presidentea) João Prutchansky  
Diretor Superintendente

a) José Joaquim Sarmento da Silva

Tec. em Contabilidade CRC — Pa. 0288 Prov.

O presente Balanço está transcrito no Livro Diário n. 1, fls. 65 a 70.

## PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os abaixo assinados, membros do Conselho Fiscal de JUTA DO TAPAJÓS COMÉRCIO E INDÚSTRIA S/A. — (JUTASA), após minucioso exame no Balanço Geral, Demonstração da Conta de Lucros & Perdas relativos ao exercício de 1969 e de toda a documentação que nos foi exibida, são de parecer que os números expressam a real situação econômico-financeira da sociedade, merecendo, pois, a aprovação pela Assembléia Geral que deverá ser convocada para esse fim.

Santarém (Pa.), 22 de janeiro de 1970.

aa) Menasseh José Nahon  
Menasseh José Zagury  
João Carvalho Silva

(T. n. 15.967 — Reg. n. 1.123 — Dia: 18.04.70)

CUNHA, MAIA, INDÚSTRIAS  
E COMÉRCIO S.A.

## 1a. Convocação

Em obediência ao artigo 99 da Lei das Sociedades Anônimas, ficam avisados os senhores acionistas que se acham à disposição de V. S. os livros, documentos e demais papéis que envolvam responsabilidade da sociedade, referentes ao exercício de 1969, no horário de expediente comercial, no escritório da empresa à rua Marquês de Pombal, n. 104.

Na oportunidade ficam os mesmos convidados para a reunião de Assembléia Geral Or-

dinária a realizar-se no dia 20 do corrente às 16,30 horas no escritório da empresa para tratar dos seguintes assuntos:

- Aprovação das contas da Diretoria referentes ao exercício de 1969;
- Eleição da Diretoria e do Conselho Fiscal;
- O que ocorrer.

Belém, 07 de abril de 1970.

(a) Nabor de Castro e Silva  
Diretor-Presidente  
(Ext. Reg. n. .... 1128 — Dias — 16, 17 e 18.4.1970)

COMPANHIA IMPORTADORA  
DE TRATORES E EQUIPAMENTOS (CITREQ)

C. G. C. 04901153

Assembléia Geral  
Extraordinária

## Convocação

Por este Edital, convocamos os senhores acionistas a se reunirem em Assembléia Geral Extraordinária no dia 30.04.70, às 17,00 horas, na sede social, à Rua Santo Antônio, 432, térreo a fim de deliberarem sobre o seguinte:

- Proposta da Diretoria para elevação do capital social, mediante a utili-

zação do Fundo de Reavaliação e incorporação de reservas, na forma permissível em Lei, e consequente alteração dos Estatutos Sociais.;

- Parecer do Conselho Fiscal sobre a Proposta da Diretoria;
- O que ocorrer.

Belém, 24 de março de 1970.

(a) Dr. Hermógenes Urdininea Candurá  
Presidente  
(Ext. Reg. n. 1021 — Dias — 16, 17 e 18.4.1970)



# CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A.

Ata da Reunião da Diretoria  
realizada em 16 de março  
de 1970.

Aos dezesseis (16) dias do  
mes de março do ano de mil  
novecentos e setenta (1970),  
às quinze (15) horas, em sua  
sede social à Av. Governador  
José Malcher, n. 1670 (hum  
mil seiscientos e setenta),  
nesta cidade de Belém,  
Capital do Estado do Pará,  
reuniu-se a Diretoria da Cen-  
trais Elétricas do Pará S.A.  
— CELPA, presentes os dire-  
tores no lim assinados, cons-  
tituindo a totalidade dos  
membros da Diretoria. Assu-  
mindo a direção dos traba-  
lhos o Diretor-Presidente co-  
municou que de acôrdo com  
os Ofícios ns. 3481/69 —  
DI/DH, de 10 de novembro  
de 1969, 31/70 — DI/DH, de 12  
de janeiro de 1970 e 425/70 —  
DI/DH, de 5 de março de ..  
1970, recebidos da Superin-  
tendência do Desenvolvi-  
mento da Amazônia — SUDAM,  
já se encontravam habilita-  
dos, na forma da Lei n. 5.174  
de 27 de outubro de 1966,  
pessoas jurídicas, para subs-  
crever mais hum milhão cen-  
to e vinte e seis mil cento e  
noventa e uma (1.126.191)  
ações preferenciais, da Cen-  
trais Elétricas do Pará S.A.  
— CELPA, no valor de hum  
milhão cento e vinte e seis  
mil cento e noventa e hum  
cruzeiros novos (NCr\$ .....  
1.126.191,00) nos termos do  
projeto aprovado pela referi-  
da autarquia federal. Con-  
tinuando esclareceu que, pa-  
ra possibilitar a referida su-  
bscrição, se faria necessário  
a emissão das ações preferen-  
ciais tipo "c" corresponden-  
tes, mediante autorização da  
Diretoria, ouvido o Conselho  
Fiscal que já se manifestara,  
nos seguintes termos: — PA-  
RECER DO CONSELHO FIS-  
CAL — Os membros do Con-  
selho Fiscal da sociedade Cen-  
trais Elétricas do Pará S.A.  
— CELPA, reunidos na sede  
social, na cidade de Belém,  
capital do Estado do Pará, à  
Av. Governador José Mal-  
cher, n. 1670 (hum mil seis-  
centos e setenta), às 17 (de-  
zessete) horas do dia 12 de  
março de 1970, analisando a  
proposta da Diretoria, refe-

rente a emissão de hum mi-  
lhão cento e vinte e seis mil  
cento e noventa e uma)  
(1.126.191) ações preferen-  
ciais (Lei n. 5.174/66), subs-  
critas por titulares de depó-  
sitos decorrentes de dedução  
do Imposto de Renda, con-  
cordam plenamente com a  
emissão pretendida. Belém,  
12 de março de 1970. Paulo  
César de Oliveira, Lúcio Ves-  
pasiano do Amaral, Oswaldo  
Sabino de Freitas, Armando  
Marques Gonçalves e Joa-  
quim Antunes. Colocado o  
assunto em discussão, foi  
aprovada por unanimidade a  
emissão de hum milhão cen-  
to e vinte e seis mil cento e  
noventa e uma (1.126.191)  
ações preferenciais da Em-  
presa, para subscrição na  
forma do projeto, aprovado  
pela SUDAM, por titulares de  
depósitos decorrentes de de-  
dução do Imposto de Renda,  
observada a legislação em  
vigor. Em seguida, o Diretor-  
Presidente esclareceu que  
com a subscrição de novas  
ações, cuja emissão acabara  
de ser autorizada assim fica-  
ria a situação do capital so-  
cial da Empresa: Capital au-  
torizado NCr\$ 100.000.000,00  
(Cem Milhões de Cruzeiros  
Novos) divididos em cinquen-  
ta milhões (50.000.000) de  
ações ordinárias nominativas e  
cinquenta milhões (50.000.000)  
de ações preferenciais do va-  
lor nominal de NCr\$ 1,00  
(Hum Cruzeiro Novo) cada  
uma. Capital subscrito ....  
NCr\$ 40.117.493,00 (Quarenta  
Milhões Cento e Dezessete  
Mil Quatrocentos e Noventa  
e Três Cruzeiros Novos) tota-  
lizando quarenta milhões  
cento e dezessete mil quatro-  
centas e noventa e três ....  
(40.117.493) ações ordinárias  
e NCr\$ 28.776.760,00 (Vinte e  
Oito Milhões Setecentos e Se-  
tenta e Seis Mil Setecentos e  
Sessenta Cruzeiros Novos)  
totalizando vinte e oito mi-  
lhões setecentos e setenta e  
seis mil setecentos e sessenta  
(28.776.760) ações preferen-  
ciais, assim subdivididas: ..  
21.232.782 ações preferen-  
ciais tipo "a"; 1.307.022 ações  
preferenciais tipo "b" e ....  
6.236.956 ações preferenciais  
tipo "c" (Lei n. 5.174/66) per-  
fazendo o total de 28.776.760  
ações preferenciais. E, como  
não mais houvesse a tratar,  
foi encerrada a sessão, la-

vrando-se a presente ata.

Belém, 16 de março de 1970

J. J. Aben-Athar

Diretor — Presidente  
Irawaldyr Waldner Moraes  
da Rocha

Diretor-Financeiro

Edmundo Moura

Diretor-Administrativo

Alberto da Silva Moreira

Diretor-Técnico

Luiz Carlos Nogueira de

Freitas

Diretor de Distribuição

Wagner Gillet Machado

Diretor de Operações

## CARTÓRIO DINIZ

Reconheço as firmas supra  
de J. J. Aben-Athar, Irawal-  
dyr Waldner Moraes da Ro-  
cha, Edmundo Moura, Alber-  
to da Silva Moreira, Luiz  
Carlos Nogueira de Freitas  
e Wagner Gillet Machado.

Belém, 7 de abril de 1970.

Em testemunho N.E.C.M.  
de verdade.

NEY EMIL DA CONCEIÇÃO  
MESSIAS — Escrevente auto-  
rizado.

## JUNTA COMERCIAL

Emolumentos NCr\$ 250,00  
Duzentos e Cincoenta Cru-  
zeiros Novos.

(a) Ilegível — O funcionário

## JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARÁ

Esta Ata em 3 vias fo-  
apresentada no dia 10 de  
abril de 1970 e mandada ar-  
quivar por despacho do Di-  
retor de mesma data, contem-  
do 2 folhas de ns. 4011/12  
que vão por mim rubricadas  
com o apelido Tenreiro Ara-  
nha, de que faço uso. Tomou  
na ordem de arquivamento o  
n. 1059/70. E para constar  
eu, Carmen Celeste Tenreiro  
Aranha Primeiro oficial, fiz  
a presente nota. Junta Co-  
mercial do Estado do Pará,  
em Belém, 10 de abril de  
1970.

O Diretor, OSCAR FACIOLA

## PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do CONSE-  
LHO FISCAL, da sociedade  
CENTRAIS ELÉTRICAS DO  
PARÁ S.A. — CELPA, reuni-  
dos na sede social, na cidade  
de Belém, capital do Estado  
do Pará, à Av. Governador  
José Malcher n. 1670 (hum  
mil seiscientos e setenta), às  
17 (dezessete) horas do dia  
12 de março de 1970, anali-  
sando a proposta da Direto-  
ria, referente à emissão de  
hum milhão cento e vinte e  
seis mil cento e noventa e  
uma (1.126.191) ações prefe-  
renciais (Lei n. 5.174/66),  
subscritas por titulares de  
depósitos decorrentes de de-  
dução do Imposto de Renda,  
concordam plenamente com  
a emissão pretendida.

Belém, 12 de março de 1970

Paulo César de Oliveira

Lúcio Vespasiano do Amaral

Oswaldo Sabino de Freitas

Armando Marques Gonçalves

Joaquim Antunes

## CARTÓRIO DINIZ

Reconheço as firmas supra  
de Paulo César de Oliveira,  
Lúcio Vespasiano do Amaral,  
Oswaldo Sabino de Freitas,  
Armando Marques Gonçalves  
e Joaquim Antunes.

Belém, 07 de abril de 1970.

Em testemunho N.E.C.M.  
de verdade.

NEY EMIL DA CONCEIÇÃO  
MESSIAS — Escrevente auto-  
rizado.

## JUNTA COMERCIAL

Emolumentos NCr\$ 10,00.

(a) Ilegível, O funcionário

## JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARÁ

Esta ata de Conselho Fis-  
cal em 3 vias foi apresenta-  
do no dia 10 de abril de 1970  
e mandada arquivar por des-  
pacho do Diretor de mesma  
data, contendo 1 folha de n.  
4013 que vai por mim rubri-  
cadas com o apelido Terrei-  
ro Aranha, de que faço uso.  
Tomou na ordem de arquivamento o n. 060/70. E para  
constar eu, Carmen Celeste  
Tenreiro Aranha, primeiro  
oficial, fiz a presente nota.  
Junta Comercial do Estado  
do Pará, em Belém, 10 de  
abril de 1970.

O Diretor, OSCAR FACIOLA



CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S. A.  
BOLETIM DE SUBSCRIÇÃO DE AÇÕESCAPITAL AUTORIZADO: NCr\$ 100.000.000,00 — ASSEM BLEIA GERAL EXTRAORDINARIA DE 22.12.1969  
Ações Preferenciais da Lei n. 5.174, de 27 de Outubro de 1966 — (NOMINATIVAS)

Nome do Subscritor e Endereço	Cidade Estado	Ações Adquiridas	Valor (NCr\$)	Assinatura
GERALDO SILVEIRA & CIA. Rua Cantareira, 62	São Paulo São Paulo	6.126	6.126,00	Banco da Amazônia S. A. Wanderley Normando Presidente
INDÚSTRIA GEOLAR LTDA. R. Padre Diogo Nunes, 54	São Paulo São Paulo	8.796	8.796,00	Banco da Amazônia S. A. Wanderley Normando Presidente
PASCHOALINO NATALE-METALÚRGICA CI- CLOPE R. Pio XII, 14	Formiga Minas Gerais	2.206	2.206,00	Centrais Elétricas do Pará S. A. José Jacintho Aben-Athar Diretor-Presidente Irawaldyr Waldner Moraes da Ro- cha — Diretor-Financeiro
PRESTEC S/A — SERVIÇOS TÉCNICOS E AD- MINISTRATIVOS Av. Ipiranga, 345	São Paulo São Paulo	11.624	11.624,00	Sedil Luiz Moreira Humberto Aguiar Dias
T O T A L .....		28.752	28.752,00	

## JUNTA COMERCIAL

Emolumentos NCr\$ 10,00

(a) Ilegível — O funcionário

## JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARÁ

Este Boletim de Subscrição em 3 vias foi apresentado no dia 10 de abril de 1970 e mandado arquivar por Despacho do Diretor de mesma data contendo 1 folha de n. 4014 que vai por mim rubricada com o apelido Tenreiro Aranha  
Diretor — OSCAR FACIOLA

de que faço uso. Tomou na ordem de arquivamento o n. 1061/70. E para constar eu Carmen Celeste Tenreiro Aranha, Primeiro oficial, fiz a presente nota. Junta Comercial do Estado do Pará em Belém, 10 de abril de 1970.

## BOLETIM DE SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES

Nome do Subscritor e Endereço	Cidade Estado	Ações Adquiridas	Valor (NCr\$)	Assinatura
BANCO DO ESTADO DO PARÁ S/A Av. Presidente Vargas, 275	Belém Pará	236.526	236.526,00	Banco do Estado do Pará S/A. Janim Barriga Aymoré Presidente
BANCO DO ESTADO DE SÃO PAULO S/A Praça Antônio Prado, 6	São Paulo São Paulo	351.733	351.733,00	(a) Ilegível do Diretor (a) Ilegível Humberto Aguiar Dias
CENTRAIS ELÉTRICAS DE S. PAULO S/A Avenida Paulista, 2086	São Paulo São Paulo	4.610	4.610,00	(a) Ilegível Instituto de Resseguros do Brasil
INSTITUTO DE RESSEGUROS DO BRASIL Av. Marechal Câmara, 171	Rio de Janeiro Guanabara	204.570	204.570,00	(a) Ilegível
SHELL BRASIL S/A (PETRÓLEO) Av. Rio Branco, 109—13º a 21º and.	Rio de Janeiro Guanabara	300.000	300.000,00	Alberto Vieira de Souza
T O T A L .....		1.097.439	1.097.439,00	

## JUNTA COMERCIAL

Emolumentos NCr\$ 10,00

(a) Ilegível — O funcionário

## JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARÁ

Este Boletim de Subscrição em 3 vias foi apresentado no dia 10 de abril de 1970 e mandado arquivar por despacho do Diretor de mesma data, contendo 1 folha de n. 4013/14 que vai por mim rubricada com o apelido Tenreiro Aranha

de que faço uso. Tomou na ordem de arquivamento o n. 1061/70. E para constar eu, Carmen Celeste Tenreiro Aranha, Primeiro oficial, fiz a presente nota. Junta Comercial do Estado do Pará, em Belém, 10 de abril de 1970.  
O Diretor — OSCAR FACIOLA



**AGRO-PECUÁRIA GRÃO PARA S.A.**  
**BOLETIM DE SUBSCRIÇÃO**

Boletim de Subscrição de ações preferenciais, correspondente ao aumento do capital social, no valor de NCr\$ 23.499,00 (vinte e três mil, quatrocentos e noventa e nove cruzeiros novos), divididos em 23.499 (vinte e três mil, quatrocentos e noventa e nove) ações preferenciais nominativas, do valor nominal de NCr\$ 1,00 (um cruzeiro novo) cada uma, conforme deliberação da Assembléia Geral Extraordinária realizada em 20 de março de 1970, com recursos oriundos dos Incentivos Fiscais da Lei 5174/66. Conceição do Araguaia, 20 de março de 1970.

N.º de Ordem	Nome completo do Investidor e Assinatura	Endereço—Cidade—Estado	Exercícios		Total NCr\$	N. de Ações
			1.9.6.8	1.9.6.9		
01	Bolívia-Administração de Bens S/A. ....	Rua 7 de Abril, 34 — s/101 São Paulo — SP. ....		2.095,00	2.095,00	2.095
02	p/p. Dr. Vicente Sampaio Góes Neto Cia. Distribuidora de Águas Minerais Cadima ...	Parque das Águas, s/n. Águas da Prata — SP. ...	6.919,00	6.240,00	13.159,00	13.159
03	p/p. Dr. Vicente Sampaio Góes Neto Gabriel de Paula S/A. Comissária e Exportadora .....	Rua 15 de Novembro, 150 Santos — SP. ....	3.312,00		3.312,00	3.312
04	p/p. Dr. Lauro Pereira Cordeiro Filho Labortex S/A. Indústria e Comércio de Produtos de Borrocha .....	Av. Industrial, 2810 Santo André — SP. ....		3.955,00	3.955,00	3.955
05	p/p. Dr. Lauro Pereira Cordeiro Filho Plasmeca Indústria e Comércio de Artefatos Plásticos Lda. ....	Rua Joaquim Antunes, 977 São Paulo — SP. ....	978,00		978,00	978
	p/p. Dr. Lauro Pereira Cordeiro Filho					
	<b>TOTAIS</b> .....		11.209,00	12.290,00	23.499,00	23.499

Cláudio A. Lunardelli  
Secretário

**11.º CARTÓRIO DE NOTAS**  
**ANTIGO TABELIONATO VEIGA**

Reconheço a firma supra de Cláudio A. Lunardelli  
São Paulo, 25 de março de 1970.  
Em test. P.S. de verdade.  
PAULO SANTORO — Escrevente Autorizado

**JUNTA COMERCIAL**

Emolumentos NCr\$ 50,00 (cinquenta cruzeiros novos)  
Belém, 30 de março de 1970.  
a) ILEGÍVEL — O Funcionário

**JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARÁ**

Esta Ata e Boletim em 5 (cinco) vias foram apresentados no dia 30 de março de 1970 e mandados arquivar por despacho do Diretor de mesma data contendo 4 (quatro) folhas de ns. 3584/87 que vão por mim rubricadas com o apelido Tenreiro Aranha de que faço uso. Tomou na ordem de arquivamento e n. 904/70. E para constar eu, Carmen Celeste Tenreiro Aranha, Primeiro Oficial fiz a presente nota: Junta Comercial do Estado do Pará em Belém, 30 de março de 1970.

OSCAR FACIOLA — Diretor da Junta Comercial

(Ext. Reg. n. 1104 — Dia 18-4-1970)

**NORGRAF S.A. — INDÚSTRIA GRÁFICA**

1a. Convocação  
Em obediência ao artigo 99 da Lei das Sociedades Anônimas, ficam avisados os senhores acionistas que se acham a disposição de V. S. os livros documentos e demais papéis que envolvam responsabilidade da sociedade, referentes ao exercício de 1969 no horário do expediente comercial no escritório da empresa à trav. Frutuoso Guimarães n. 337.

Na oportunidade ficam os mesmos convidados para a reunião de Assembléia Geral Ordinária a realizar-se no dia 25 do corrente às 16,30 horas no escritório da empresa para tratar dos seguintes assuntos:

- a) aprovação das contas da Diretoria referentes ao

exercício de 1969;

- b) o que ocorrer.  
Belém, 07 de abril de 1970.

(a) Nabor de Castro e Silva  
Diretor-Presidente  
(Ext. Reg. n. 1131 — Dias — 16, 17 e 18.4.1970)

**UZINA BRASIL S.A.**  
**Assembléia Geral Ordinária**

Pelo presente convocamos os senhores acionistas para a reunião de Assembléia Geral Ordinária a ter lugar no próximo dia 30 de abril às 16 horas, à travessa Quintino Bocaiuva, 777, com o fim de:

- a. apreciar o relatório da Diretoria;  
b. tomar conhecimento do

parecer do Conselho Fiscal;

- c. votar o balanço e a demonstração da conta de Lucros e Perdas de 31.12.1969;

- d. o que ocorrer.  
Pará, 31 de março de 1970.

(a) Wady Thomé Chamié  
Presidente  
(Ext. Reg. n. 1092 — Dias — 16, 18 e 30.4.70)

**LUCIFARMA S.A.**

**Assembléia Geral Ordinária**

Pelo presente convocamos os senhores acionistas para a reunião de Assembléia Geral

Ordinária a ter lugar no próximo dia 30 de abril, às 16 horas, à Praça Justo Chermont, 170 com o fim de:

- a. apreciar o relatório da Diretoria;  
b. votar o balanço e a demonstração da conta de Lucros e Perdas de 31.12.1969;  
c. tomar conhecimento do Parecer do Conselho Fiscal;  
d. o que ocorrer.  
Pará, 31 de março de 1970.

(a) Lidia Lage Lobato  
Presidente

(Ext. Reg. n. 1093 — Dias — 16, 18 e 30.4.1970)



**FAZENDA DO CEDRO S.A.****ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO REALIZADA EM 12 DE MARÇO DE 1970**

Aos doze (12) dias do mês de março do ano de mil novecentos e setenta, às oito horas na sede social na localidade de Barreira do Campo, Município de Santana do Araguaia, Estado do Pará, com o objetivo de constituir a sociedade anônima FAZENDA DO CEDRO S.A., reuniram-se as pessoas a seguir nomeadas e subscritoras de parte do Capital Social autorizado como segue: Eduardo Celestino Rodrigues, brasileiro, casado, engenheiro civil, residente na Capital de São Paulo à Rua Maranhão, 1.019 — 15º andar; Américo Malzoni, brasileiro, casado, engenheiro civil, residente na Capital de São Paulo à Rua Emílio de Menezes, 45; Maria Helena Malzoni Carmo, brasileira, casada, prendas domésticas, residente na Capital de São Paulo à Rua Maracaibo, 25, representada por seu procurador senhor Eduardo Celestino Rodrigues, conforme procuração lavrada nas notas do 5º Tabelião da Cidade de São Paulo em 28 de agosto de 1969, no Livro 866, fls. 52; Albino Malzone, brasileiro, casado, comerciante, residente na Capital de São Paulo à Rua Rio de Janeiro, 212 — 9º andar; Livio Malzoni, brasileiro, casado, engenheiro civil, residente na Capital de São Paulo à Avenida Higienópolis, 349 — 4º andar; Adolpho Vaz de Aruda, brasileiro, casado, engenheiro, civil, residente na Capital de São Paulo à Avenida Doutor Arnaldo, 1.973; Salvador Caruso Orlando, brasileiro, casado, economista, residente na Capital de São Paulo à Rua Campo Verde, 605; Victor Malzoni, brasileiro, casado, comerciante, residente na Capital de São Paulo à Rua Veiga Fº 547; Renato Lima da Costa, brasileiro, casado, engenheiro, civil, residente na Capital de São Paulo à Avenida Higienópolis, 1.048 — apto. 113; Sylvio Claro Cunha, brasileiro, casado, contador, residente na Capital de São Paulo à Rua Piauí, 665 — apto. 151; Joffre Freitas de Moraes, brasileiro,

casado, comerciante, residente na Capital de São Paulo à Av. Higienópolis, 1.048 — apto. 133 e Oscar Malzone, brasileiro, casado, comerciante, residente na Capital de São Paulo à Rua Alagoas, 363 — apto. 74.

Entre os presentes foi escolhido o senhor Eduardo Celestino Rodrigues para assumir a presidência dos trabalhos o qual convidou a mim Albino Malzone para servir de secretário. Declarando instalada a Assembléia, o senhor Presidente esclareceu que a finalidade desta, era a constituição da sociedade anônima FAZENDA DO CEDRO S.A., sociedade essa que será de capital autorizado, na forma prevista na Lei 4728/65, com o objetivo de desenvolver atividade agro-pecuária e industrial no Sul do Pará, com a utilização dos recursos de incentivos fiscais da SUDAM.

Tendo em vista que o projeto em elaboração prevê uma aplicação da ordem de ..... NCr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros novos), esclareceu o senhor Presidente que se deverá estabelecer o capital autorizado nesse valor, sendo NCr\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil cruzeiros novos) em ações ordinárias e NCr\$ 7.500.000,00 (sete milhões e quinhentos mil cruzeiros novos) em ações preferências, todas nominativas, esclarecendo, entretanto, ser suficiente que os seus acionistas subscrevam neste ato uma pequena parcela para o início do funcionamento da sociedade.

Nessas condições determinou o senhor Presidente a mim secretário que procedesse a leitura dos Estatutos Sociais que seriam postos em discussão e votação, cujo teor é o seguinte:

**FAZENDA DO CEDRO SOCIEDADE ANÔNIMA**  
**ESTATUTOS SOCIAIS**  
**CAPÍTULO I**

**Da Denominação, Sede, Fins e Duração**

Art. 1º — Sob a denominação social de FAZENDA DO CEDRO S.A., fica constituída uma sociedade anônima, que se regerá pelos presentes estatutos e disposições legais que lhe forem aplicáveis.

Art. 2º — O objeto da sociedade consiste nas atividades

agrícola, pecuária e industrial em todas as suas modalidades, inclusive a industrialização, importação e exportação de materiais agrícolas e de construção, equipamentos para fins industriais, máquinas e ferramentas para uso na indústria, representações, bem como ainda, a prestação de serviços de orientação para exploração do comércio, indústria e agricultura, podendo também, participar de outras sociedades.

Art. 3º — A sociedade tem sede e fôro na localidade de Barreira do Campo, município de Santana do Araguaia, Estado do Pará.

Art. 4º — A duração da sociedade é por tempo indeterminado.

**CAPÍTULO II**

**Do Capital Social e Das Ações**

Art. 5º — O Capital social autorizado é de NCr\$ ..... 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros novos) dividido em 10.000.000 (dez milhões) de ações nominativas no valor nominal de NCr\$ 1,00 (hum cruzeiro novo) cada uma, sendo 2.500.000 (dois milhões e quinhentas mil) ações ordinárias e 7.500.000 (sete milhões e quinhentas mil) ações preferenciais, estas sem direito a voto. O capital subscrito é de NCr\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros novos), dividido em 200.000 (duzentas mil) ações ordinárias nominativas, no valor nominal de NCr\$ 1,00 (hum cruzeiro novo) cada uma. § 1º — As ações preferenciais estão reservadas para subscritores detentores de fundos oriundos das leis 4.216 de 6 de maio de 1963 e 5.174 de 27 de outubro de 1966, ou oriundos de outras fontes relacionadas com o regime fiscal de estímulos ao desenvolvimento econômico no norte do país.

§ 2º — A emissão de novas ações dentro dos limites do capital social autorizado, não importará em alteração dos Estatutos Sociais, mas será obrigatoriamente registrada na Junta Comercial do Estado, dentro do prazo de 30 (trinta) dias de cada emissão. § 3º — A emissão de ações, dentro dos limites do capital autorizado exigirá a integralização mínima de 15% do seu valor no ato da subscrição, devendo o saldo ser integralizado dentro do prazo máximo de 12 (doze) meses, de acordo com chamadas da Diretoria. § 4º — A integralização das ações, a critério da Diretoria, poderá dar-se mediante ingresso em dinheiro, em bens ou valores ou ainda, pelo aproveitamento de reservas ou fundos disponíveis, inclusive os de correção monetária e de manutenção de capital de giro próprio. § 5º — A emissão e colocação de novas ações, dentro do limite do capital autorizado da sociedade, dependerão exclusivamente de autorização da Diretoria, não podendo, entretanto, ser colocadas por valor inferior ao nominal. § 6º — É indispensável a audiência do Conselho Fiscal, em qualquer processo de emissão de novas ações da sociedade, mesmo que dentro do limite do capital autorizado. § 7º — Os acionistas não gozarão do direito de preferência para a subscrição de ações emitidas e colocadas pela Diretoria, dentro dos limites do capital autorizado, salvo nas hipóteses previstas no artigo 46, parágrafo terceiro da Lei 4.728 de 14 de julho de 1965. § 8º — A sociedade poderá emitir títulos múltiplos de ações em qualquer das categorias. § 9º — A posse de uma ou mais ações da sociedade importa para o acionista, desde logo, na aceitação destes Estatutos Sociais e das deliberações que forem tomadas pelas Assembléias Gerais. § 10 — As ações preferenciais não terão direito a voto e gozarão dos seguintes privilégios: a) prioridade no reembolso do capital social, sem direito a prêmio, na hipótese de liquidação da sociedade; b) prioridade na distribuição de dividendo anual, não cumulativo, de 6% (seis por cento) sobre o seu valor nominal, a partir do exercício indicado pelo projeto aprovado pela SUDAM; c) participação nos lucros remanescentes que forem distribuídos, em igualdade de condições com as ações ordinárias, depois de assegurado a estas o dividendo de 6% (seis por cento) ao ano sobre o seu valor nominal. § 11 — As ações preferenciais são nominativas, intransferíveis e irredimíveis pelo prazo de 5 (cinco) anos, a contar da data de sua subscrição. § 12 — As ações emitidas farão jus a



dividendos **pro rata temporis** na proporção dos montantes efetivamente realizados. § 13 — Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações das Assembléias Gerais.

## CAPÍTULO III

## Da Administração da Sociedade

Art. 6º) — A sociedade será administrada por uma Diretoria composta de 8 (oito) Diretores, acionistas ou não, residentes no país e eleitos pela Assembléia Geral que fixará seus honorários, podendo os Diretores ser reeleitos. Parágrafo Único — O mandato da Diretoria será de 3 (três) anos.

Art. 7º) — Cada Diretor prestará caução de 100 (cem) ações da sociedade em garantia de sua gestão, ficando investido no cargo. Parágrafo Único — Em caso de vaga ou ausência temporária, caberá à Diretoria escolher o Diretor para preenchê-la, até a primeira Assembléia Geral.

Art. 8º) — A Diretoria, representada por qualquer dos Diretores, individualmente, tem as atribuições e poderes que a Lei lhe confere para assegurar o funcionamento regular da Sociedade e praticar todos os atos e operações relativas aos fins da Sociedade e representá-la em juízo ou fora dele, ativa e passivamente, respeitadas as disposições especiais contidas no artigo 9º. Parágrafo Único — Os diretores poderão para facilitar os trabalhos da administração, distribuir entre si as funções.

Art. 9º) — A Diretoria, representada necessariamente por 2 (dois) Diretores, fica investida de poderes especiais para, em nome da Sociedade, adquirir alienar ou onerar por qualquer forma bens imóveis, assinar os títulos múltiplos de ações, emitir, aceitar, avalizar, endossar, descontar e caucionar letras de câmbio e notas promissórias, bem como constituir procuradores para a prática dos atos previstos neste artigo e no anterior, obedecendo ao disposto, no art. 116, § 5º do Decreto 2627 de ..... 26.9.1940.

Art. 10) — A Diretoria se reunirá, sempre que necessário, e deliberará válidamente com a presença de (quatro) Diretores sendo lavradas as atas das reuniões no livro próprio.

Art. 11) — Os Diretores perceberão os honorários, gratificações e percentagens que lhes forem fixadas pela Assembléia Geral somente nos períodos em que estiverem prestando serviços efetivos à Sociedade.

CAPÍTULO IV  
Do Conselho Fiscal

Art. 12) — A Assembléia Geral Ordinária elegerá anualmente um Conselho Fiscal, constituído de 3 (três) membros efetivos e de outros tantos suplentes, acionistas ou não, para exercer as funções determinadas em Lei, podendo ser reeleitos. Parágrafo Único — Os membros em exercício terão a remuneração fixada pela Assembléia Geral que os eleger.

## CAPÍTULO V

## Das Assembléias Gerais

Art. 13) — A Assembléia Geral reunir-se-á, ordinariamente, nos quatro primeiros meses após o término do exercício social e, extraordinariamente na forma da Lei, presidida por um Diretor e secretariada por um acionista indicado pelos demais.

## CAPÍTULO VI

## Da Distribuição dos Lucros

Art. 14) — O exercício social coincide com o ano civil, findo o qual, proceder-se-á ao levantamento do balanço geral. O lucro líquido apurado terá a seguinte distribuição: a) 5% (cinco por cento) para constituição de Reserva Legal, até atingir-se 20% (vinte por cento) do montante do capital social subscrito e integralizado; b) a importância necessária para o pagamento do dividendo fixado para as ações preferenciais nos termos da letra B do parágrafo 1º do artigo 5º destes Estatutos Sociais; c) 10% (dez por cento) para a constituição de um fundo de participação dos empregados nos lucros da empresa, observando-se os parágrafos 1º e 2º deste artigo e d) o remanescente será colocado à disposição da Assembléia Geral. § 1º — 30% (trinta por cento) da importância correspondente ao fundo de participação dos empregados, serão distribuídos aos mesmos, obrigatoriamente, no curso do exercício imediatamente subsequente ao da apuração dos lucros que em cada ano forem atribuídos a esse fundo. Somente

concorrerão os empregados que, na data do balanço respectivo, já mantiverem relação de emprego com a sociedade, sendo o montante a ser atribuído a cada um, calculado de acordo com critérios de proporcionalidade pré fixados pela Diretoria, atendendo-se ao tempo de serviço e aos salários percebidos. § 2º — 70% (setenta por cento) da importância correspondente ao fundo de participação dos empregados serão comprovadamente aplicados em obras e serviços de assistência médica e social, que beneficiem os empregados da Sociedade.

## CAPÍTULO VII

## Das Disposições Gerais

Art. 15) — A sociedade entrará em liquidação ou se dissolverá nos casos previstos em Lei, escolhendo-se os liquidantes e os membros do Conselho Fiscal para funcionar durante a liquidação.

Art. 16) — Os casos omissos nos presentes estatutos serão regulados pela legislação em vigor pertinentes à matéria.

Terminada a leitura dos Estatutos retro-transcritos e atendendo a determinação do senhor Presidente, li a Relação dos Subscritores do Capital Social conforme segue: FAZENDA DO CEDRO S.A. Barreira do Campo — município de Santana do Araguaia, Estado do Pará. Relação dos Subscritores do Capital Social de .... NCr\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros novos) dividido em 200.000 (duzentas mil) ações ordinárias e nominativas, do valor nominal de NCr\$ 1,00 (um cruzeiro novo) cada uma, subscrição essa a ser integralizada em dinheiro, com realização de 15% (quinze por cento) neste ato e o saldo mediante chamadas periódicas da Diretoria no prazo máximo de 12 meses. Número de Ordem — Nome, Nacionalidade, Estado Civil, Profissão e Residência — Ações Subscritas em Dinheiro — Quantidade — Valor — Integralização — Porcentagem — NCr\$ — 1 — Eduardo Celestino Rodrigues brasileiro, casado, engenheiro civil, residente na Capital de São Paulo à Rua Maranhão, 1.019, 15 andar — 33.110 — ..... 33.110,00 — 15% — ..... 4.966,50 — 2 — Américo Mal-

zoni, brasileiro, casado, engenheiro civil, residente na Capital de São Paulo à Rua Emílio de Menezes, 45 — 31.308 — 31.308,00 — 15% — 4.696,20 — 3 — Maria Helena Malzoni Carmona, brasileira, casada, de prendas domésticas, residente na Capital de São Paulo à Rua Maracaibo, 25, por seu procurador Eduardo Celestino Rodrigues — 27.210 — ..... 27.210,00 — 15% — 4.081,50 — 4 — Albino Malzone, brasileiro, casado, comerciante, residente na capital de São Paulo à Rua Rio de Janeiro, 212, 9º andar — 21.952 — .. 21.952,00 — 15% — 3.292,80 — 5 — Lívio Malzoni, brasileiro, casado, engenheiro civil, residente na Capital de São Paulo à Avenida Higienópolis, 349, 4º andar — 16.684 — .. 16.684,00 — 15% — 2.502,60 — 6 — Adolpho Vaz de Arruda brasileiro, casado, engenheiro civil, residente na Capital de São Paulo à Av. Dr. Arnaldo, 1.973 — 16.142 — .. 16.142,00 — 15% — ..... 2.421,30 — 7 — Salvador Caruso Orlando, brasileiro, casado, economista, residente na Capital de São Paulo à Rua Campo Verde, 605 — 15.070 — 15.070,00 — 15% — .... 2.260,50 — 8 — Victor Malzoni, brasileiro, casado, comerciante, residente na Capital de S. Paulo à Rua Veiga Filho, 547 — 14.672 — 14.672,00 — 15% — 2.200,80 — 9 — Renato Lima da Costa, brasileiro, casado, engenheiro civil, residente na Capital de São Paulo à Av. Higienópolis, 1048 apto. 113 — 10.660 — 10.660,00 — 15% — 1.599,00 — 10 — Sylvio Claro Cunha, brasileiro, casado, contador, residente na Capital de São Paulo à Rua Piauí, 665, apto. 151 — ..... 4.754 — 4.754,00 — 15% — 713,10 — 11 — Joffre Freitas de Moraes, brasileiro, casado, comerciante, residente na Capital de São Paulo à Avenida Higienópolis, 1048 apto. 133 — 4.314 — 4.314,00 — 15% — 647,10 — 12 — Oscar Malzone, brasileiro, casado, comerciante, residente na Capital de São Paulo à Rua Alagôas, 363 apto. 74 — 4.124 — 4.124,00 — 15% — 618,60 — Totais — 200.000 — 200.000,00 — 30.000,00. Declaramos estar conforme o original. Santana do Araguaia,



12 de março de 1970. (aa) Eduardo Celestino Rodrigues — Presidente e Albino Malzone, Secretário.

Finda a leitura da Relação dos Subscritores, disse o senhor Presidente que a importância de NCr\$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros novos) correspondente a 15% (quinze por cento) do valor subscrito em dinheiro, já se acha em caixa na sociedade.

Continuando, o senhor Presidente submete à apreciação dos presentes os documentos lidos, oferecendo a palavra a quem dela quisesse fazer uso. Como ninguém se manifestasse, o senhor Presidente submeteu à votação os estatutos sociais e a relação dos subscritores, verificando-se a aprovação unânime de ambos os documentos.

Declarou, então o senhor Presidente definitivamente constituída a FAZENDA DO CEDRO S.A., com sede na localidade de Barreira do Campo, município de Santana do Araguaia, Estado do Pará, e determinou-se procedesse a eleição dos membros da primeira Diretoria e do primeiro Conselho Fiscal.

Pedindo a palavra, o subscritor Victor Malzoni, propôs que fossem eleitos Diretores os senhores Eduardo Celestino Rodrigues, Américo Malzoni, Albino Malzone, Livio Malzoni, Adolpho Vaz de Arruda, Salvador Caruso Orlando e Renato Lima da Costa, já qualificados no início desta ata e mais o senhor Henrique Vita, brasileiro, casado, técnico em Contabilidade, residente na Capital de São Paulo à Rua Arizona, 472 e para membros efetivos do Conselho Fiscal os senhores Francisco de Assis Gerin, brasileiro, solteiro, maior, engenheiro, residente na Capital de São Paulo à Av. Duque de Caxias, 626 apto. 604, Joffre Freitas de Moraes, acima qualificado e Henrique Olivetti, brasileiro, casado, comerciante, residente no Capital de São Paulo à Rua Francisco Maldonado, 424 e suplentes os senhores Humberto de Minco, brasileiro, casado, comerciante, residente na Capital de São Paulo à Avenida Euzébio Matoso, 650 Pizzarro Osório Rondon, brasileiro, ca-

sado, comerciante residente na Capital de São Paulo à Avenida Piassanguaba, 2908 e Romiro Oss, brasileiro, casado, contador, residente na Capital de S. Paulo, à R. do Bosque, 607.

Propôs ainda que os diretores não percebessem honorários nesta fase inicial, dados os fins da Companhia de dar o seu concurso para o desenvolvimento da região superintendida pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia — SUDAM, e que os membros do Conselho Fiscal em exercício, perceberiam, cada um, a remuneração de NCr\$ 10,00 (dez cruzeiros novos) anuais.

Submetida a proposta a discussão e votação foi a mesma aprovada unânime, abstendo-se de votar os impedidos.

Nada mais havendo a tratar, foi suspensa a sessão pelo tempo necessário à lavratura desta ata, datilografada em 6 vias de igual teor, o que fiz como secretário. Reaberta a sessão foi a ata lida, aprovada e assinada por mim secretário, pelo Presidente e por todos os subscritores presentes, ficando um exemplar em poder da Sociedade e tendo os outros o destino legal.

Santana do Araguaia, 12 de março de 1970.

(aa) Eduardo Celestino Rodrigues por si e por Maria Helena Malzoni Carmena  
Américo Malzoni  
Albino Malzone  
Livio Malzoni  
Adolpho Vaz de Arruda  
Salvador Caruso Orlando  
Victor Malzoni  
Renato Lima da Costa  
Sylvio Claro Cunha  
Joffre Freitas de Moraes  
Oscar Malzone  
Eduardo Celestino Rodrigues  
Presidente  
Albino Malzone  
Secretário

Cartório Kós Miranda  
Reconheço as assinaturas supra.

Em sinal C. N. A. R. da verdade.

Belém, 25 de março de 1970.

(a) Carlos N. A. Ribeiro  
Tab. Substituto

#### 5º Cartório de Notas

Reconheço por semelhança as firmas retro de Eduardo Celestino Rodrigues — Américo Malzoni — Albino Malzone — Livio Malzoni — Adolpho Vaz de Arruda — Salvador Caruso Orlando — Victor Malzoni — Renato Lima da Costa — Sylvio Claro Cunha — Joffre Freitas de Moraes — Oscar Malzone.

São Paulo 24 de março de 1970.

Em testemunho D. S. da verdade.

(a) Daniel Sicci

Escrevente autorizado

#### Emolumentos da Junta Comercial

NCr\$ 250,00 (duzentos e cinquenta cruzeiros novos)

Belém, 6 de abril de 1970.

a) Illegível

Emolumentos NCr\$ .....  
250,00 recolhidos ao Departamento da Receita Estadual.

#### Junta Comercial do Estado do Pará

Esta Ata e Boletim em três vias foram apresentados no dia 6 (seis) de abril de 1970 e mandados arquivar por despacho do Diretor de 9 do mesmo, contendo (8) oito folhas de números 3922/29 que vão por mim rubricados com o apelido Tenreiro Aranha de que faço uso. Tomou na ordem de arquivamento o número 1024/70. E para constar eu, Carmen Celeste Tenreiro Aranha, Primeiro oficial, fiz a presente nota. Junta Comercial do Estado do Pará em Belém 08 de abril de 1970.

O Diretor

OSCAR FACIOLA

(Ext. Reg. n. 1141 — Dia — 18.4.70)

#### CIAMA — CIA. DE PRODUTOS DA AMAZÔNIA

##### Assembleia Geral Ordinária

Convidam-se os acionistas da CIAMA — CIA. DE PRODUTOS DA AMAZÔNIA a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária em sua sede social na Rodovia Arthur Bernardes número 2702, no dia 27 do corrente mês de abril, às 16 horas, para tratarem do seguinte:

- Apreciação e votação do relatório da Diretoria, Balanço Geral, Parecer do Conselho Fiscal e demais documentos relativos ao exercício de .... 1969;
  - Composição da Diretoria e do Conselho Fiscal;
  - o que mais ocorrer.
- Belém, 14 de abril de 1970.
- (a) Antonio Santos Cruz  
Diretor-Presidente em exercício  
(T. n. 15976 —  
(Reg. n. 1187 —  
Dias — 18, 21, e ..  
23.4.1970)

#### CIAMA — CIA. DE PRODUTOS DA AMAZÔNIA

##### Assembleia Geral Extraordinária

Convidam-se os acionistas da CIAMA — CIA. DE PRODUTOS DA AMAZÔNIA a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária em sua sede social à Rodovia Arthur Bernardes número 2702, no dia 27 do corrente mês de abril, às 18 horas, para tratar da reforma dos estatutos, aumento de capital e do que mais ocorrer.

Belém, 16 de abril de .... 1970.

(a) Antonio Santos Cruz  
Diretor-Presidente em exercício.  
(T. n. 15991 — Reg. n. ...  
1290 — Dias — 18, 21 e ....  
23.4.1970)

#### OSCAR REIS S.A. — COMÉRCIO E INDÚSTRIA

Ata da Assembleia Geral Ordinária de OSCAR REIS S.A. — Comércio e Indústria, como abaixo se declara.

Aos treze dias do mês de março de hum mil novecentos e setenta, às 10 horas, na cidade de Castanhal, Pará, à Rua Magalhães Barata, n. 1553/75, reuniu a Assembleia Geral Ordinária, convocada para os fins mencionados no Edital de Convocação, publicados nos Diários Oficiais dos dias 03, 05, 06 do mês corrente e no jornal "A Província do Pará". O Senhor Oscar da Silva Reis assumiu a presidência dos trabalhos e



verificando pelo livro de presença haver número legal de Acionistas deu por abertos os trabalhos convidando os Acionistas Rita Darcelina Monteiro Reis e Marcelina da Silva Reis para servirem como secretárias. A Acionista Rita Darcelina Monteiro Reis, passou a ler os editais de convocação escrito nos seguintes termos: — OSCAR REIS S/A.

— COMÉRCIO E INDÚSTRIA. Assembléia Geral Ordinária. Pelo presente ficam convidados a se reunirem em Assembléia Geral Ordinária, na sede da Sociedade, sita à Rua Magalhães Barata n. 1553/75, às 10 horas do dia 13 de março do corrente, os Senhores Acionistas desta Sociedade, para discutirem e deliberarem sobre o seguinte: Relatório da Diretoria, Balanço Geral, Demonstração da Conta Lucros e Perdas, Parecer do Conselho Fiscal, Eleição do Conselho Fiscal, Fixação de Honorários da Diretoria e do Conselho Fiscal para o exercício de 1970. Cas

tanhal, 21 de fevereiro de 1970. a) Oscar da Silva Reis Diretor Superintendente. A seguir o Senhor Superintendente colocou em discussão o Relatório da Diretoria, Contas do exercício de um mil novecentos e sessenta e nove e o Parecer do Conselho Fiscal. Terminada a discussão da matéria o Senhor Presidente mandou que se procedesse a votação do referido Relatório, Contas da Diretoria e Parecer do Conselho Fiscal, que foram aprovados por unanimidade de votos, deixando de votar a Diretoria por impedimento legal. A seguir o Sr. Superintendente anunciou que se ia proceder a eleição dos membros do Conselho Fiscal, suspendendo a sessão pelo tempo necessário, para que fossem feitas as cédulas para votação. Voltando a Assembléia a reunir-se e procedendo aos sufrágios verificou-se haverem sido eleitos membros efetivos do Conselho Fiscal os senhores João Benedito Monteiro, Pedro Coêlho da Mota, Manoel Galvão Filho, e como suplentes os senhores Fernando Valente Arantes Pereira, Manoel Luis Ferreira Cardoso, Manoel Albuquerque de Souza, os quais de logo empossados. Em ato

dente declarou que a remuneração do Superintendente e Suplente será a mesma que vinham percebendo.

A seguir o senhor Superintendente expôs aos Senhores Acionistas que era de opinião que o resultado das contas de 1969 ficassem em Lucros Suspensos, para eventual aumento de capital o que foi aceito por unanimidade.

Ato Continuo o Senhor Superintendente colocou a palavra à disposição dos Senhores Acionistas, como ninguém se manifestasse foi suspensa a sessão pelo tempo necessário à lavratura da presente Ata e depois reabertos os trabalhos foi esta Ata lida, achada conforme aprovada, lavrada e assinada por todos os presentes: aa) Oscar da Silva Reis; Rita Darcelina Monteiro Reis; Marcelina da Silva Reis; P.p. Fernando Valente Arantes Pereira; Oscar da Silva Reis; P.p. Manoel do Socorro Santabrito Reis; Oscar da Silva Reis; Osmar da Silva Reis.

**Cartório Queiroz Santos**  
Reconheço, por ter conferido com outra existente em meu arquivo a assinatura supra assinalada com esta seta. Em sinal A.Q.S. da verdade.

Belém, 27 de março de 1970.  
a) Adriano de Queiroz Santos  
Tabelião Substituto

**Junta Comercial**  
Emolumentos — NCr\$ 10,00 (Dez Cruzeiros Novos).  
a) Ilegível.

**Junta Comercial do Estado do Pará**

Esta Ata em 4 vias foi apresentada no dia 01 de março de 1970 e mandada arquivar por Despacho do Diretor de mesma data, contendo 1 folha de n. 3678, que vai por mim rubricada com o apelido Tenreiro Aranha, de que faço uso: Tomou na ordem de arquivamento o n. 929/70. E para constar, eu, Carmen Celeste Tenreiro Aranha, Primeiro oficial, fiz a presente nota. Junta Comercial do Estado do Pará em Belém 2 de abril de 1970.

O Diretor: OSCAR FACIOLA

(Ext. Reg. n. 1.114 — Dia:

### MARCOS ATHIAS EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO S/A (MAEISA)

Ata da Assembléia Geral Ordinária, realizada em 17 de março de 1970.

As nove horas do dia 17 de março de mil novecentos e setenta, reuniram-se em Assembléia Geral Ordinária os acionistas de Marcos Athias Exportação e Importação S/A portadores de ações representativas de mais de dois terços do Capital Social, conforme verificação feita no livro de presença. Os trabalhos foram iniciados, tendo sido composta a mesa dos trabalhos pelo Senhor Marcos Athias, secretariado pelos senhores Abraham Athias, Eliezer Athias. Foi lido o anúncio de convocação feito no Diário Oficial nos dias 7 e 10 e a seguir o senhor presidente usou da palavra para dizer que de acordo com o que fôra há pouco lido pelo secretário, a Assembléia estaria reunida para apreciação das contas da Diretoria referentes ao ano de 1969, publicados pela imprensa Oficial do Estado, e cujos originais transcritos no Livro Diário da Sociedade se acham sobre a mesa dos trabalhos. A disposição dos senhores acionistas para exame, bem como toda a documentação do Caixa, relativo ao mesmo exercício. Procedida a leitura das peças contábeis, constante do Balanço Geral, e demonstração da conta de Lucros e Perdas, o senhor presidente colocou a palavra a disposição dos acionistas, que se manifestassem sobre as contas que acabavam de ser lidas. Como ninguém quisesse manifestar, o assunto foi submetido a votação, tendo-se verificado a aprovação unânime de todas as contas da Diretoria, de acordo com o parecer do Conselho Fiscal. Foram reeleitos pelo período de mais um ano os membros do Conselho Fiscal permanecendo a mesma remuneração. Membros efetivos: Nestor Pinto Bastos, Antonio Nicolau da Costa, e Aldo Urbanati. Membros Suplentes: Júlio Bendahan; Isaac Soares e Jaime Bentes. A seguir o senhor presidente

foi depositada pelos acionistas, ratificando no momento os seus propósitos no sentido de mais trabalhar pelo engrandecimento da Sociedade. E como nada houvesse a tratar, o senhor presidente encerrou a sessão às onze horas, da qual foi lavrada a presente ata que depois de lida e aprovada, vai por todos assinada, extraindo-se uma cópia autêntica para fins de Direito.

Belém, 17 de março de 1970

aa) Marcos Athias, Abraham Athias, Jacob Athias, Adolfo Dimenstein, Alberto Castelo Branco Bendahan, Fortunato Jaime Athias, Elieser Athias, Simi Bensimon Athias, Altevir Alves Ferreira, Messody Melul, Maria de Lourdes Torga.

Confere com o original.

a) Marcos Athias  
Presidente

**Cartório Queiroz Santos**  
Reconheço, por ter conferido com outra existente em meu arquivo a assinatura supra assinalada com esta seta. Em sinal A.Q.S. da verdade.

Belém, 03 de abril de 1970.  
b) Adriano de Queiroz Santos  
Tabelião Substituto

**Junta Comercial**  
Emolumentos — NCr\$ 10,00 (Dez Cruzeiros Novos).  
Belém, 03 de abril de 1970.  
a) Samuel,  
O funcionário

**Junta Comercial do Estado do Pará**

Esta Ata em 4 vias foi apresentada no dia 6 de abril de 1970 e mandada arquivar por Despacho do Diretor de mesma data, contendo 1 folha de n. 3850, que vai por mim rubricada com o apelido Tenreiro Aranha de que faço uso. Tomou na ordem de arquivamento o n. 993/70. E, para constar, eu, Carmen Celeste Tenreiro Aranha, Primeiro oficial, fiz a presente nota. Junta Comercial do Estado do Pará em Belém, 7 de abril de 1970.

O Diretor: OSCAR FACIOLA

(Ext. Reg. n. 1.099 — Dia: 18.04.70).



**COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO, INDUSTRIAL E MINERAL DO ESTADO DO PARÁ —**  
— CIDAPAR —

**Assembleia Geral Ordinária — CONVOCAÇÃO —**

São convidados os senhores acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se às 10 horas do dia 30 de abril de 1970, na sede social, sito no Km. 96 da BR-316, município de Vizeu, neste Estado, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

a) Leitura, discussão e votação do Relatório da Diretoria, e Balanço Geral relativo ao último exercício;

b) eleição do Conselho Fiscal e respectivos suplentes com fixação de seus honorários e

c) outros assuntos de interesse social.

Acham-se à disposição dos senhores acionistas os documentos a que se refere o artigo 99 do Decreto-Lei número 2627 de 26 de setembro de 1940.

Vizeu (PA), 24 de março de 1970.

**A DIRETORIA**

(Ext. — Reg. n. 1200. — Dias 18, 21 e 23.4.70).

**CIA. PARAENSE DE ABASTECIMENTO C I P A B**

C.G.C. — 04918033

**— Aviso aos Acionistas —**

Acham-se à disposição dos Senhores Acionistas, na sede da Empresa, na Praça Felipe Patroni, s/n, nesta Capital, os documentos a que se refere o art. 99 do Decreto-lei número 2627, de 26 de setembro de 1940, relativos ao exercício findo em 31.12.69.

Belém, 1º de abril de 1970.

**A DIRETORIA**

(Ext. — Reg. n. 1185. — Dias 18, 21 e 23.4.70)

**COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE FERRAGENS E MADEIRAS S.A. (CIFEMA)**

**Assembleia Geral Ordinária — CONVOCAÇÃO —**

Ficam convidados os Senhores Acionistas da Comércio e Indústria de Ferragens e Madeiras S.A. (CIFEMA), a comparecerem na Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se às 9 (nove) horas do dia 29 de

abril corrente, na Sede Social, situada na Avenida Almirante Barroso número 165, nesta cidade, a fim de deliberarem sobre o seguinte:

- Apreciação e julgamento das contas da Diretoria;
- Eleição dos Membros do Conselho Fiscal para o exercício de 1970; e
- Fixação dos honorários dos Membros da Diretoria e do Conselho Fiscal, para o exercício de 1970.

Belém — Pará, 15 de abril de 1970.

a) **Bento José da Costa**  
Diretor Presidente

(Ext. — Reg. n. 1216. — Dias 18, 21 e 23.4.70).

**A. P. DUARTE S/A. — COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES — (APASA)**

**Assembleia Geral Extraordinária**

**— CONVOCAÇÃO —**

Pelo presente convido os acionistas de A. P. Duarte S/A., COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES (APASA), a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, no dia 25 do corrente, pelas 16 horas, na sede social à Trav. 7 de Setembro número 343, nesta cidade, para deliberarem sobre o seguinte:

- Aumento do Capital Social e Reforma dos Estatutos;
- O que ocorrer.

Belém, 13 de abril de 1970.

(a) **Archangela Feliz Duarte**  
Presidente

(Ext. — Reg. n. 1193. — Dias 18, 21 e 23.4.70).

**RENDEIRO, GÊLO E FRIGORÍFICOS S/A.**

C.G.C. 04905345

**Assembleia Geral Ordinária**

Ficam convidados os Srs. Acionistas desta Empresa a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, no próximo dia 25 do corrente, na sede social, às 16 horas, para o que segue:

- Deliberar sobre as contas da Diretoria sobre o ano de 1969;
- Eleger os Membros da Diretoria e do Conselho Fiscal, fixando-lhes os seus rendimentos.

Belém, 13 de abril de 1970.

a) **Henrique Fernandes Rendeiro**  
— Presidente

(Ext. — Reg. n. 1207. — Dias 18, 21 e 23.4.70).

**FARINHAS IGAÇU S.A.**

(F A R I S A )

C.G.C. (M.F.) 04.934.071

**— CONVOCAÇÃO —**

Ficam convidados os acionistas de FARINHAS IGAÇU S.A. (FARISA) a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, no próximo dia 28 de abril de 1970, às 20,00 horas, no edifício Rotary, sito à Rua 6 de Almeida, conjunto 603, para o fim de ser discutida e votada a seguinte ordem do dia:

- Apreciação e votação das Contas da Diretoria, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 1969, compreendendo Balanço demonstração de "Lucros e Perdas", Relatório da Diretoria e Parecer do Conselho Fiscal;
- O que ocorrer.

Outrossim comunicamos que a partir desta e nas horas do expediente, encontram-se à disposição dos senhores acionistas todos os documentos a que se refere o artigo 99, letras A, B, C e D do Decreto-lei número 2.627, de 26 de setembro de 1940.

Belém, 10 de abril de 1970.

**(a) DIRETORIA**

(T. n. 15987 — Reg. n. 1266 — Dias — 18, 21 e 23.4.1970)

**COOPERATIVA HABITACIONAL DOS SUBTENENTES E SARGENTOS DA MARINHA E DO EXÉRCITO — COOPHAB MAREX**

Registrada no Banco Nacional de Habitação sob o número 101 de 16.03.68.

Sede: Rua 28 de Setembro — N.º 1.181 — Belém — Pará.

**Assembleia Geral Ordinária**

**Edital de Convocação**

O Presidente do Conselho Administrativo da Cooperativa Habitacional dos Subtenentes e Sargentos da Marinha e do Exército, no uso das suas atribuições e de acordo com os Arts. 41 e 42 e seus parágrafos, tudo do Estatuto Social, convoca para o próximo dia 2 de maio de 1970, na sede do Clube dos Subtenentes e Sar-

gentos da Amazônia, situada à Praça Amazonas, número 149 nesta Capital, os senhores cooperativados para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, às 19:00 horas, em primeira convocação com o mínimo de 2/3 dos associados, em segunda, às 20:00 horas com a metade e mais um dos associados, e às 21:00 horas, em terceira convocação, com o mínimo de dez (10) sócios para tratar da seguinte Ordem do Dia:

- Deliberar sobre as Contas, os Relatórios do Conselho Fiscal e o Balanço Geral;
- Eleição para os cargos vagos de:

— Membros efetivos e Suplentes do Conselho Fiscal

— Conselheiro Administrativo (efetivo)

— Conselheiro Administrativo (suplente)

(Para os cargos acima, todos os associados poderão candidatar-se, estando aberta, na sede da Entidade, entre os dias 10 e 20 do corrente as inscrições da Chapas, no horário de 14,30 às 18:00 horas diariamente).

**— O que ocorrer.**

**a) A DIRETORIA**

(Ext. — Reg. n. 1174. — Dias 18, 21 e 23.4.70)

**ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL**

**(SECÇÃO DO PARÁ)**

De conformidade com o disposto no art. 58 da Lei número 4.215, de 27 de abril de 1963, faço público que requeram inscrição no Quadro de Advogados desta Secção os Bacharéis em Direito Joaquim Gomes de Oliveira, Raimundo Caetano de Souza Castro Carlos Balbino Tôrres Potiguar, Aladir de Bragança Rodrigues Barata, Luiz Martins de Araújo.

a) **João Francisco de Lima Filho**

1º. Secretário

Secretaria da Ordem dos Advogados do Brasil, Secção do Pará, em 10 de abril de 1970.

(T. n. 15.986. — Reg. n. 1259. — Dias 18, 21, 23, 24 e 25.4.70).



**SJA. COMERCIAL DE ESTIVAS****Assembléia Geral Ordinária**  
**1a. Convocação**

Convidamos os Senhores Acionistas de S.A. Comercial de Estivas, a se reunirem em Assembléia Geral Ordinária, a realizar-se no dia 25 do corrente mês, às 18 horas, em sua sede social, sito à rua 15 de Novembro n. 167, nesta Capital, para deliberarem sobre o seguinte:

- Relatório da Diretoria, Balanço Geral e Parecer do Conselho Fiscal, relativos ao exercício social de 1969;
- Eleição dos membros do Conselho Fiscal e fixação dos respectivos honorários;
- O que ocorrer.

Belém, 10 de abril de 1970.

**A DIRETORIA**

(Ext. — Reg. n. 1192 — Dias: 18, 21 e 23/4/70).

**PERFUMARIAS PHEBO S.A.**

C.G.C. MF/04.911.095

Avisamos aos senhores acionistas que se acham à sua disposição na sede social à Travessa Quintino Bocaiuva, 637 os livros e documentos a que se refere o artigo 99, da Lei 2627, relativamente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 1969.

Belém, 16 de março de 1970

**A DIRETORIA**

(Ext. — Reg. n. 1184 — Dias: 18, 21 e 23.4.70)

**OLEOS DO PARÁ S. A.****O L P A S A****Assembléia Geral Ordinária**

Convocamos os acionistas desta Sociedade para se reunirem em Assembléia Geral Ordinária, a realizar-se no dia 30 de abril do corrente ano, às 15,00 hs., em nossa Sede Social, sito à Rua Senador Manoel Barata, 133, a fim de deliberarem sobre o seguinte: a) Discussão e aprovação do Relatório da Diretoria, Parecer do Conselho Fiscal, Balanço Geral e Demonstração da Conta Lucros e Perdas, referentes ao exercício encerrado a 31 de dezembro de 1969, b) Eleição dos membros efetivos do Conselho Fiscal e seus suplentes; c) Fixação dos honorários da Diretoria e do Conselho Fiscal para o exercício 1970.

Belém, 20 de abril de 1970

**a) A DIRETORIA**

(Ext. — Reg. n. 1242 — Dias: 18, 21 e 23.4.70)

**LIMA, IRMAOS S.A. — IN-****DÚSTRIA E COMÉRCIO**

C. G. C. 04893970

**Assembléia Geral Ordinária**

Convidamos os Senhores Acionistas da Sociedade, a comparecerem à Assembléia Geral Ordinária, que terá lugar na sede social, à rua 15 de Novembro n. 324, nesta cidade, no dia 30 de abril corrente, às 8 (oito) horas, a fim de deliberarem sobre o seguinte:

- Apreciação e julgamento das Contas da Diretoria, referentes ao exercício de 1969;
- Eleição dos Membros do Conselho Fiscal para o exercício de 1970;
- Fixar os honorários dos Membros da Diretoria e do Conselho Fiscal para o exercício de 1970, e
- O que ocorrer.

Belém, Pará, 14 de abril de 1970.

a) José de Oliveira Mendes  
Vice-Presidente

(Ext. — Reg. n. 1239 — Dias: 18, 21 e 30.4.70)

**BANCO COMERCIAL DA PRODUÇÃO, S/A****Assembléia Geral Ordinária****— Convocação —**

Convidamos os senhores Acionistas do Banco Comercial da Produção, S/A, a comparecerem à Assembléia Geral Ordinária a ser realizada no dia 29 de abril de 1970, às 10,00 horas, em sua sede social à Rua 15 de Novembro, número 263 nesta, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia:

- Discussão e votação do Relatório da Diretoria, Balanços demonstrativos de Lucros e Perdas e Pareceres do Conselho Fiscal dos Ex-Bancos Bahiano da Produção, Comercial do Pará e Mercantil do Norte S/A
- Apreciação de renúncia de Diretores
- O que ocorrer.

Belém (PA), 18 de abril de 1970.

**OS DIRETORES**

Affonso Lopes Freire  
Alexandrino Gonçalves  
Moreira

(Ext. — Reg. n. 1315 — Dias: 18, 21 e 23.4.70)

**AGRO-PECUÁRIA GRÃO PARÁ S. A.****ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM**  
**20 DE MARÇO DE 1970**

Aos vinte dias do mês de março do ano de mil novecentos e setenta, às quinze horas, na sede social, na Fazenda Grão Pará, no município e comarca de Conceição do Araguaia, Estado do Pará, reuniram-se em Assembléia Geral Extraordinária os Acionistas da AGRO-PECUÁRIA GRÃO PARÁ S. A., que representavam a totalidade do capital social e cujas assinaturas foram lançadas no livro de Presença de Acionistas. A Assembléia foi instalada e presidida pelo Senhor Antônio Lunardelli, Diretor-Presidente da Sociedade, após abrir a sessão convidou a mim Cláudio A. Lunardelli, para servir de secretário. Iniciando os trabalhos o senhor Presidente pediu que procedesse à leitura de edital de convocação da presente Assembléia, publicada no DIÁRIO OFICIAL do Estado do Pará dos dias 13, 14 e 17 de março de 1970, e no jornal "A Província do Pará" dos dias 13, 14 e 15 de março de 1970, do seguinte teor: "AGRO-PECUÁRIA GRÃO PARÁ S. A. — ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA — CONVOCAÇÃO — Ficam convocados os Senhores Acionistas da AGRO-PECUÁRIA GRÃO PARÁ S. A., para comparecerem à Assembléia Geral Extraordinária a ser realizada no dia 20 de março de 1970, às quinze horas, na sede social, na Fazenda Grão Pará, no município e comarca de Conceição do Araguaia, Estado do Pará, para deliberarem, sobre a seguinte Ordem do Dia: a) aumento do capital social com recursos oriundos dos Incentivos Fiscais da Lei 5174/66; b) alteração parcial dos Estatutos Sociais; c) outros assuntos de interesse social. Conceição do Araguaia, 3 de março de 1970. (a) Cláudio A. Lunardelli, Diretor-Executivo". A seguir, o Senhor Presidente submeteu à deliberação da Assembléia a Proposta da Diretoria e o Parecer do Conselho Fiscal, redigidos nos seguintes termos: "PROPOSTA DA DIRETORIA — Senhores Acionistas — Tendo esta sociedade recebido da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia o ofício n. 454/70—DH DI, de 10 de março de 1970, referente aos processos ns. 49162/69, 49163/69, 29832/69, 29833/69, 01302/69, 27936/69, 23659/69, pelo qual nos é comunicado que as pessoas jurídicas interessadas nesses processos estão aptas a subscrever ações preferenciais do capital social da AGRO-PECUÁRIA GRÃO PARÁ S. A., no total de NCr\$ 23.499,00 (vinte e três mil, quatrocentos e noventa e nove cruzeiros novos), com recursos oriundos dos Incentivos Fiscais da Lei 5174/66, vimos propor o aumento do capital social de NCr\$ 2.008.759,00 (dois milhões, oito mil, setecentos e cinquenta e nove cruzeiros novos) para NCr\$ 2.032.258,00 (dois milhões, trinta e dois mil, duzentos e cinquenta e oito cruzeiros novos), mediante a subscrição de 23.499 (vinte e três mil, quatrocentas e noventa e nove) ações preferenciais nominativas do valor nominal de NCr\$ 1,00 (hum cruzeiro novo) cada uma sem direito a voto, intransferíveis e irredimíveis pelo prazo de 5 (cinco) anos a contar da data da subscrição. Aprovada a presente proposta o artigo 5o. dos Estatutos Sociais passará a ter a seguinte redação: "Art. 5o. — O Capital Social é de NCr\$ 2.032.258,00 (dois milhões, trinta e dois mil, duzentos e cinquenta e oito cruzeiros novos), dividido em 2.032.258 (dois milhões, trinta e dois mil, duzentos e cinquenta e oito) ações do valor nominal de NCr\$ 1,00 (hum cruzeiro novo) cada uma, sendo 528.720 (quinhentas e vinte e oito mil, setecentas e vinte) ações ordinárias nominativas e 1.503.538 (hum milhão, quinhentas e trinta e oito mil, quinhentas e trinta e oito) ações preferenciais nominativas. Parágrafo 1o. — Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembléia Geral. Parágrafo 2o. — Poderá a sociedade emitir títulos múltiplos de ações." Parágrafo 3o. — As ações preferenciais não dão direito a voto nas deliberações da Assembléia Geral, são intransferíveis e irredimíveis pelo prazo de cinco anos a contar da data da subscrição e conferem a seus titulares prioridade na distribuição de dividendos na proporção de 6% (seis por cento) sobre o seu valor nominal. Parágrafo 4o. — O excedente dos lucros li-



quidos e até alcançar idêntica porcentagem sobre o valor nominal das ações ordinárias, distribuir-se-á por estas ações. O restante, se houver, será igualmente partilhado pelas duas classes, de ações. Conceição do Araguaia, 12 de março de 1970. (aa) Antônio Lunardelli, Santo Lunardelli, Herminio Lunardelli, Cláudio A. Lunardelli — **PARECER DO CONSELHO FISCAL** — Os infra assinados, membros do Conselho Fiscal da Agro-Pecuária Grão Pará S. A., reunidos para deliberarem sobre Proposta da Diretoria data de 12 de março de 1970, visando ao aumento do capital social de NCr\$ 2.008.759,00 (dois milhões, oito mil, setecentos e cinquenta e nove cruzeiros novos), para ..... NCr\$ 2.032.258,00 (dois milhões, trinta e dois mil, duzentos e cinquenta e oito cruzeiros novos), com recursos oriundos dos Incentivos Fiscais da Lei 5174/66, e consequente alteração do artigo 50. dos Estatutos Sociais, são de Parecer que a mesma está conforme à lei e atende aos interesses sociais, razão pela qual merece total aprovação da Assembléia Geral. Conceição do Araguaia, 13 de março de 1970. (aa) Luiz Cássio dos Santos Werneck, Alexandre Grandini, Ruy Mesquita. Finda a leitura, o Senhor Presidente submeteu à deliberação da Assembléia a Proposta da Diretoria para aumento do Capital Social, havendo esta sido, por unanimidade aprovada, tendo deixado de votar os legalmente impedidos. A seguir o Senhor Presidente determinou a subscrição do aumento do Capital que acabava de ser aprovado, esclarecendo que, em se tratando de novas ações preferenciais de subscrição com recursos oriundos dos Incentivos Fiscais da Lei 5174/66, estava prejudicado o direito de preferência dos atuais Acionistas. Feita a subscrição, procedeu-se à leitura do respectivo Boletim de Subscrição, através do qual se verificou que a Bolívia Administração de Bens S. A., sediada na Capital do Estado de São Paulo, à Rua 7 de Abril, 34, subscreveu 2.095 (duas mil, noventa e cinco) ações preferenciais nominativas no valor total de NCr\$ 2.095,00 (dois mil, noventa e cinco cruzeiros novos); Cia. Distribuidora de Águas Minerais "Cadima", sediada em Águas da Prata, no Estado de São Paulo, no Parque das Águas, s/n., subscreveu 13.159 (treze mil, cento e cinquenta e nove) ações preferenciais nominativas no valor total de NCr\$ 13.159,00 (treze mil, cento e cinquenta e nove cruzeiros novos); Gabriel de Paula S. A. Comissária e Exportadora, sediada em Santos, Estado de São Paulo, à Rua 15 de Novembro, 150 subscreveu 3.312 (três mil, trezentas e doze) ações preferenciais nominativas no valor total de NCr\$ 3.312,00 (três mil, trezentos e doze cruzeiros novos); Labor Text S. A. Indústria e Comércio de Produtos de Borracha, sediada em Santo André, no Estado de São Paulo, à Av. Industrial, 2810; subscreveu 3.955 (três mil, novecentas e cinquenta e cinco) ações preferenciais nominativas no valor total de NCr\$ 3.955,00 (três mil, novecentos e cinquenta e cinco cruzeiros novos); Plasmeca Indústria e Comércio de Artefatos Plásticos Ltda., sediada na Capital do Estado de São Paulo, à Rua Joaquim Antunes, 977, subscreveu 973 (novecentas e setenta e oito) ações preferenciais nominativas no valor total de NCr\$ 978,00 (novecentos e setenta e oito cruzeiros novos). Colocada em discussão e votação a referida subscrição, foi aprovada por unanimidade, abstendo-se de votar os legalmente impedidos, ficando efetivado, portanto, o aumento do capital social para NCr\$ 2.032.258,00 (dois milhões, trinta e dois mil, duzentos e cinquenta e oito cruzeiros novos), e modificado o artigo 50. dos Estatutos Sociais, que passou a vigorar com a redação proposta pela Diretoria. Esgotada a Ordem do Dia, o Senhor Presidente deu a palavra a quem dela quisesse fazer uso e como ninguém se manifestasse, mandou que lavrasse esta ata, que lida e achada conforme, vai assinada por todos os Acionistas presentes. Conceição do Araguaia, 20 de março de 1970.

(aa) **ANTÔNIO LUNARDELLI** — Presidente  
**CLÁUDIO A. LUNARDELLI** — Secretário  
**HERMINIO LUNARDELLI**  
**SANTO LUNARDELLI**  
**SÉRGIO LUNARDELLI**  
**ARNALDO LUNARDELLI**  
**EDUARDO PENTEADO LUNARDELLI**

**RUBENS FORBES ALVES DE LIMA**  
**VLADIMIR DE FREITAS**  
**ANDRÉ DE MELLO**  
 p. TALARA S. A. — COMÉRCIO, REPRES.  
 ADMINISTRAÇÃO  
**HERMINIO LUNARDELLI**

Certificamos que a presente é cópia fiel da ata lavrada no livro próprio.

(a) **CLÁUDIO A. LUNARDELLI**  
 Secretário

11º CARTÓRIO DE NOTAS — ANTIGO TABELIONATO VELHO — (São Paulo — R. Líbero Badaró, 293 — LOJA G) — Reconheço a firma supra de Cláudio A. Lunardelli.

São Paulo 25 de março de 1970. — Em test. A. G. D. J. da verdade. — (a) **ILEGÍVEL** Escrevente Autorizado.

#### COMPANHIA INDUSTRIAL DO BRASIL

Ata da reunião ordinária da Assembléia Geral da Companhia Industrial do Brasil, realizada no dia 31 de março de 1970.

Aos trinta e um dias do mês de março, de mil novecentos e setenta, às nove horas, em sua sede social, sita à rua da Municipalidade n. 670, reuniu, em primeira convocação, a Assembléia Geral Ordinária da Companhia Industrial do Brasil, com a presença de acionistas que representavam mais de um quarto do Capital Social da Empresa, com direito a voto, verificado por suas assinaturas no "Livro de Presença", com as declarações exigidas pela lei. Aberta a sessão, o Diretor Presidente, em exercício, sr. Carlos Lima Chamié, de acordo com o Estatuto da Empresa, solicita ao plenário a escolha do acionista para presidente da Assembléia ora reunida. Por aclamação, foi indicado o acionista José Flock Danin, que assumiu a direção dos trabalhos e convida para secretário o acionista Hermenegildo Perdigão Pena de Carvalho, declarando instalada a Assembléia Geral Ordinária, regularmente convocada por Edital, publicado no "Diário Oficial" e "Folha do Norte", jornal de grande circulação nos dias 24, 26 e 31 do corrente mês. Em seguida, o sr. Presidente, pede ao secretário a leitura do Edital abaixo transcrito: Companhia Industrial do Brasil — Edital de Convocação — Convidamos os srs. Acionistas para a Assembléia Geral Ordinária, a realizar-se às nove (9) horas do dia trinta e um de março de mil novecentos e setenta, em nossa sede social, à rua da Municipalidade n. 670, nesta cidade, para: — a) Apreciação e

juizamento do Balanço Geral, Conta de Lucros e Perdas, Relatório da Diretoria, Parecer do Conselho Fiscal e contas relativas ao exercício de 1969; b) — Eleição da Diretoria para triênio 31.3.970 e 31.3.973; c) — Eleição do Conselho Fiscal para o exercício de 1970; d) — O que ocorrer. Belém, 23 de março de 1970. — assinado Carlos Lima Chamié — Diretor Presidente, em exercício. Em seguimento, o sr. Presidente, informou que o "Diário Oficial", publicou no dia vinte deste mês, as determinações ordenadas pelo artigo 99, do Decreto-lei n. 2627, de 26 de setembro de 1940, e pede ao secretário que proceda à leitura do Relatório da Diretoria, Balanço Geral, demonstração da Conta de Lucros e Perdas e parecer do Conselho Fiscal, que foram aprovados por unanimidade. Passando os trabalhos para os itens B e C do Edital de Convocação, como seja a eleição da Diretoria e Conselho Fiscal, o sr. Presidente, suspende a sessão pelo tempo necessário à confecção das chapas da Diretoria e Conselho Fiscal, com os respectivos suplentes. Reaberta a sessão, o sr. Presidente, convida para escrutinadores os srs. Ronaldo Thomé Chamié e Salim Carlos Chady, que recolhem os votos e apresentam o seguinte resultado: Para Diretoria — Presidente — Carlos Lima Chamié; Diretor Comercial — José Thomé; Diretor Industrial — Ronaldo Thomé Chamié; Diretor Financeiro — José Flock Danin. Suplentes: Wady Thomé Chamié, Roberto Seixas Simões, Salim Carlos Chady e Karam Kaled. Para o Conselho Fiscal — efetivos: Paulo Lopes de Azevedo, Eric Percival Pitman e Manoel Ferreira Felo Everdosa. Suplentes:



Wilson da Cunha Lima, Alvaro José de Moura e sra. Olga Hachem Thomé Chamie. Em relação a remuneração da Diretoria e Conselho Fiscal, ficou deliberado manter o do exercício anterior. Quanto ao último item do Edital, não havendo, quem quisesse fazer uso da palavra, o sr. Presidente, ordena ao secretário o encerramento do "Livro de Presença", e suspende a sessão pelo tempo necessário à lavratura desta ata no Livro próprio. Reaberta a sessão, foi a mesma lida, aprovada e assinada pelos acionistas presentes.

Belém, 31 de março de 1970.

a) Hermenegildo Perdigão Pena de Carvalho  
Secretário

#### Cartório Condurú

Reconheço a assinatura de Hermenegildo Perdigão Pena de Carvalho.

Belém, 07 de abril de 1970.

Em test. H.P. da verdade.

Hermano Pinheiro, Tabelião Vitalício

#### Junta Comercial

Emolumentos: NCr\$ 10,00

Belém, 1970

a) Samuel, O funcionário

#### Junta Comercial do Estado do Pará

Esta Ata em 5 vias foi apresentada no dia 7 de abril de 1970 e mandada arquivar por Despacho do Diretor de 8 do mesmo contendo 1 folha de n. 5977, que vai por mim rubricada com o apelido Tenreiro Aranha de que faço uso. Tomou na ordem de arquivamento o n. 1043/70. E para constar eu Carmen Celeste Tenreiro Aranha, Primeiro oficial, fiz a presente nota. Junta Comercial do Estado do Pará em Belém, 8 de abril de 1970.

O Diretor: OSCAR FACIOLA

(Ext. — Reg. n. 1306 — Dias 18.4.70).

#### PARAGOMINAS AGROPECUÁRIA S.A.

#### Assembléia Geral Ordinária

#### Convocação

Ficam convocados os senhores acionistas da PARAGOMINAS AGROPECUÁRIA S.A., a se reunirem em Assembléia Geral Ordinária a se realizar no dia 30 de abril de 1970, às 10 horas na Av. Presidente

Vargas, número 351, conj. 402 a fim de deliberarem sobre:

- Apreciar e julgar o relatório da Diretoria, Balanço e Contas referentes ao exercício encerrado em 31.12.1969;
- Eleição dos membros do Conselho Fiscal;
- Outros assuntos do interesse da Sociedade.
  - George Longo  
Diretor
  - Sérgio J. M. Hamburger  
Diretor

#### 19º Cartório de Notas da Capital

Reconheço as firmas supra de George Longo e Sérgio J. M. Hamburger.

Em testemunho C. Z. da verdade.

(a) Carlos Zaratini — Escrivão  
São Paulo, 7 de abril de 1970.

(Ext. Reg. n. 1138 — Dias 16, 17 e 18.4.1970)

#### COMPANHIA IMPORTADORA DE TRATORES E EQUIPAMENTOS (CITREQ)

C. G. C. 04901153

#### Assembléia Geral Extraordinária

#### Convocação

Pelo presente edital, convocamos os senhores acionistas a se reunirem em Assembléia Geral Extraordinária no dia 24.04.70, às 18 (dezoito) horas, na sede social, à rua Santo Antônio 432, térreo, e deliberarem sobre o seguinte:

- Proposta da Diretoria sobre os quadros demonstrativos de reavaliação do ativo imobilizado empresarial na forma da legislação em vigor;
- Parecer do Conselho Fiscal sobre a Proposta da Diretoria;
- O que ocorrer.
  - Dr. Hermógenes Urbininá Condurú  
Presidente

(Ext. Reg. n. 1020 — Dias 16, 17 e 18.4.1970)

#### SABINO OLIVEIRA, INDÚSTRIAS, S.A.

#### Assembléia Geral Ordinária — Convocação —

Pelo presente, ficam convocados os Acionistas de Sabino Oliveira, Indústrias, S.A., para a reunião de Assembléia Geral Ordinária, que se realizará no dia 22 de abril do corrente ano, na sede da Empresa, à Avenida Senador Lemos, 3153, às 08,00 horas, a fim de deliberarem sobre a seguinte matéria:

- Aprovação do Balanço encerrado em 31.12.69;
- Eleição da Diretoria;
- Eleição do Conselho Fiscal;
- O que ocorrer.

Belém, 9 de abril de 1970.

a) A DIRETORIA.

(Ext. — Reg. n. 1181 — Dias 17, 18 e 21.4.70)

#### GELAR S/A, INDÚSTRIAS ALIMENTÍCIAS

#### Assembléia Geral Ordinária — Convocação —

Pelo presente, ficam convocados os Acionistas de Gelar S.A., Indústrias Alimentícias, para a reunião de Assembléia Geral Ordinária, que se realizará no dia 22 de abril do corrente ano, na Sede da Empresa, à Avenida Senador Lemos, 3253, às 18,00 horas, a fim de deliberarem sobre a seguinte matéria:

- Aprovação do Balanço encerrado em 31.12.69;
- Eleição da Diretoria;
- Eleição do Conselho Fiscal;
- O que ocorrer.

Belém, 9 de abril de 1970

a) A DIRETORIA.

(Ext. — Reg. n. 1183 — Dias 17, 18 e 21.4.70)

#### CONFAP — COMPANHIA NOVA FRONTEIRA AGROPECUÁRIA

#### Edital de Comunicação

Pelo presente Edital publicado na forma da Lei, comunicamos aos senhores Acionistas da CONFAP — Companhia Nova Fronteira Agro-Pecuária, que se acham à sua disposição, na sede social à Praça Justo Chermont, 86 — Belém, Estado do Pará, os documentos a que se refere o artigo 99 do Decreto-lei, 2.627, de 26 de setembro de 1940.

Belém, 30 de março de 1970

#### CONFAP — Companhia Nova Fronteira Agro-Pecuária

#### a) Abraham Kasinski

#### Presidente

(Ext. — Reg. n. 1148 — Dias 17, 18 e 21.4.70)

#### COMPANHIA AGROPECUÁRIA DO RIO JABUTI

C. G. C. 04.932.190

#### Assembléia Geral

#### Extraordinária

#### EDITAL

#### de

#### Convocação

São convidados os senhores acionistas da COMPANHIA AGROPECUÁRIA DO RIO JABUTI, a se reunirem em Assembléia Geral Extraordinária, no dia 28 de abril de 1970, às 14 (quatorze) horas, na sede social, à avenida Presidente Vargas número 780, 12 andar, nesta Capital, para a seguinte ordem do dia:

- reformas estatutárias;
- discussão de assuntos gerais.

Belém, 17 de março de 1970.

(a) Luiz Dumont Villares

Diretor-Presidente

(Ext. Reg. n. 1213 — Dias 16, 17 e 18.4.1970)

#### AZULEJOS DO PARÁ S.A. A Z P A

#### Assembléia Geral Extraordinária

#### Convocação

Ficam convocados os srs. acionistas de AZULEJOS DO PARÁ S.A. — (AZPA), para se reunirem em Assembléia Geral Extraordinária a realizar-se no dia 23 de abril de 1970, às dezoito horas, na sede social à rua 28 de setembro, 258, nesta cidade, a fim de deliberarem a respeito da seguinte ordem do dia:

- aumento do capital autorizado e consequente alteração dos estatutos;
- o que ocorrer.

Belém (Pa), 11 de abril de 1970.

(a) Rogélio Fernandez Filho  
Presidente

(Ext. Reg. n. 1210 — Dias 16, 17 e 18.4.1970)



**FAZENDA CRISTALINO S. A.**  
ATA DE ASSEMBLEIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO  
REALIZADA EM 12 DE MARÇO DE 1970

Aos doze dias do mês de março do ano de mil novecentos e setenta, às dezesseis horas, na sede social na localidade de Barreira do Campo, Município de Santana do Araguaia, Estado do Pará, com o objetivo de constituir a sociedade anônima FAZENDA CRISTALINO S. A., reuniram-se as pessoas a seguir nomeadas e subscritoras de parte do Capital Social autorizado como segue: Eduardo Celestino Rodrigues, brasileiro, casado, engenheiro civil, residente na Capital de São Paulo à Rua Maenhão, 1.019 — 150. andar; Américo Malzoni, brasileiro, casado, engenheiro civil, residente na Capital de São Paulo à Rua Emílio de Menezes, 45; Maria Helena Malzoni Carmona, brasileira, casada, prendas domésticas, residente na Capital de São Paulo à Rua Maracaibo, 25, representada por seu procurador Sr. Eduardo Celestino Rodrigues conforme procuração lavrada nas notas do 50. Tabelião da Cidade de São Paulo em 28 de agosto de 1969, no livro 866, fls. 52; Albino Malzone, brasileiro, casado, comerciante, residente na Capital de São Paulo à Rua Rio de Janeiro, 212 — 90. andar; Lívio Malzoni, brasileiro, casado, engenheiro civil, residente na Capital de São Paulo à Av. Higienópolis, 349 — 40. andar; Adolpho Vaz de Arruda, brasileiro, casado, engenheiro civil, residente na Capital de São Paulo à Av. Dr. Arnaldo, 1.973; Salvador Caruso Orlando, brasileiro, casado, economista, residente na Capital de São Paulo à Rua Campo Verde, 605; Victor Malzoni, brasileiro, casado, comerciante, residente na Capital de São Paulo à Rua Veiga Filho, 547; Renato Lima da Costa, brasileiro, casado, engenheiro civil, residente na Capital de São Paulo à Av. Higienópolis, 1.048 — apto. 113; Sylvio Claro Cunha, brasileiro, casado, contador, residente na Capital de São Paulo à Rua Piauí, 665 — apto. 151; Joffre Freitas de Moraes, brasileiro, casado, comerciante, residente na Capital de São Paulo à Av. Higienópolis, 1.048 — apto. 133; e Oscar Malzone, brasileiro, casado, comerciante, residente na Capital de São Paulo à Rua Alagoas, 363 — apto. 74.

Entre os presentes foi escolhido o sr. Eduardo Celestino Rodrigues para assumir a presidência dos trabalhos o qual convidou a mim Albino Malzone para servir de secretário. Declarando instalada a Assembleia, o Sr. Presidente esclareceu que a finalidade desta era a constituição da sociedade anônima "FAZENDA CRISTALINO S. A.", sociedade essa que será de capital autorizado, na forma prevista na Lei 4728/65, com o objetivo de desenvolver atividade agro-pecuária e industrial no sul do Pará, com a utilização dos recursos de incentivos fiscais da SUDAM.

Tendo em vista que o projeto em elaboração prevê uma aplicação da ordem de NCr\$ 10.000.000,00 (deis milhões de cruzeiros novos), esclareceu o Sr. Presidente que se deverá estabelecer o capital autorizado nesse valor, sendo NCr\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil cruzeiros novos) em ação ordinária e NCr\$ 7.500.000,00 (sete milhões e quinhentos mil cruzeiros novos) em ações preferenciais, todas nominativas, esclarecendo, entretanto, ser suficiente que os seus acionistas subcrevam neste ato uma pequena parcela para o início do funcionamento da sociedade.

Nessas condições, determinou o Sr. Presidente a mim secretário que procedesse a leitura dos Estatutos Sociais que seriam postos em discussão e votação, cujo teor é o seguinte:

**FAZENDA CRISTALINO S. A.**

**ESTATUTOS SOCIAIS**

**CAPÍTULO I**

**Da Denominação, Sede, Fins e Duração**

Artigo 1.º — Sob a denominação social de "FAZENDA CRISTALINO S. A.", fica constituída uma sociedade anônima, que se regerá pelos presentes estatutos e disposições legais que lhe forem aplicáveis.

Artigo 2.º — O objeto da sociedade consiste nas atividades agrícolas, pecuária e industrial em todas as suas modalidades, inclusive a industrialização, importação e exportação de materiais agrícolas e de construção, equipamentos para fins industriais, máquinas e ferramentas para uso na indústria; representações, bem como ainda, a prestação de serviços de orientação para exploração do comércio, indústria e agricultura, podendo também, participar de outras sociedades.

Artigo 3.º — A sociedade tem sede e fôro na localidade de Barreira do Campo, Município de Santana do Araguaia, Estado do Pará.

Artigo 4.º — A duração da sociedade é por tempo indeterminado.

**CAPÍTULO II**

**Do Capital Social e das Ações**

Artigo 5.º — O capital social autorizado é de NCr\$ 10.000.000,00 (deis milhões de cruzeiros novos) dividido em 10.000.000 (deis milhões) de ações nominativas no valor nominal de NCr\$ 1,00 (hum cruzeiro novo) cada uma, sendo 2.500.000 (dois milhões e quinhentas mil) ações ordinárias e 7.500.000 (sete milhões e quinhentas mil) ações preferenciais, estas sem direito a voto. O Capital subscrito é de NCr\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros novos), dividido em 200.000 (duzentos mil) ações ordinárias nominativas, no valor nominal de NCr\$ 1,00 (hum cruzeiro novo) cada uma.

PARÁGRAFO 1.º — As ações preferenciais estão reservadas para subscritores detentores de fundos oriundos das leis 4.216, de 6 de maio de 1.963 e 5.174, de 27 de outubro de 1966 ou oriundos de outras fontes relacionadas com o regime fiscal de estímulos ao desenvolvimento econômico do norte do país. PARÁGRAFO 2.º — A emissão de novas ações dentro dos limites do capital autorizado, não importará em alteração dos Estatutos Sociais, mas será obrigatoriamente registrada na Junta Comercial do Estado, dentro do prazo de 30 (trinta) dias de cada emissão. PARÁGRAFO 3.º — A emissão de ações, dentro dos limites do capital autorizado, exigirá a integralização mínima de 15% do seu valor no ato da subscrição, devendo o saldo ser integralizado dentro do prazo máximo de 12 (doze) meses, de acordo com chamadas da Diretoria. PARÁGRAFO 4.º — A integralização das ações, a critério da Diretoria, poderá dar-se mediante ingresso em dinheiro, em bens ou valores ou ainda, pelo aproveitamento de reservas ou fundos disponíveis, inclusive os de correção monetária e de manutenção do capital de giro próprio. PARÁGRAFO 5.º — A emissão e colocação de novas ações, dentro do limite do capital autorizado da sociedade, dependerão exclusivamente de autorização da Diretoria, não podendo, entretanto, ser colocadas por valor inferior ao nominal. PARÁGRAFO 6.º — É indispensável a audiência do Conselho Fiscal, em qualquer processo de emissão de novas ações da sociedade, mesmo que dentro do limite do Capital autorizado. PARÁGRAFO 7.º — Os acionistas não gozarão do direito de preferência para a subscrição de ações emitidas e colocadas pela Diretoria, dentro dos limites do capital autorizado, salvo nas hipóteses previstas no artigo 46, parágrafo terceiro da Lei 4.728, de 14 de julho de 1965. PARÁGRAFO 8.º — A sociedade poderá emitir títulos múltiplos de ações em qualquer das categorias. PARÁGRAFO 9.º — A posse de uma ou mais ações da sociedade importa para o acionista, desde logo, na aceitação destes Estatutos Sociais e das deliberações que forem tomadas pelas Assembleias Gerais. PARÁGRAFO 10.º — As ações preferenciais não terão direito a voto e gozarão dos seguintes privilégios: a) prioridade no reembolso do capital social, sem direito a prêmio, na hipótese de liquidação da sociedade; b) prioridade na distribuição de dividendo anual, não cumulativo, de 6% (seis por cento) sobre o seu valor nominal, a partir do exercício indicado pelo projeto aprovado pela SUDAM; c) participação nos lucros remanescentes que forem distribuídos, em igualdade de condições com as ações ordinárias, depois de assegurados a estas o dividendo de 6% (seis por cento) sobre o seu valor nominal. PARÁGRAFO 11.º — As ações preferenciais são nominativas, intransferíveis e in-



prazo de 5 (cinco) anos, a contar da data de sua subscrição. PARÁGRAFO 12. — As ações emitidas farão jus a dividendos "pro rata temporis" na proporção dos montantes efetivamente realizados. PARÁGRAFO 13. — Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações das Assembléias Gerais.

### CAPÍTULO III Da Administração da Sociedade

Artigo 6.º) — A sociedade será administrada por uma Diretoria composta de 8 (oito) Diretores, acionistas ou não, residentes no país e eleitos pela Assembléia Geral que fixará seus honorários, podendo os Diretores ser reeleitos. PARÁGRAFO ÚNICO — O mandato da Diretoria será de 3 (três) anos.

Artigo 7.º) — Cada Diretor prestará caução de 100 (cem) ações da sociedade em garantia de sua gestão, ficando investido no cargo. PARÁGRAFO ÚNICO — Em caso de vaga ou ausência temporária, caberá à Diretoria escolher o Diretor para preenchê-la, até a primeira Assembléia Geral.

Artigo 8.º) — A Diretoria, representada por qualquer dos Diretores, individualmente, tem as atribuições e poderes que a lei lhe confere para assegurar o funcionamento regular da sociedade e praticar todos os atos e operações relativas aos fins da sociedade e representá-la em Juízo ou fora dele, ativa e passivamente, respeitadas as disposições especiais contidas no artigo 9.º. PARÁGRAFO ÚNICO — Os Diretores poderão, para facilitar os trabalhos da administração, distribuir entre si as funções.

Artigo 9.º) — A Diretoria, representada necessariamente por 2 (dois) Diretores, fica investida de poderes especiais para, em nome da sociedade, adquirir, alienar ou onerar por qualquer forma bens imóveis, assinar os títulos múltiplos de ações, emitir, aceitar, avalizar, endossar, descontar e caucionar letras de câmbio e notas promissórias bem como constituir procuradores para a prática dos atos previstos neste artigo e no anterior, obedecendo o disposto no artigo 116, parágrafo 5.º do Decreto 2627 de 26.9.1940.

Artigo 10) — A Diretoria se reunirá, sempre que necessário, e deliberará validamente com a presença de 4 (quatro) diretores, sendo lavradas as atas das reuniões no livro próprio.

Artigo 11) — Os Diretores perceberão os honorários, gratificações e percentagens que lhe forem fixadas pela Assembléia Geral, somente nos períodos em que estiverem prestando serviços efetivos à sociedade.

### CAPÍTULO IV Do Conselho Fiscal

Artigo 12 — A Assembléia Geral Ordinária elegerá anualmente um Conselho Fiscal, constituído de 3 (três) membros efetivos e de outros tantos suplentes, acionistas ou não, para exercer as funções determinadas em lei, podendo ser reeleitos. PARÁGRAFO ÚNICO — Os membros em exercício terão a remuneração fixada pela Assembléia Geral que os eleger.

### CAPÍTULO V Das Assembléias Gerais

Artigo 13) — A Assembléia Geral reunir-se-á, ordinariamente, nos quatro primeiros meses após o término do exercício social e, extraordinariamente na forma da lei, presidida por um Diretor e secretariada por um acionista indicado pelos demais.

### CAPÍTULO VI Da Distribuição dos Lucros

Artigo 14) — O exercício social coincide com o ano civil findo o qual, proceder-se-á ao levantamento do balanço geral. O lucro líquido apurado terá a seguinte distribuição: a) 5% (cinco por cento) para constituição de Reserva Legal, até atingir-se 20% (vinte por cento) do montante do capital social subscrito

e integralizado; b) a importância necessária para o pagamento do dividendo fixado para as ações preferenciais nos termos da letra "b" do parágrafo 10, do artigo 5.º destes Estatutos Sociais; c) 10% (dez por cento) para a constituição de um fundo de participação dos empregados nos lucros da empresa, observando-se os parágrafos 1.º e 2.º deste artigo e d) o remanescente será colocado à disposição da Assembléia Geral. PARÁGRAFO PRIMEIRO — 30% (trinta por cento) da importância correspondente ao fundo de participação dos empregados, serão distribuídos aos mesmos, obrigatoriamente, no curso do exercício imediatamente subsequente ao da apuração dos lucros que em cada ano forem atribuídos a esse fundo. Somente concorrerão os empregados que, na data do balanço respectivo, já mantiverem relação de emprego com a sociedade, sendo o montante a ser atribuído a cada um, calculado de acordo com critérios de proporcionalidade pré-fixados pela Diretoria, atendendo-se ao tempo de serviço e aos salários percebidos. PARÁGRAFO SEGUNDO — 70% (setenta por cento) da importância correspondente ao fundo de participação dos empregados serão comprovadamente aplicados em obras e serviços de assistência médica e social, que beneficiem os empregados da sociedade.

### CAPÍTULO VII Das Disposições Gerais

Artigo 15) — A sociedade entrará em liquidação ou se dissolverá nos casos previstos por lei, escolhendo-se os liquidantes e os membros do Conselho Fiscal para funcionar durante a liquidação.

Artigo 16) — Os casos omissos nos presentes estatutos serão regulados pela legislação em vigor pertinentes à matéria.

Terminada a leitura dos Estatutos retro-transcritos e atendendo a determinação do Sr. Presidente, li a Relação dos Subscritores do Capital Social conforme segue: FAZENDA CRISTALINO SOCIEDADE ANÔNIMA — Barreira do Campo — Município de Santana do Araguaia — Estado do Pará — RELAÇÃO DOS SUBSCRITORES do Capital Social de NCr\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros novos) dividido em 200.000 (duzentas mil) ações ordinárias, nominativas do valor nominal de NCr\$ 1,00 (um cruzeiro novo) cada uma, subscrição essa a ser integralizada em dinheiro, com realização de 15% (quinze por cento) neste ato e o saldo mediante chamadas periódicas da Diretoria, no prazo máximo de 12 meses. NÚMERO DE ORDEM — NOME, NACIONALIDADE, ESTADO CIVIL, PROFISSÃO E RESIDÊNCIA — AÇÕES SUBSCRITAS EM DINHEIRO — Quantidade — Valor — INTEGRALIZAÇÃO — Porcentagem — NCr\$ — 1 — Eduardo Celestino Rodrigues, brasileiro, casado, engenheiro civil, residente na Capital de São Paulo à Rua Maranhão, 1.019, 15o. andar — 33.110 — 33.110,00 — 15% — 4.966,50 — 2 — Américo Malzoni, brasileiro, casado, engenheiro civil, residente na Capital de São Paulo à Rua Emílio de Menezes, 45 — 31.308 — 31.308,00 — 15% — 4.696,20 — 3 — Maria Helena Malzoni Carmona, brasileira, casada, de prendas domésticas, residente na Capital de São Paulo à Rua Maracaibo, 25, por seu procurador Eduardo Celestino Rodrigues — 27.210 — 27.210,00 — 15% — 4.081,50 — 4 — Albino Malzone, brasileiro, casado, comerciante, residente na Capital de São Paulo à Rua Rio de Janeiro, 212, 9o. andar — 21.952 — 21.952,00 — 15% — 3.292,80 — 5 — Lívio Malzoni, brasileiro, casado, engenheiro civil, residente na Capital de São Paulo à Av. Higienópolis, 349, 4o. andar — 16.684 — 16.684,00 — 15% — 2.502,60 — 6 — Adolpho Vaz de Arruda, brasileiro, casado, engenheiro civil, residente na Capital de São Paulo à Av. Dr. Arnaldo, 1973 — 16.142 — 16.142,00 — 15% — 2.421,30 — 7 — Salvador Caruso Orlando, brasileiro, casado, economista, residente na Capital de São Paulo à Rua Campo Verde, 605 — 15.070 — 15.070,00 — 15% — 2.260,50 — 8 — Victor Malzoni, brasileiro, casado, comerciante, residente na Capital de S. Paulo à Rua Veiga Filho, 547 — 14.672 — 14.672,00 — 15% — 2.200,80 — 9 — Renato Lima da Costa, brasileiro, casado, engenheiro civil, residente na Capital de São Paulo à Av. Higienópolis, 1.048, apto. 113 — 10.660 — 10.660,00



— 15% — 1.599,00 — 10 — Sylvio Claro Cunha, brasileiro, casado, contador, residente na Capital de São Paulo à Rua Piauí, 665, apto. 151 — 4.754 — 4.754,00 — 15% — 713,10 — 11 — Joffre Freitas de Moraes, brasileiro, casado, comerciante, residente na Capital de São Paulo à Av. Higienópolis, 1.048, apto. 133 — 4.314 — 4.314,00 — 15% — 647,10 — 12 — Oscar Malzone, brasileiro, casado, comerciante, residente na Capital de São Paulo à Rua Alagoas, 363, apto. 74 — 4.124 — 4.124,00 — 15% — 618,60 — TOTALS — 200.000 — 200.000,00 — 30.000,00. Declaramos estar conforme o original. Santana do Araguaia, 12 de março de 1970.

(aa) Eduardo Celestino Rodrigues, Presidente — Albino Malzone, Secretário.

Finda a leitura da Relação dos Subscritores, disse o Sr. Presidente que a importância de NCr\$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros novos) correspondente a 15% (quinze por cento) do valor subscrito em dinheiro, já se acha em caixa na sociedade.

Continuando o sr. Presidente submete à apreciação dos presentes os documentos lidos, oferecendo a palavra a quem dela quisesse fazer uso. Como ninguém se manifestasse, o Sr. Presidente submeteu à votação os estatutos sociais e a relação dos subscritores, verificando-se a aprovação unânime de ambos os documentos.

Declarou, então o Sr. Presidente definitivamente constituída a FAZENDA CRISTALINO S. A. com sede na localidade de Barreira do Campo, Município de Santana do Araguaia, Estado do Pará, e determinou se procedesse a eleição dos membros da primeira Diretoria e do primeiro Conselho Fiscal.

Pedindo a palavra, o subscritor Victor Malzoni propôs que fossem eleitos Diretores os Srs. Eduardo Celestino Rodrigues, Américo Malzoni, Albino Malzone, Lívio Malzoni, Adolpho Vaz de Arruda, Salvador Caruso Orlando e Renato Lima da Costa, já qualificados no início desta ata e mais o sr. Henrique Vita, brasileiro, casado, Técnico em Contabilidade, residente na Capital de São Paulo à Rua Arizona, 472 e para membros efetivos do Conselho Fiscal os Srs. Francisco de Assis Gerin, brasileiro, solteiro, maior, engenheiro, residente na Capital de São Paulo à Av. Duque de Caxias, 626 apto. 604, Joffre Freitas de Moraes, acima qualificado e Henrique Olivetti, brasileiro, casado, comerciante, residente na Capital de São Paulo à Rua Francisco Maldonado, 424 e suplentes os srs. Humberto de Minco, brasileiro, casado, comerciante, residente na Capital de São Paulo à Av. Eusébio Matoso, 650, Pizzarro Osório Rondon, brasileiro, casado, comerciante, residente na Capital de São Paulo à Av. Piassenguaba, 2908 e Romiro Oss, brasileiro, casado, contador, residente na Capital de São Paulo, à Rua do Bosque, 607.

Propôs ainda que os diretores não percebessem honorários nesta fase inicial, dados os fins da Companhia de dar o seu concurso para o desenvolvimento da região superintendida pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia — SUDAM — e que os membros do Conselho Fiscal em exercício, perceberiam, cada um, a remuneração de NCr\$ 10,00 (dez cruzeiros novos) anuais.

Submetida a proposta à discussão e votação, foi a mesma aprovada unânime, abstando-se de votar os impedidos.

Nada mais havendo a tratar, foi suspensa a sessão pelo tempo necessário à lavratura desta ata, datilografada em 6 (seis) vias de igual teor, o que fiz como secretário. Reaberta a sessão foi a ata lida, aprovada e assinada por mim secretário, pelo Presidente e por todos os subscritores presentes, ficando um exemplar em poder da sociedade e tendo os outros o destino legal.

Santana do Araguaia, 12 de março de 1970.

(aa) EDUARDO CELESTINO RODRIGUES  
por si e por MARIA HELENA MALZONI GERMANA  
AMÉRICO MALZONI  
ALBINO MALZONE  
LÍVIO MALZONI  
ADOLPHO VAZ DE ARRUDA  
SALVADOR CARUSO ORLANDO  
VICTOR MALZONI

RENATO LIMA DA COSTA  
SYLVIO CLARO CUNHA  
JOFFRE FREITAS DE MORAES  
OSCAR MALZONE  
EDUARDO CELESTINO RODRIGUES  
Presidente  
ALBINO MALZONE  
Secretário

5. CARTÓRIO DE NOTAS — Norberto Acácio França — Escrevivo — José Roberto P. França — Oficial Maior — Reconheço por semelhança as firmas supra de: — Eduardo Celestino Rodrigues, (2), Albino Malzone, Adolpho Vaz de Arruda, Victor Malzoni, Américo Malzoni, Lívio Malzoni, Salvador Caruso Orlando, Renato Lima da Costa, Sylvio Claro Cunha, Joffre Freitas de Moraes, Oscar Malzone.

São Paulo, 24 de março de 1970.

Em test. N.A.F. da verdade.

NORBERTO ACÁCIO FRANÇA — Escrevivo  
Selo e emolumentos pagos por verba.

CARTÓRIO KÓS MIRANDA — Reconheço a assinatura supra assinalada

Em sinal C. N. A. R. da verdade — Belém, 06 de abril de 1970. — (a) CARLOS N. A. RIBEIRO, Tab. Substituto.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARÁ — Esta Ata em 3 vias foi apresentada no dia 6 de abril de 1970, e mandada arquivar por Despacho do Diretor de 9 do mesmo contendo 7 folhas de ns. 3398/3905, que vão por mim rubricadas com o apelido Tenreiro Aranha, de que faço uso. Tomou na ordem de arquivamento o n. 1020/70. E para constar eu, Carmen Celeste Tenreiro Aranha, Primeiro oficial, fiz a presente nota. Junta Comercial do Estado do Pará, em Belém, 9 de abril de 1970.

(a) OSCAR FACIOLA — Diretor.

CARTÓRIO KÓS MIRANDA — Reconheço a assinatura supra assinalada.

Em sinal C. N. A. R. da verdade. Belém, 04 de abril de 1970. — (a) CARLOS N. A. RIBEIRO, Tab. Substituto.

#### EMOLUMENTOS DA JUNTA COMERCIAL

Selo e emolumentos da Junta Comercial — Pagou duzentos e cinquenta cruzeiros novos (NCr\$ 250,00).. — Belém, 6 de abril de 1970. — (a) Ilegível — funcionário.

Emolumentos NCr\$ 250,00 — recolhido ao Departamento da Receita Estadual.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARÁ — Este Boletim de Subscrição, em 3 vias foi apresentado no dia 6 de abril de 1970, e mandado arquivar por Despacho do Diretor de 9 do mesmo, contendo 1 folha de n. 3906, que vai por mim rubricada com o apelido Tenreiro Aranha, de que faço uso. Tomou na ordem de arquivamento o n. 1021/70. E para constar eu, Carmen Celeste Tenreiro Aranha, Primeiro Oficial, fiz a presente nota. Junta Comercial do Estado do Pará, em Belém, 9 de abril de 1970.

(a) OSCAR FACIOLA — Diretor

(Ext. Reg. n. 1140 — Dia — 18.4.70)



**IMPORTADORA DE FERRAGENS S.A.**  
**Ata da reunião da Diretoria da IMPORTADORA DE FERRAGENS S.A., realizada a oito de abril de 1970.**

Aos oito dias de abril de mil novecentos e setenta, na Cidade de Belém, Capital do Estado do Pará, República Federativa do Brasil, presentes os Diretores, em função na dita Cidade de Belém do Pará, Antonio Alves Velho, João Queiroz de Figueiredo, Clementino José dos Reis, Orlando de Almeida Correa, David dos Santos Loureiro e Raimundo Rodrigues da Silva Braga, reuniu-se a Diretoria da Importadora de Ferragens S.A., em sua sede social, à Avenida Presidente Vargas, 197, primeiro pavimento do Edifício Importadora, estando ausentes o primeiro vice-presidente Luis Nunes Direito e o Diretor João Luiz Menezes Direito, em função nas filiais da empresa no Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, e em Brasília, Distrito Federal, respectivamente. As dezessete horas, o senhor Antonio Alves Velho, Diretor-Presidente, assumiu a direção dos trabalhos, convidando para secretária de o segundo vice-presidente João Queiroz de Figueiredo, passando o presidente a esclarecer aos seus companheiros de Diretoria que a reunião tinha o objetivo de discutir e deliberar a respeito da criação de mais uma filial na Cidade de Brasília, Distrito Federal, Capital da República Federativa do Brasil, atribuição essa que é da competência da Diretoria, na conformidade da letra "f" do artigo 11 dos Estatutos Sociais. Continuando com a palavra, o presidente salientou a necessidade da criação dessa filial, que será a segunda em Brasília, em consequência do grande movimento que a Sociedade vem tendo na mencionada Cidade. Em seguida, o presidente solicitou ao secretário que lesse, o que foi feito, o parecer unânime do Conselho Fiscal da Empresa, favorável à criação dessa filial, que ficará instalada no Setor de Indústria e Abastecimento. Lotes trezentos e oitenta e cinco e trezentos e noventa e cinco. Em discussão a matéria, a proposta da Diretoria foi aprovada, sem discrepância de votos, ficando atribuída à nova filial de Brasília, o capital de cem mil cruzeiros novos, destacado do capital da Empresa, que é, no momento, de nove milhões de cruzeiros novos, ficando para ulterior deliberação da Diretoria a designação do Diretor ou do Gerente, que irá administrar a dita filial. Esgotada a ordem do dia, o presidente deixou a palavra à disposição de quem dela quisesse usar. Ninguém se manifestando, o presidente declarou encerrada a reunião, sendo os trabalhos suspensos pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, que foi lida, posta em discussão e aprovada sem impugnação, motivo pelo qual vai assinada pelo presidente, pelo secretário e pelos demais diretores presentes. Antonio Alves Velho, João Queiroz de Figueiredo, Clementino José dos Reis, Orlando de Almeida Corrêa, David dos Santos Loureiro, Raimundo Rodrigues da Silva Braga. Esta ata é cópia autêntica da que se encontra lavrada no Livro de Atas da Diretoria da Importadora de Ferragens S.A., Belém do Pará, oito de abril de mil novecentos e setenta.

JOAO QUEIROZ DE FIGUEIREDO — Secretário

**CARTÓRIO DINIZ**

Reconheço a firma supra de João Queiroz de Figueiredo Belém, 09 de abril de 1970.

Em testemunho N.E.C.M. de verdade.

**Ney Emil da Conceição Messias**  
 Escrevente autorizado

**JUNTA COMERCIAL**

Emolumentos: NCR\$ 20,00 (vinte cruzeiros novos)  
 Belém ..... 1970.

O Funcionário

**JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARÁ**

Esta Ata em 4 (quatro) vias foi apresentada no dia 16 de abril de 1970 e mandada arquivar por despacho do Diretor da mesma data contendo 1 (uma) folha de n.4.000 que vai por mim rubricada com o apelido Tenreiro Aranha de que faço uso. Tomou na ordem de arquivamento o n. 1054/70. E para constar eu, Car-

men Celeste Tenreiro Aranha, Primeiro Oficial, fiz a presente nota. Junta Comercial do Estado do Pará em Belém, 10 de abril de 1970.

OSCAR FACIOLA — Diretor da Junta Comercial  
 (Ext. Reg. n 1182 — Dia 18-4-970)

**BANCO DO ESTADO DO PARÁ S/A**  
**Assembléia Geral Ordinária**  
 — Convocação —

Pela presente ficam convidados os Senhores Acionistas deste Banco, a se reunirem em Assembléia Geral Ordinária, a realizar-se no dia 29 de abril de 1970, às 17,00 horas, no salão de reuniões da Importadora de Ferragens S.A., sito à Avenida Presidente Vargas n. 197 — 10. andar — nesta cidade de Belém, a fim de deliberarem sobre os seguintes assuntos:

a) Leitura, discussão e aprovação do Relatório da Diretoria, Balanço, Contas do Exercício de 1969 e Parecer do Conselho Fiscal;

b) Eleição dos membros efetivos do Conselho Fiscal e respectivos suplentes, e fixação de seus honorários;

c) Fixação dos honorários da Diretoria;

d) O que ocorrer;  
 Belém (PA), 20 de abril de 1970.

a) Janin Barriga Aymoré  
 Presidente  
 (G. — Dias 18, 21 e 23.4.70)

**COMPANHIA INDUSTRIAL DO BRASIL**

(C.G.C. — 05.031.620)

**— Edital de Convocação —**

Pelo presente Edital de Convocação, ficam convidados todos os acionistas desta Empresa, para reunirem-se em Sessão Extraordinária, no dia 20 de Abril de 1970, em sua sede social, à Rua da Municipalidade n. 670, às dez horas, a fim de tratarem:

a) — aumento do Capital Social;

b) — alteração do Estatuto e

c) — o que ocorrer.

Belém, 11 de abril de 1970

**Carlos Lima Chamé**  
 Diretor-Presidente

(Ext. Reg. n. 1.072 — Dias: 11, 14 e 18.4.70)

**EDITAIS ADMINISTRATIVOS.**

**Ministério da Agricultura**  
**DIRETORIA ESTADUAL**  
**GRUPO EXECUTIVO DE ADMINISTRAÇÃO**  
**EDITAL — AVISO**  
 Tomada de Preços n. 6/70

A Comissão de Licitação constituída pela Portaria n. 247 de 24.12.69, do Sr. Diretor do Ministério da Agricultura, torna público para conhecimento dos interessados que, as 10 horas do dia 28.04.70, receberá propostas de firmas habilitadas preliminarmente (§ 3º do art. 127 e 131 do Decreto Lei n. 200/67), para o fornecimento do material de acordo com o Edital afixado no Grupo Executivo de Administração — Setor de Material situado à Avenida Almirante Barroso n. 5.384, onde serão prestados os esclarecimentos necessários.

I—Motor Marítimo (DIESEL), de 1.800 RMP, 230 CV, equipamento básico completo, reversor Hidráulico, marca TWIN DISC, com redução 3,83:1, horímetro, instrumento combinado com peças de junção chicote e bloco conector no motor, equipamento completa.

Belém, 15 de abril de 1970.

**Lygia Brandão Soares**  
 Presidente

**Maria Santana de Almeida**  
 Gomes

Membro

**Edith Corrêa Pereira**  
 Membro

VISTO

**Milton Oliveira de Abreu**  
 Chefe do Grupo Ex. Administração

(Ext. — Reg. n. 1305 — Dias: 18, 21 e 23.4.70).





República Federativa do Brasil  
ESTADO DO PARÁ

# Diário da Justiça

XXX

BELEM — SABADO, 18 DE ABRIL DE 1970

NUM. 7.132

## Tribunal de Justiça do Estado

Presidente: Des. AGNANO MONTEIRO LOPES  
Secretário: Dr. LUIS FARIA

### PORTARIA N.º 13

O Desembargador AGNANO MONTEIRO LOPES, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, por eleição de seus pares, etc.

RESOLVE, nomear, de acordo com o Decreto-Lei número 193 de 24 de março de 1970, Alvaro Luiz de Barros Lobo, Oficial Documentarista, para

exercer, em comissão, o cargo de Tesoureiro, lotado na Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado.

Gabinete do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, 1.º de abril de 1970.

a) Agnano Monteiro Lopes  
Presidente do T.J.E.  
(G. — Reg. n. 6872)

gará à banca o preço de sua arrematação, custas, comissões do porteiro e escrivão, inclusive carta, em moeda corrente do país.

E, para constar será este publicado pela imprensa e afixado no lugar de costume.

Dado e passado nesta cidade de Belém do Pará, aos 2 de abril de 1970. Eu,

Sr. Desembargador Aluizio da Silva Leal.

Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Pará — Belém, 14 de abril de 1970.

a) Amazonina Silva  
Oficial Codicista

(G. — Reg. n. 6871)

### EDITAL

Faço público para conhecimento de quem interessar possa que deram entrada nesta Secretaria os autos de Apelação Cível da Capital, em que são partes como Apelante: — José Maria Abinader, assistido de seu advogado Francisco Nunes Salgado e Apelado: — Elias Abfoudil Toutonge, assistido de seu advogado José de Ribamar Alvim Soares, a fim de ser preparada dita Apelação para sorteio de relator, distribuição e julgamento por uma das Câmaras dentro do prazo de dez (10) dias, a contar da publicação deste nos termos da lei em vigor.

Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Pará — Belém, 15 de abril de 1970.

a) Luis Faria  
Secretário do T.J.E.

(G. — Reg. n. 6870)

### EDITAIS JUDICIAIS

#### COMARCA DA CAPITAL Juízo de Direito da Décima Vara

Cartório do Segundo Offício do Cível e Comércio  
HASTA PÚBLICA

A Doutora Izabel Vidal de Negreiros, Juíza de Direito da 10a. Vara da Comarca da Capital do Estado do Pará, República Federativa do Brasil, etc.

FAZ SABER aos que o presente edital de hasta pública virem ou dele conhecimento tiverem, que, no dia 24 do mês corrente, às 10,00 horas, na sede deste juízo que funciona numa das salas do Fórum desta Capital, o porteiro dos Auditórios levará à hasta pública o bem penhorado na ação executiva que o Banco Português do Brasil S/A, move contra Antônio Profeti, processada perante este

Juízo, constante de Terreno baldio, sito à Rua Manoel Barata s/n Vila de Icoaraci, no perímetro compreendido entre a Trav. Cristóvão Colombo a rua do Cruzeiro, medindo 15,00 m de frente por 20,00 de fundos, confinando do lado direito com o imóvel de propriedade do sr. Milton Garcia e do lado esquerdo com imóvel de propriedade de quem de direito, apresentando as seguintes características: — Terreno bem localizado, com solo próprio para construção, elevado e seco, avaliado em seis mil cruzeiros novos (NCR\$ 6.000,00).

Quem pretender arrematar dito bem deverá comparecer ao local acima designado e oferecer o seu lance ao Porteiro, sendo a venda feita por quem maior oferta fizer sobre a avaliação. O arrematante pa-

gará à banca o preço de sua arrematação, custas, comissões do porteiro e escrivão, inclusive carta, em moeda corrente do país.

a) Amilcar Câmara Leão  
escrivão, escrevi  
a) Isabel Vidal de Negreiros

#### TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Anúncio de Julgamento da 1a. Câmara Cível

#### EDITAL

Faço público, para conhecimento de quem interessar possa, que pelo Exmo. Sr. Desembargador Presidente das Câmaras, foi designado o dia 21 de abril corrente, para julgamento pela 1a. Câmara Cível do Agravo da Capital, em que é Agravante — Francisco Claudino da Silva (Ad. Dr. Tasso de Moraes Rêgo Serra); e, Agravado, Catelli, Henemann & Cia. Ltda. (Ad. Dr. Augusto Roberto Klautau de Araújo), sendo Relator o Exmº



## P R O C L A M A S

Faço saber que se pretendem casar as seguintes pessoas: — Carlos da Rosa Ataide e Odete da Conceição dos Santos, êle filho de Heitor Atayde e Zulina Rosa, ela filha de Alexandre Assunção dos Santos e de Maria da Conceição dos Santos, solt.; Manoel Benedito Tavares e Margarida da Silva Menandro, êle filho de Inocêncio Gomes Tavares e Raimunda da Silva Tavares, ela filha de João Ferreira Menandro e de Rosalia da Silva, solt.; Antônio Rodrigues Barbosa e Maria Enequina Ferreira Marques, êle filho de Clarinda Rodrigues Barbosa, ela filha de José Marques e de Francisca Ferreira das Neves, solt.; Abel de Brito e Izaura Mariano Gomes, êle filho de Raimundo de Brito, ela filha de Josué Mariano Gomes e de Minervina Alves Gomes, solt.; Domingos de Souza Ferreira e Maria de Nazaré Lobato, êle filho de Emídio Constantino Ferreira e de Francisca de Souza Ferreira, ela filha de Antônio Cardoso dos Santos e de Raimunda Lourenço Lobato, solt.. Apresentaram os documentos exigidos por lei em devida forma se alguém souber de impedimentos, denuncie-os para fins de direito. Dado e passado na cidade de Belém, aos 16 de abril de 1970. E eu, Edith Puga Garcia, escrevente juramentada, assino.

EDITH PUGA GARCIA

(G. — Reg. n. 6865)

Faço saber que se pretendem casar as seguintes pessoas: — Francisco Guimarães Feitosa Filho e Sônia Maria Mendoza Barata, êle filho de Francisco Gomes Feitosa Neto e de Angélica Guimarães Feitosa, ela filha de Sebastiana Mendoza, solt.; — Edgar Dolzanes Kettle e Maria da Graça Gomes Tenório, êle filho de Armando Mendonça de Cristo Kettle e de Rosina Dolzanes Kettle, ela filha de José Tenório e de Diva Gomes Tenório, solt.; — Manoel Soeiro Neto e Maria Celina Lavareda Jacob, êle filho

de Manoel Soeiro Filho e de Irene Ferreira Soeiro, ela filha de Orlando Gomes Jacob e de Celina Lavareda Jacob, solt.; — Nelson Pereira dos Santos e Eunice Pereira, êle filho de Tobias José dos Santos e de Dulcina Pereira Franco, ela filha de Pedro Bernardino Pereira e de Benedita Caxias Pereira, solt.; — Rui Magno e Silva e Edercilia Maria Ribeiro Maia, êle filho de Antonio Magno e Silva Filho e de Zafra Chagas Magno e Silva, ela filha de Edilberto Alves Maia e de Cecília Ribeiro Maia, solt.; — Benedito Rodrigues Oliveira e Rosa Mary Pereira Gomes, êle filho de Manoel Sanches de Oliveira e Ernestina de Figueiredo Rodrigues de Oliveira, ela filha de Antonio Valente Gomes, e de Francisca Pereira Gomes, solt.; — Carlos Alberto Miranda Gomes e Ruth Maria de Magalhães, êle filho de Alberto Pinto Gomes e de Arcelina Miranda Pinto, ela filha de Francisco César de Magalhães e de Maria de Lourdes de Magalhães, solt.; — Odemir Pinheiro e Maria da Conceição Holanda do Nascimento, êle filho de Anastácia do Rosário Pinheiro, ela filha de João Higinio do Nascimento e de Elvira Holanda do Nascimento, solt.; — Sebastião Pereira de Barros e Olivia Queiroz de Lima, êle filho de Leocádio Memória de Barros e de Maria dos Anjos Pereira de Barros, ela filha de João José de Lima e de Anália Queiroz de Lima, solt. — Apresentaram os documentos exigidos por lei em devida forma e se alguém souber de impedimentos, denuncie-os para fins de direito. — Dado e passado nesta cidade de Belém, aos 10 dias de abril de 1970. E eu, Edith Puga Garcia, escrevente juramentada, assino.

a) Edith Puga Garcia

(T. n. 15.972. — Reg. n. 1163. — Dia 18.4.70)

Faço saber que se pretendem casar as seguintes pessoas: — Raimundo Nonato de França e Maria de Nazaré Pinheiro de Moura, êle filho de

Benedita Araújo França, ela filha de Francisco Gomes de Moura e de Senhorinha Pinheiro de Moura, solt.; — João Batista de Melo e Silva e Nilza Pinto de Oliveira, êle filho de Valeriano de Melo e Silva e de Emiliania de Assunção Melo e Silva, ela filha de Virgílio Gonçalves de Oliveira e de Raimunda Pinto de Oliveira, solt.; — Raimundo Messias Barreto Fernandes e Maria Izabel (Soeiro Casanova, êle filho de Manoel Eutálio Fernandes e de Aguida de Almeida Barreto Fernandes, ela filha de Valdemar Gomes Casanova e de Maria Celeste Soeiro Casanova, solt.; — Armando Durval Ferreira e Ruth Vidal de Carvalho, êle filho de Carlos Alberto Ferreira e de Neuza Figueiredo, ela filha de Natanael Pinto de Carvalho e de Benedita Miramar Vidal de Carvalho, solt.; — José de Oliveira Costa e Terezinha Rodrigues de Oliveira, êle filho de João Batista de Andrade Costa e de Rosaura Maria de Oliveira Costa, ela filha de Carlos Rodrigues de Oliveira e de Izabel dos Santos Reis, solt.; Luiz Gonzaga Souza Damasceno e Maria Eulina Souza de Góes, êle filho de João Figueira Damasceno e de Armandina Souza Damasceno, ela filha de Ludiel Augusto de Góes e de Neuza Souza de Góes, solt.; — Valdemir de Oliveira Costa e Irene Neves do Nascimento, êle filho de José Oliveira Costa e de Francisca Venâncio de Oliveira, ela filha de Simeão Barros do Nascimento e de Otacília Neves do Nascimento, solt.; — Osmar de Jesus Barbosa de Almeida e Silva e Francisca Ivanete da Silva, êle filho de Osmar de Almeida e Silva e de Oscarina Barbosa e Silva, ela filha de Antonio Inácio da Silva e de Teomira Cardoso da Silva, solt.; — Cândido Macedo e Eunice Maria Oliveira da Silva, êle filho de Creusa Macedo, ela filha de José Domingos de Oliveira Silva e de Pedrina Oliveira da Silva, solt. — Apresentaram os documentos exigidos por lei em devida forma e se alguém souber de impedimentos, denuncie-os para fins de direito. Dado e passado nesta cidade de Belém, aos 10 dias de abril de 1970. E eu, Edith Puga

Garcia, escrevente juramentada, assino.

a) Edith Puga Garcia

(T. n. 15.973. — Reg. n. 1164. — Dia 18.4.70)

## EDITAL DE CITAÇÃO

O Doutor Ossiam Corrêa de Almeida, Juiz de Direito da 3ª Vara de Interditos, Comarca de Belém, Capital do Estado do Pará, etc.

Faz saber aos que o presente edital virem ou dêle conhecimento tiverem (expedido nos autos número 1199/70, de arrecadação dos bens deixados pelo finado José Luiz de Zuzarte Pereira Mourão que se processam perante este Juízo e cartório do 1º. Ofício de Orfãos, Ausentes e Interditos) que tendo sido ultimada a arrecadação dos bens deixados por José Luiz de Zuzarte Pereira Mourão, falecido em Portugal em outubro de 1965, sem ter deixado herdeiros sobreviventes e notoriamente reconhecidos, nem testamento, pelo presente edital, que será afixado na sede deste Juízo no lugar de costume e, por cópia, publicado três (3) vezes, com intervalo de trinta (30) dias, cita os herdeiros, sucessores e credores do "de-cujus" para, no prazo de seis (6) meses, que correrá da primeira publicação do presente edital, se habilitarem no processo referido, cujos bens foram entregues ao Dr. Curador "ad-bona". E para que chegue ao conhecimento dos interessados e ninguém possa alegar ignorância, mandou expedir o presente edital, na forma da lei. Dado e passado nesta cidade de Belém, Capital do Estado do Pará, aos doze dias do mês de março de mil novecentos e setenta. Eu, a) Moacyr Santiago, escrivão, subscrevi.

O Juiz de Direito  
Ossiam Corrêa de Almeida

(G. — Reg. n. 4674 — Dias 20 e 26/3 e 18-4-70)